

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PEDRO ANTÔNIO FREIRE

**HISTÓRIAS CRUZADAS: MAZELAS DO BRASIL NA OBRA
DE GRACILIANO RAMOS (EM DIÁLOGO COM A FILOSOFIA
DE THEODOR ADORNO)**

VITÓRIA
2015

PEDRO ANTÔNIO FREIRE

**HISTÓRIAS CRUZADAS: MAZELAS DO BRASIL NA OBRA
DE GRACILIANO RAMOS (EM DIÁLOGO COM A FILOSOFIA
DE THEODOR ADORNO)**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração em Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Wilberth Salgueiro

VITÓRIA
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F866h Freire, Pedro Antônio, 1969-
Histórias cruzadas : mazelas do Brasil na obra de Graciliano Ramos (em diálogo com a filosofia de Theodor Adorno) / Pedro Antônio Freire. – 2015.
142 f.

Orientador: Wilberth Claython Ferreira Salgueiro.
Dissertação (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Ramos, Graciliano, 1892-1953. 2. Adorno, Theodor W., 1903-1969. 3. Capitalismo. 4. Filosofia. I. Salgueiro, Wilberth Claython Ferreira, 1964-. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82

PEDRO ANTÔNIO FREIRE

HISTÓRIAS CRUZADAS: MAZELAS DO BRASIL NA OBRA DE GRACILIANO RAMOS (EM DIÁLOGO COM A FILOSOFIA DE THEODOR ADORNO)

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração em Estudos Literários.

Aprovada em 20 out. 2015

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Wilberth Salgueiro
Universidade Federal do Espírito Santo – Orientador

Prof. Dr. Sérgio da Fonseca Amaral
Universidade Federal do Espírito Santo – titular interno

Prof. Dr. Robson Loureiro
Universidade Federal do Espírito Santo – titular interno

Prof. Dr. Francisco Merçon
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre – titular externo

Prof. Dr. Paulo Muniz da Silva – titular externo

Prof. Dr. Paulo Roberto de Souza Dutra – suplente externo

Prof. Dr. Vitor Ceil Santos
Universidade Federal de Rondônia – suplente externo

A Josy e João, se eles quiserem.

A Elvira. Esta não tem escolha. (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Wilberth Salgueiro, cauteloso e persistente orientador de uma escrita à deriva;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo incentivo e subsídio para a realização deste trabalho;

à comissão avaliadora;

à família;

aos amigos; e

ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufes, colegas doutorandos, professores e servidores.

Pensa-se em introduzir o futebol, nesta terra.

[...] A rasteira! Este sim é o esporte nacional por excelência!

Todos nós vivemos mais ou menos de atirar rasteiras uns nos outros. Logo na aula primária habituamos a apelar para as pernas quando nos falta a confiança no cérebro – e a rasteira nos salva. Na vida prática, é claro que aumenta a natural tendência que possuímos para nos utilizarmos eficientemente da canela. No comércio, na indústria, nas letras e nas artes, no jornalismo, no teatro, nas cavações, a rasteira triunfa! Cultivem a rasteira, amigos!

(Linhas tortas. Graciliano Ramos)

[...] Se o riso é até hoje o sinal da violência, o prorrampimento de uma natureza cega e insensível, ele não deixa de conter o elemento contrário: com o riso, a natureza cega toma consciência de si mesma enquanto tal e se priva assim da violência destruidora. Esse duplo sentido do riso está próximo do duplo sentido do nome, e talvez os nomes nada mais sejam do que risadas petrificadas, assim como ainda hoje os apelidos, os únicos nos quais perdura ainda algo do ato originário da denominação. O riso está ligado à culpa da subjetividade, mas, na suspensão do direito que ele anuncia, também aponta para além da servidão.

(Dialética do esclarecimento. Theodor Adorno; Max Horkheimer)

RESUMO

Este trabalho, reconhecendo a importância da obra de dois dos mais relevantes pensadores do século XX, relacionará as contundentes escritas do ficcionista brasileiro Graciliano Ramos e do filósofo alemão Theodor Adorno. Ambos iniciaram suas trajetórias antes da Segunda Grande Guerra Mundial e, apesar de contextos bastante diferentes – um, no arcaico e místico sertão alagoano; outro, na sofisticada e idealista Frankfurt –, sofreram graves consequências de suas posturas. O autor de *Vidas secas* teve na infância uma criação extremamente punitiva a cargo das condições socioeconômicas e religiosas dos pais e, adulto, conviveu com muitas perseguições de cunho fascista, que desembocaram em sua prisão na ditadura de Getúlio Vargas, em período que antecedeu o Estado Novo. O judeu-alemão protagonizou uma labuta permanente contra o nacional-socialismo de Hitler, desde sua jovem formação acadêmica e, depois, com a fundação do Instituto de Pesquisas Sociais em Frankfurt, decisão que lhe forçou ao exílio. De volta, por fim da guerra, continua suas reflexões em oposição ao sistema capitalista e aos regimes de exceção. Quanto a Graciliano, sua passagem pela prisão o estimulou a elaborar narrativas a partir dos seus próprios percalços e dos problemas da sociedade brasileira. O fato é que ambos, cada qual a seu modo, fizeram de suas obras veículos de crítica e contestação a poderes e valores instituídos. Esta tese se propõe a articular uma “história cruzada”, trazendo o debate de alguns conceitos – como sofrimento e melancolia, catástrofe e trauma, ateísmo, não-idêntico, arte e trabalho, literatura e nacionalismo, linguagem e sociedade – que se fazem constantes em seus livros, que, em suma, interpretam o mundo como uma catástrofe permanente.

Palavras-chave: Graciliano Ramos. Theodor Adorno. Capitalismo. Catástrofe.

ABSTRACT

This study recognizes the importance of the work of two of the most important thinkers of the twentieth century by relating Brazilian novelist Graciliano Ramos' and the German philosopher Theodor Adorno' works. The former, in the archaic and mystical Alagoas hinterland, and the latter, in the sophisticated and idealistic Frankfurt, both started out their careers before the Second World War and, despite the quite different contexts, both suffered serious consequences due to their posture. The author of *Vidas secas* (**Barren Lives**) was raised in an extremely punitive household due to his parents' socioeconomic condition and religious views. As an adult he bore fascist persecution that resulted in his imprisonment during the dictatorship of Getúlio Vargas. The German-Jewish carried out a permanent toil against Hitler's National Socialism since his early academic preparation and later with the foundation of the Institute for Social Research in Frankfurt, a decision that forced him into exile. After the war was over, he resumed his considerations in opposition to the capitalist system and Regimes of Exception. As for Graciliano, his time in prison prompted him to elaborate narratives drawn from his own mishaps and problems of Brazilian society. The fact is that both, each in their own way, made their works vehicles of criticism and contestation of established powers and values. This dissertation aims to articulate a "cross-history", bringing up the discussion of some concepts – such as grief and gloom, disaster and trauma, atheism, non-identical, art and work, literature and nationalism, language and society – that are a constant presence in their books, which, in short, interpret the world as a permanent catastrophe.

Keywords: Graciliano Ramos. Theodor Adorno. Capitalism. Disaster.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO ÚNICO: DAS CATÁSTROFES PERMANENTES	25
Sufrimento e melancolia	25
Escrita, memória e gêneros	26
Catástrofe e trauma	29
Técnica e força	30
Infância	36
Ateísmo e messianismo.....	41
Não-idêntico.....	51
Ocultismos	52
Educação	55
Arte e trabalho	60
Literatura e sociedade letrada	63
Literatura no Brasil	66
Vida literária	75
Literatura e nacionalismo	78
Arte, mercado, entretenimento	82
Idêntico	86
Antagonismos	90
Esclarecimento	96
Público e privado	102
Violências	107
Linguagem e sociedade	119
APÊNDICE	128
TRÊS POEMAS PARA GRACILIANO: REFLEXÕES	128
REFERÊNCIAS	136
ANEXO	142

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa propõe um diálogo entre o escritor brasileiro Graciliano Ramos (1892-1953) e o filósofo alemão Theodor Adorno (1903-1969). Na obra de ambos, se elabora um vigoroso trabalho de resistência a concepções idealistas, de cunho religioso e/ou filosófico, que banalizam a memória historiográfica, quando não a suprimem, espiritualizando ou naturalizando questões que são socioeconômicas, ou seja, intrínsecas à artificiosa cultura humana. Tais concepções possuem por intento colocar toda ordem de conflito como providenciais para certa evolução espiritual e/ou técnico-científica da humanidade, o que incluiria, por exemplo, certa cumplicidade a genocídios praticados pela humanidade e levados a cabo pelos “massacres administrativos”¹ acontecidos em pleno século XX.

A perspectiva privilegiada aqui será, naturalmente, a da Teoria Crítica. Segundo Marc Jimenez, em “O homem e sua obra” (1977), o termo “Teoria Crítica” foi “extraído, originalmente, de uma coletânea de Max Horkheimer” (p. 27), seu principal parceiro e amigo. Ele “é atualmente empregado para designar o conjunto das concepções [marxistas] da ‘Escola de Frankfurt’” (p. 27). Sendo assim, ambos os termos são oriundos do Instituto de Pesquisas Sociais, do qual Theodor Adorno em 1924 foi um dos fundadores.

Desde já, destaque-se a fundamental noção de “perplexidade”, tal como acionada por Jaime Ginzburg em *Literatura, violência e melancolia* (GINZBURG, 2012b), mais precisamente no capítulo “A violência legitimada”:

Os interessados em direitos civis estão habituados a fazer perguntas calcadas em **perplexidades, que para outros parecem ingênuas e infantis**. Questões que soam sem solução. Se construímos em séculos, milênios, tantos monumentos de erudição, bibliotecas, universidades, desenvolvemos ramos da ciência, vida intelectual brilhante, por que encontramos, como **humanidade**, tantas dificuldades para preservação da **vida humana**, em campos tão primários como, por exemplo, encontrar soluções de integridade e

¹Theodor Adorno, a exemplo do que aparece em “O que significa elaborar o passado” (ADORNO, 1995), denomina de “assassinato administrativo” (p. 31) a logística alemã para coerção, prisão, transporte, catalogação e extermínio dos “seis milhões de judeus” (p. 31) mortos nos campos de concentração nazista.

respeito para o conjunto das pessoas que existem? Teríamos dedicado o pensamento a pontos não prioritários ou a estratégias erradas? Em uma **perspectiva pacifista e simples**, por que não conseguimos, com tantas inteligências acumuladas, eliminar a violência dos processos sociais? **Essas perguntas não são ociosas para aqueles que se deixam levar por perplexidades** (p. 81-82, grifos meus).

O autor apresenta-se, como se vê, enfaticamente como um humanista, termo tão maltratado pelo deslumbramento cínico do contemporâneo; mais ainda, como um defensor do pacifismo, pensamento e comportamento que encontram a violenta indústria cultural como uma autêntica antagonista. A reflexão de Ginzburg tem correspondência nas ideias de Adorno em, por exemplo, “Educação após Auschwitz” (1995): “[...] O perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tornasse o responsável, e não os verdadeiros culpados [...]” (p. 125).

Para levar tal perplexidade adiante, ciente dos riscos de acharem este trabalho como algo “ingênuo”, pensa-se na hipótese de que “tudo aconteça de novo” ou mesmo que a catástrofe jamais tenha cessado. Daí, buscar-se-á, ainda segundo Ginzburg em “O problema afirmativo da arte” (2012b), uma abordagem literária menos “idealista e de princípios compatíveis com escritores que elaboram cenas de violência com amplos desafios de interpretação, como Franz Kafka, **Graciliano Ramos**, Guimarães Rosa e Primo Levi” (p. 28, grifo meu). Em conformidade a isso é que se pretende levantar posicionamentos dos nossos dois protagonistas: Graciliano e Adorno, a respeito da apatia de suas respectivas sociedades com relação às catástrofes que ali se sucederam e, por conseguinte, pulverizaram-se em escala mundial². Tal como os dois escritores em pauta, este trabalho compreende que, num contexto incessantemente bombardeado pelo imediatismo dos conceitos e das

²Em “A violência constitutiva” (2012b), Jaime Ginzburg nos diz: “[...] Se tomarmos apenas o período de 1850 a 2000, a proporção de genocídios, massacres e extermínios é indizível. Iugoslávia, Polônia, Congo, Armênia, Ruanda, Rússia Stalinista, França ocupada, Chad, Burma, Paquistão, Haiti, Camboja, Serra Leoa, Índia, Argentina” (p. 09), estendendo-se ele ao paroxismo da Segunda Guerra Mundial e, no caso do Brasil, às ditaduras, que tiveram lugar na segunda metade do século XX praticamente em toda a América Latina como consequência direta da “Guerra Fria” (HOBSBAWM, 1995).

mercadorias, uma “educação após Auschwitz” somente fará sentido se “dirigida a uma autorreflexão crítica” (ADORNO, 1995, p. 121).

Detenhamo-nos agora um pouco na vida do romancista brasileiro. Graciliano Ramos nasceu em 1892 no sertão de Alagoas, no município de Quebrangulo. Contrariando os severos anseios familiares de forte tradição patriarcal, desde muito jovem se dedicaria à literatura e atividades congêneres, destoando de seu entorno. Na “Introdução” de *O velho Graça*, o seu biógrafo Dênis de Moraes (1996) indaga: “Que pontos de interligação existiam entre o menino traumatizado pelas surras de infância, o adolescente autodidata que lia Honoré de Balzac, Émile Zola e Karl Marx em francês?” (p. XIX). O que se sabe a respeito é que seu aprendizado pré-escolar fora pautado pelo uso desmesurado da palmatória (“côvado”), junto à coerção do alfabeto, da tabuada, do catecismo e à deriva dos sacais aforismos presentes nos almanaques (“cartas”) da época, como se pode verificar em *Infância*, no capítulo “Leitura” (RAMOS, 1995):

[...] e o pedaço de madeira a martelar a carne machucada.

Afinal meu pai desesperou de instruir-me, revelou tristeza por ter gerado um maluco e deixou-me. Respirei, meti-me na soletração [...]. Gaguejei sílabas um mês. No fim da carta elas se reuniam, formavam sentenças graves, arvesadas, que me atordoavam. [...] Eu não lia direito, mas, arfando penosamente, conseguia mastigar os conceitos sisudos: “A preguiça é a chave de toda pobreza – Quem não ouve conselhos raramente acerta – Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém.”

Esse Terteão para mim era um homem, e não pude saber que fazia ele na página final da carta [...] (p. 99).

As certezas aqui sempre estarão minadas, mas, já que o trecho acima fora escrito com o autor já adulto numa espécie de sofrível desabafo, o teor da lembrança permite pensar que, de alguma forma, seu apego à literatura veio da própria aversão à força bruta e à instrumentalização da linguagem. Nota-se, pois, que o pai, na violenta atitude e por meio dos “conceitos sisudos” presentes nos aforismos, antevê a “chave” para a construção moral do jovem aprendiz, induzindo-o desde muito cedo à pertinência do trabalho (a “preguiça” equivale à “pobreza”), da obediência (os

“conselhos” proporcionam acertos) e à poda da curiosidade pela norma (“Fala pouco e bem”).

Em “A leve suspeita das palavras” (MORAES, 1996), confirma-se que também a mãe, apesar de lhe contar muitas estórias, “reprovava-lhe curiosidades aos cascudos. [O pequeno] Graciliano queria saber, por exemplo, a origem dos cometas e se existia mesmo o diabo, coisas faladas a três por dois na fazenda” (p. 12). O cotidiano e as noções religiosas eram modelados pelo crivo materno. Voltando-se ao pai, “se os negócios [...] iam bem, os filhos obtinham generosidades imprevistas [...]” (p. 12), porém, como era de se esperar, ficava ainda a cargo do patriarca vez ou outra lhe impingir paralelamente à educação formal a ambição por alguma projeção social, a exemplo:

Achava-me empoleirado no balcão [...]. Meu pai, de bom humor, apontava-me objetos singulares e explicava os préstimos deles.

Demorei atenção nuns cadernos de capa enfeitada por três faixas verticais, borrões, nódoas cobertas de riscos semelhantes aos dos jornais e dos livros. Tive a infeliz ideia de abrir um desses folhetos, percorri as páginas amarelas, de papel ordinário. Meu pai tentou avivar-me a curiosidade valorizando com energia as linhas mal impressas, falhadas, antipáticas. Afirmou que as pessoas familiarizadas com elas dispunham de **armas terríveis**. Isto me pareceu absurdo: os traços insignificantes não tinham feição perigosa de armas. Ouvi os louvores incrédulos (RAMOS, 1995, p. 95, grifo meu).

“Armas terríveis”: isso é o que a palavra se torna perante o pragmatismo reinante no belicismo da vida reificada, em que o sacrifício humano parece-nos como regra, tal qual em “Ulisses ou Mito e Esclarecimento” (ADORNO, 1985): “[...] a instituição do sacrifício é ela própria a marca de uma catástrofe histórica, um ato de violência que atinge os homens e a natureza igualmente” (p. 55). Sendo assim, em que pese o exagero da comparação, viver em nossa sociedade é com frequência comparado a uma espécie de guerra e o cotidiano a uma batalha. Diante disso, corriqueiramente também potencializamos a destruição pela pouca resistência que oferecemos à linguagem instrumentalizada pela erudição esclarecida. Voltemos ao artigo “Educação após Auschwitz” (ADORNO, 1995): “[...] Tornou-se habitual chamar o

aumento súbito da população de explosão populacional, algo muito condizente com o século em que se inventou a ‘bomba atômica’” (p. 120-121). Ou seja, o emprego do termo “explosão”, que pressupõe a **destruição** de algo, já se naturalizou na alusão ao **nascimento** de pessoas.

Graciliano registra, a respeito da precoce alfabetização: “[...] Avizinhava-me dos sete anos, não conseguia ler e meus rascunhos eram pavorosos [...] a tabuada e o catecismo eram penosos, mas aí apenas me obrigavam a decorar certo número de linhas” (RAMOS, 1996, p. 120). Tal precocidade fora basilar para a formação do repertório do escritor. No entanto, cabe observar que a contingência que nos aproxima da exceção não nos exclui da regra: num país em que determinado anseio de sucesso dos filhos por parte dos pais é praticamente o mesmo, para cada Graciliano aparecem no mínimo um milhão de “Fabianos”, o marginalizado, tacanho e monossilábico protagonista de *Vidas secas*³.

Daí por diante, o belicismo sai da família e continua na “Escola” (RAMOS, 1995), figurada, nas memórias, como uma tortura necessária ao aprendizado humano: “a notícia veio de supetão: iam meter-me na escola. Já me haviam falado nisso, em horas de zanga, mas nunca me convencera de que realizassem a ameaça” (p. 104), mas consumou-se o terror: “A escola era horrível – e eu não poderia negá-la, como negara o inferno. Considerei a resolução de meus pais uma injustiça” (p. 104). Indo mais além: “[...] Procurei na consciência, desesperado, ato que determinasse a prisão, o exílio entre paredes escuras [...]” (p. 104). Sensação semelhante à que ele apresentará futuramente em *Memórias do cárcere*, quando reconhecerá em suas reminiscências, nos termos de “Crítica cultural e sociedade” (ADORNO, 2001), o mundo pairando cada vez mais como uma grande prisão a céu aberto (p. 25).

Isso se passou na vila de Buíque, sertão de Pernambuco. Dando sequência ao martírio, veio-lhe a lembrança ruim do “professor público, austero e cabeludo” da “escola primária” de Quebrangulo: “arrepiei-me calculando o vigor daqueles braços” e dos “borzeguins amarelos” que utilizava à época: “os pés tinham crescido e não houve meios de reduzi-los”. Diante de tal retrospectiva, indagava-se: “[...] Iria o professor mandar explicar Terteão e a chave?” (p. 107). Grata, porém, fora a

³Ainda que diga o escritor alagoano em carta presente no “Prefácio” (CANDIDO, 1992, p. 07-11) de *Ficção e confissão*: “O que eu sou é uma espécie de Fabiano, e seria Fabiano completo se a seca houvesse destruído a minha gente, como V. [você: Antonio Candido] muito bem reconhece” (p. 08).

surpresa quando reconheceu na professora, D. Maria, certa “brandura, a voz mansa, a consertar-me as barbaridades, a mão curta, a virar a folha, apontar a linha, o vestido claro e limpo, tudo me seduzia. Além disso, a criatura tinha um cheiro agradável” (p. 109-110), pois “[...] as pessoas comuns exalavam odores fortes e excitantes, de fumo, suor, banha de porco, mofo e sangue [...]” (p. 110).

À época, a profissão de professora era uma das poucas que poderia garantir às mulheres algum tipo de emancipação. A memória recupera um agradável cheiro de outrora, de uma figura – da professora de crianças – que até pouco tempo tinha um caráter quase mítico: “Nunca minha família se ocupava com semelhantes ninharias, e a higiene era considerada luxo” (p. 112). Maria Amélia Ramos, a “Mariquinha”, tivera Graciliano, o primeiro dos 16 filhos, aos 14 anos; enquanto o pai, Sebastião Ramos de Oliveira, estava com 38. Este, por sua vez, “longe do império dos canaviais, filho de um senhor de engenho arruinado que era curiosamente inclinado às artes⁴ [...], se empenhava para levar à frente sua modesta loja de tecidos”. Claramente, “o menino não demoraria a perceber que, à medida que a família crescia, as preferências positivamente não recaíam sobre ele. Os gestos de ternura eram suplantados pela impaciência” (MORAES, 1996, p. 9).

A trégua com o ensino formal duraria pouco. E a “pressão civilizatória” (ADORNO, 1995, p. 122) voltaria à tona com a grossa cartilha do “Barão de Macaúbas” (RAMOS, 1995): “Um grosso volume escuro, cartonagem severa. Nas folhas delgadas, incontáveis, as letras fervilhavam, miúdas, e as ilustrações avultavam num brilhante como rasto de lesma ou catarro seco” (p. 117). Mesmo com toda candura de d. Maria, seu processo civilizatório retornaria inevitavelmente pelas fábulas moralistas e pelas normas gramaticais do “Barão”: “Infelizmente um doutor, utilizando bichinhos, impunha-nos a linguagem dos doutores” (p. 118). O golpe de misericórdia, para Graciliano, veio com *Os Lusíadas*:

⁴ O avô materno fora fazendeiro bem remediado, o que pode ser conferido em “Meu avô” (RAMOS, 1995), o que claramente nos leva a deduzir que o casamento da filha, Maria Amélia, passa pelos padrões feudais de considerar a criança “um pequeno adulto”, segundo Philippe Ariès em seu *História social da criança e da família*. No caso das meninas, o mais comum era evitar uma gravidez indesejada, de acordo com a moral vigente. Sobre o avô paterno, muitas semelhanças: “era um velho tímido, que não gozava, suponho, de muito prestígio na família [...]. Bom músico, especializara-se em canto. [...] nunca aprendera nenhum ofício. Conhecia, porém, diversos [...]. Suou na composição de urupemas [peneiras]” (p. 18-19). Por fim: “Legou-me talvez a vocação para coisas inúteis” (p. 18).

Aos sete anos, no interior do nordeste, ignorante da minha língua a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês, as armas e os barões assinalados. Um desses barões era provavelmente o de Macaúbas [...]. Deus me perdoe. Abominei Camões. E ao Barão de Macaúbas associei Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, o gigante Adamastor, barão também, decerto (p. 120-121).

Para pensar essas questões de choque cultural, profundamente experimentadas pelo escritor alagoano, volta-se ao filósofo alemão, em “Educação após Auschwitz” (ADORNO, 1995): “[...] repudio qualquer sentimento de superioridade em relação à população rural. Sei que ninguém tem culpa de nascer na cidade ou se formar no campo. Mas registro apenas que provavelmente no campo o insucesso da desbarbarização foi ainda maior” [...] (p. 125-126). Para além do confronto entre uma cultura predominantemente oral e a já escrita, há certo caráter épico neste embate entre realidades e interesses tão distintos. Trata-se daquilo que Adorno chama de “autoconservação burguesa”, por meio da heroicização do protagonista perante a dominação da natureza e do homem⁵.

De mesma estirpe, embora de menor ganho literário, é a linguagem incrustada de certezas (provérbios) da cartilha do “Barão de Macaúbas”. A intenção seria agora a da adaptação social que vela a coisificação do homem pela troca injusta presente primordialmente na exploração do trabalho, dado o inalcançável *status* de herói aos párias da sociedade. Foi nesse penoso percurso que, com mais recuos que avanços⁶, aos dez anos se deu a iniciação efetivamente literária do nosso autor, como se vê no capítulo “Jerônimo Barreto” (RAMOS, 1995), nome do tabelião local que fora à época seu principal incentivador:

Dirigi-me a casa, subi a calçada, retardei o passo, como de costume, diante das procurações e públicas-formas. E bati à porta. Um minuto depois estava na sala, explicando meu infortúnio [“Como adquirir livros?” (p. 211)]. Mais tarde me assombrou o arranco de energia, que em horas de tormento se reproduziu. Como veio semelhante desígnio? De fato não houve desígnio. Foi uma inexplicável

⁵Temática pautada sob a leitura que o autor alemão nos oferece de “Ulisses ou mito e esclarecimento” (ADORNO, 1985).

⁶Márcia Cabral da Silva, em sua tese *Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil*, traça um pormenorizado panorama da época a respeito do cenário familiar e da recepção e produção sociocultural, oral e escrita, do nosso autor (SILVA, 2004).

desaparição da timidez, quase a desapareção de mim mesmo. Expressei-me claro, exibi os gadanhos [unhas] limpos, assegurei que não dobraria as folhas, não as estragaria com saliva. Jerônimo abriu a estante, entregou-me sorrindo *O Guarani*, convidou-me a voltar, franqueou-me as coleções todas (p. 212-213).

O excesso na preocupação da abordagem com seu interlocutor e na de demonstrar zelo ao tratamento com o livro demonstra o caráter de culto que até então, apesar dos dissabores, Graciliano adquiriu forçadamente pela cultura letrada e a arte. Além de cautela, vergonha, zelo e preocupação, não fora fortuito que seu livro de estreia tenha sido o de um escritor do romantismo. A proeminência, na época, da cartilha do “Barão de Macaúbas” (RAMOS, 1995) e a importância do escritor José de Alencar (que se verifica ainda hoje) na educação brasileira são dados fundamentais para se entender a constituição intelectual de Graciliano.

A cartilha era um manual com fábulas moralistas, a exemplo da passagem: “Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo (– Passarinho, queres tu brincar comigo?) no caminho do dever” (p. 117). No caso de Alencar, destaca-se a dimensão épica que ele desejou projetar na realidade brasileira, algo em consonância com sua ideia de identidade nacional. Para Ginzburg, em “Literatura Brasileira após Auschwitz” (2012), “o escritor era preconceituoso e escravista. As marcas desses elementos não estão apenas em suas posições políticas, mas em suas obras. Isso não impediu a historiografia de posicioná-lo entre nossos maiores, valorizando seu empenho nacionalista” (p. 211). Nota-se então que o processo educacional pautava-se na alienação do iniciado a respeito da realidade brasileira.

Essas “influências” afetariam a percepção estética de nosso escritor: “Vi o retrato de José de Alencar, barbado, semelhante ao Barão de Macaúbas [capa da cartilha], e achei notável usarem os dois uma **prosa fofa**” (p. 213, grifo meu). Apesar da referida desconfiança ao estilo apresentado por ambos, Graciliano manteve-se por um bom tempo beletrista, o que pode ser conferido no explicativo “O ABC de um parnasiano” (MORAES, 1996) quando, aos 11 anos e sob a tutela do professor e literato Mário Venâncio, Graciliano e seu primo Cícero de Vasconcelos elaboraram um jornaleco literário chamado de *O Dilúculo* (alvorada): “O desgraçado título fora escolhido por Mário [...], fecundo em palavras raras” (p. 18). O jovem Graça estrearia

com o arremedo de conto: “O pedinte”: “O pequeno está à porta da igreja, pedindo, com o coração amargurado, que lhe deem uma esmola pelo amor de Deus” (p. 18). Em todo o caso, tal amizade com Mário Venâncio facilitaria o acesso a catálogos das livrarias Garnier e Francisco Alves, do Rio de Janeiro, comprados com dinheiro furtado do seu pai e, curiosamente, com a complacência deste (p. 18-19).

Cinco anos passados, segundo ainda a biografia de Dênis de Moraes, já num liceu em Maceió Graciliano confirmaria sua inclinação para autodidata e se enfiaria nos estudos de português e línguas estrangeiras (latim, inglês, francês e italiano). Ainda editaria com Mário Venâncio, pouco antes de o amigo se suicidar, o jornal *Echo Viçosense*. Aos 13 anos arriscaria os primeiros sonetos mandados para *O Malho*, do Rio de Janeiro, *Jornal de Alagoas* e *Correio de Maceió*, posteriormente junto a pequenas crônicas. De modo curioso, ele ainda ficaria incrédulo ao ser procurado, aos 17 anos, para participar de uma enquete literária. Nessa época, já vacinado da influência romântica e parnasiana, sai em defesa dos realistas, acusados de enxergarem somente o “lado negativo das coisas”:

“Mas que querem? A parte boa da sociedade quase não existe. De resto, é bom a gente se acostumar logo com as misérias da vida. É melhor do que o indivíduo, depois de mergulhado em pieguices românticas, deparar com a verdade nua e crua” (p. 23).

Devido ainda aos percalços iniciais, trabalhara um tempo com o pai no comércio depois de concluir o ginásio interno, mas dando vazão aos seus inconformismos, em 1914, aos 22 anos, seguiu para o Rio de Janeiro em busca da carreira de escritor. Claro que, pelas antecipadas quedas de braços com a sociedade, ele já podia prever alguns problemas que estariam por vir. Na então capital da República, como era de se esperar, o máximo que o aspirante a escritor conseguira foram cansativas revisões tipográficas e escassas publicações de artigos, ambas mal remuneradas: “Depois de saturar-se do trabalho no *Correio da Manhã*, *O Século* e *A Tarde*, Graciliano custaria a arranjar emprego. A maior paga seria continuar na mesmice de revisão, quase um papel decorativo” (MORAES, 1996, p. 28).

A precária situação econômica se agravava diante da frustração com o cenário intelectual do Rio: “Não poderás saber [Leonor] a quantidade de pedantismo necessário a um tipo desta terra, onde tudo é fita, para embair a humanidade”. Ademais, recebe um “telegrama do pai comunicando a morte, em um só dia, de três irmãos [entre eles, Leonor] e um sobrinho, vítimas da epidemia de peste bubônica”. Em 1915 retornaria para Alagoas, Palmeira dos Índios. Ali, aconteceria seu primeiro casamento, estabelecer-se-ia frente ao comércio do pai: “Loja Sincera”, ficaria viúvo (1920) e, mais à frente, se tornaria prefeito em 7 de outubro de 1927 (RAMOS, 1982, p. 72, nota do editor). Em síntese:

[...] Nunca passei disso. Em fim de 1915, embrenhei-me de novo em Palmeira dos Índios. Fiz-me negociante, casei-me, ganhei algum dinheiro, que depois perdi, enjuei, tornei a casar, enchi-me de filhos, fui eleito prefeito e enviei dois relatórios ao governador [Álvaro Paes]. Lendo um desses relatórios [Augusto Frederico] Schmidt imaginou que eu tinha algum romance inédito e quis lançá-lo. Realmente, o romance existia [*Caetés*], um desastre. Foi arranjado em 1926 e apareceu em 1933. Em princípio de 1930 larguei a prefeitura e dias depois fui convidado para diretor da Imprensa Oficial. Demiti-me em 1931 (p. 107).

Ao cargo de diretor da Imprensa Oficial iria renunciar devido à pressão dos interventores. Lembremo-nos de que ele está à sombra da Revolução de 30⁷: “a demagogia havia eliminado da administração os homens inteligentes. E também os sinceros como Graciliano Ramos”, como diria Manuel Diegues Júnior em “De um relatório a um romance” (RAMOS, 1994, p. 93-94). Depois, com não menos problemas assumiria como diretor de Instrução Pública (1933) até sua prisão pelo Estado Novo (1936). Apesar de sua persistente dedicação ao serviço público, desde seu primeiro artigo para o *Jornal de Alagoas*, em março de 1915, já se evidenciava uma prova do temperamento político que lhe traria tantos problemas:

⁷ Também conhecida como Tenentismo, um movimento de cunho predominantemente político-militar que se iniciou em meado da década de 1920 e, em termos, consolidar-se-ia com a Era Vargas, em 1930. Em termos porque, embora esta combata a oligarquia cafeeira e proponha modificações socioestruturais para a política e a economia brasileira, por projeções fascistas a mesma trairá e perseguirá os líderes do levante e depois estabelecerá a ditadura do Estado Novo (1937-1945). Conferir tais implicações na literatura nacional em “A literatura carcerária relativa ao Estado Novo” (POLI JUNIOR, 2009, p. 26-126).

Possuímos, segundo dizem os entendidos, três poderes – o Executivo, que é o dono da casa, o Legislativo e o Judiciário, domésticos, moços de recados, gente assalariada para o patrão fazer figura e deitar empáfia diante das visitas. Resta ainda um quarto poder, coisa vaga, imponderável, mas que é tacitamente considerado o sumário dos outros três. [...] Aí está o rombo na Constituição quando ela for revista, metendo-se nele a figura interessante do chefe político, que é a única força de verdade. O resto é lorota (RAMOS, 1986a, p. 9-10).

De mesma verve são os seus supracitados “Relatórios”⁸ para Álvaro Dias. Depois do rejeitado *Caetés* (1933), seguiu-se *São Bernardo* (1934), que conforme Dênis Moraes fora definitivamente “um golpe na alienação” (1996, p. 77); depois *Angústia* (1936) e *Vidas secas* (1938), os três últimos como seus romances capitais⁹. Os dois últimos já pela José Olympio, no Rio de Janeiro, durante e logo após sua trágica experiência, a que lhe proporcionaria o material das *Memórias do cárcere*. Embora o livro tenha sido iniciado efetivamente em 1946 e publicado postumamente no ano da sua morte (1953), tal percalço fora fundamental para a mudança de enfoque nas obras escritas ou revisitadas e até as publicadas nesse ou em período posterior a sua morte.

Como se pode notar, tantas são as adversidades vividas e testemunhadas por ele que o crítico literário e sociólogo Antonio Candido, em *Ficção e confissão* (1992), afirmaria: “[...] me parece justo o pressuposto básico, isto é, que ele passou da ficção para a autobiografia como desdobramento coerente e necessário de sua obra” (p. 11), pois, tal qual Graciliano, o irônico “João Valério [*Caetés*] nunca chega a tratar os amores com arrebatamento ou verdadeira ilusão” (p. 21); Paulo Honório, em *São Bernardo*, entra “[...] pela pesquisa do próprio espírito, até atingir uma eloquência pungente, embora freada pelo pudor e pela inabilidade em se exprimir de todo” [...] (p. 33), perante a realidade. “E não é difícil de perceber em Luís da Silva

⁸A exemplo disso, logo no “Primeiro Relatório” (RAMOS, 1994) um trecho em que Graciliano critica a inadimplência fiscal do município com base no corporativismo local: “Não há lista dos devedores da municipalidade: a cobrança das contas atrasadas é impossível. De resto o contribuinte, que se desempenha bem para com a repartição estadual e federal, está habituado a pagar a prefeitura se quer, como quer e quando quer. Isto se explica pelo fato de sermos todos, prefeitos, conselheiros e contribuintes, mais ou menos compadres” (p. 34).

⁹Entre *Angústia* e *Vidas secas* surgiria ainda a novela *A terra dos meninos pelados* (1937). Em 1940, traduziria *Memórias de um negro*, do escritor americano Booker Washington. Em 1942 sairia o *Brandão entre o mar e o amor* em parceria com Rachel de Queiroz, José Lins do Rego, Jorge Amado e Aníbal Machado. Em 1944, apareceria *Histórias de Alexandre* e, em 1950, a tradução de *A peste*, de Albert Camus, intercalando em todo esse período uma produção de contos (MIRANDA, 2004).

[*Angústia*] algo de muito seu: a vocação literária, o ódio ao burguês e coisas ainda mais profundas [...]”: “[...] o menino que viveu sozinho, o adolescente [...] insatisfeito” (p. 41 e 38). Também Fabiano, este “[...] é um esmagado, pelos homens e pela natureza; mas o seu íntimo é primitivo e puro [...]” (p. 45). Por fim, adverte-nos Candido:

Talvez seja errado dizer que *Vidas secas* seja o último livro de ficção de Graciliano Ramos. *Infância* pode ser lido como tal, pois a sua fatura convém tanto à exposição da verdade quanto da vida imaginária; nele as pessoas parecem personagens e o escritor se aproxima delas por meio da interpretação literária, situando-as como criações (p. 49).

A ressalva de Candido quanto aos limites do ficcional em Graciliano pode ser estendida, em maior ou menor grau, para toda sua obra, o que não nos interessa, pois aqui se dará mais ênfase ao conjunto notoriamente biográfico, contextual, que vai desde as crônicas de *Pequena História da República* (1940), passando pelas reminiscências de *Infância* (1945), às contundentes *Memórias do cárcere* (1953), aos relatos de *Viagem à extinta União Soviética* (1954), às crônicas de *Viventes das Alagoas* (publicadas em 1962, mas escritas entre 1941 e 44) e de *Linhas tortas* (também de 1962, mas compreendem textos de 1915 a 1952), chegando a sua correspondência (presente na edição de 1982 com um material que abrange de 1910 a 1952). Todas estas obras estão estreitamente vinculadas a acontecimentos históricos.

Vejamos, por exemplo, a sua passagem pela Revolução de 30, com os respectivos agravamentos ocorridos à época e a partir do seu posterior registro nas já supracitadas *Memórias do cárcere*, no capítulo “Viagens” (RAMOS, 1986b):

Chegamos ao 20º Batalhão. Estivera ali em 1930, envolvera-me estupidamente numa conspiração besta com um coronel, um major e um comandante de polícia, e vinte e quatro horas depois achava-me preso e só. Dezesseis cretinos de um piquete de Agildo Barata haviam fingido querer fuzilar-me. Um dos soldadinhos que me acompanhavam chorava como um desgraçado. Parecera-me então que a demagogia tenentista, aquele palavrório chocho, nos meteria

em atoleiro. Ali [1936] estava o resultado: ladroagens, uma onda de burrice a inundar tudo, confusão, mal-entendidos, charlatanismo, energúmenos microcéfalos vestidos de verde a esgoelar-se em discursos imbecis, a semear delações. O levante do 3º Regimento e a revolução de Natal [um ano antes: 1935] haviam desencadeado uma perseguição feroz. Tudo se desarticulava, sombrio pessimismo anuviava as almas, tínhamos a impressão de viver numa bárbara colônia alemã. Pior: numa colônia italiana [...] (p. 50-51).

No contexto em questão, Graciliano ao nazismo considera pior o fascismo porque a Associação Integralista Brasileira tinha francas afinidades com o ítalo-totalitarismo: “[...] e como Plínio Salgado [líder e fundador da AIB] recebera uma vaia formidável no Teatro Deodoro [Maceió] e fugira pelos fundos [...] todos agora eram denunciados [...]” (p. 68). Para se fazer uma ideia do amálgama ideológico do momento, o citado algoz de 30, Agildo Barata, se tornaria um de seus companheiros de cárcere no “Pavilhão dos Primários” (RAMOS, 1986b) e fora pela ocasião assim descrito por Graciliano: “Esquisita pessoa, Agildo. Minguado, mirrado. A voz fraca e a escassez de músculos tornavam-no impróprio ao comando” (p. 278).

No mais, apesar de realçar sua valentia – “A sua força era interior” (p. 278) –, determinada descrição lhe custaria censuras do PCB (Partido Comunista Brasileiro) por considerarem-na inadequada para um dirigente do partido, entre outras queixas dos “camaradas”. Assim, por ocasião do lançamento das *Memórias...*, como atesta Ricardo Ramos em seu *Graciliano: retrato fragmentado* (1992): “O livro vendia, a crítica aplaudia, mas os comunistas silenciavam. Nem uma palavra” (p. 197). O citado camarada por terceiros deixara clara sua queixa: “– Agildo ficou uma fera com seu retrato.”; “– Mas é uma das melhores personagens do livro!”; “– É. E não gostou. Aquilo de ser baixinho e falar fino” (p. 199). Vê-se que o iconoclasta autor teve que lidar com duas frentes só aparentemente distintas, como se verá melhor no decorrer deste trabalho.

Agora, algumas breves palavras sobre o filósofo alemão Theodor Adorno. Nascido em 11 de setembro de 1903 em Frankfurt, era de família abastada, com ascendência judaica por parte de pai. Uma curiosidade peculiar de extremamente questionador já lhe projetariam desde muito cedo os desafios que estavam por vir. Aos quinze anos já lia a *Crítica da Razão Pura* de Kant e em 1921 conhecera Max Horkheimer. Em 1924, junto com o amigo, foi um dos fundadores do Instituto de

Pesquisas Sociais, órgão de pesquisa nitidamente oposta ao Nacional-Socialismo de Hitler. Este chegaria abertamente ao poder em 1933, motivo pelo qual Adorno em mesmo ano precisaria se exilar na Inglaterra e, posteriormente, nos Estados Unidos em 1937. Ele retorna definitivamente ao seu país em 1953 e continua escrevendo “a partir das catástrofes”¹⁰ sobre as origens do totalitarismo e suas consequências. Morre, em 1969, meses após conhecido episódio em que estudantes o afrontaram, desacreditado da pertinência de suas ideias. Hoje, a atualidade de seus ensinamentos é inquestionável e cresce exponencialmente o prestígio de suas obras. Diante disso, um trecho de “O que significa elaborar o passado” (ADORNO, 1995) comprovando confluências entre seu pensamento e o do autor de *Vidas secas*:

Não há nenhuma dúvida que o ideal fascista atual funde-se com o nacionalismo dos chamados países subdesenvolvidos, agora denominados países em desenvolvimento. Já durante a Segunda Guerra existia nas palavras de ordem das plutocracias ocidentais e das nações proletárias uma concordância com aqueles que se sentiam prejudicados na concorrência imperialista e procuravam sua vez de sentar à mesa. É difícil saber se e em que medida essa tendência já desembocou no fluxo anticivilizatório e antiocidental da tradição alemã; se também na Alemanha se configura uma convergência entre o nacionalismo fascista e o nacionalismo comunista (p. 41-42).

É de se notar, portanto, que Graciliano Ramos e Theodor Adorno foram desde muito cedo avessos a aspectos de caráter idealistas, tanto religioso quanto filosófico: o ficcionista, mais envolto num panorama místico e cercado de claras desigualdades socioeconômicas; o filósofo, numa sociedade mais próspera e de, aparentemente, muito maior racionalidade técnico-política, porém não menos metafísica. Entre uma coisa e outra, como a história e suas respectivas trajetórias mostram, ambos os cenários se tornaram bastante propícios a políticas de cunho autoritário e, mesmo, totalitário. Sempre se colocaram contrários às plutocracias, governos eleitos pelos abastados e para os abastados, com o risco de tais mandatários serem um dia eleitos pelo voto direto e já sem nenhum pudor com a exploração das massas.

¹⁰ Para dados biográficos do filósofo, veja-se “O homem e sua obra”(JIMENEZ, 1977, p. 19-35) e “Theodor W. Adorno” (SELIGMANN-SILVA, 2009, p. 83-97).

Sobre tais políticas, que envolvem a transformação de seres em coisas e que contam com a cumplicidade plena da indústria cultural, Jaime Ginzburg afirma em “Violência e conservadorismo na indústria cultural” (GINZBURG, 2012b):

O processo histórico em que a humanidade submeteu a si mesma a um regime de controle pela destruição violenta é também o processo de massificação das produções culturais. As relações entre os dois processos são muito importantes. A violência histórica e a indústria cultural são ambas responsáveis por politizações da percepção. A história da violência no século XX levou as pessoas a um estado de alerta constante, em que é muito difícil confiar em qualquer instituição, nação, ou mesmo em qualquer pessoa, sob o risco de ceder à destruição. A indústria cultural, pautada pela dinâmica da alta velocidade de consumo, estabeleceu princípios de percepção que não descansam nunca, que têm que estar ligados permanentemente na rede de novidades constantes. Ainda, ambos os processos beneficiaram-se muito da televisão. Ela serviu com excelência para políticos mal-intencionados e ídolos efêmeros. Na atualidade, a *internet* ocupa esse papel, fazendo cruzar imagens de terrorismo e de novas estrelas do *pop* (p. 94-95).

O foco principal deste trabalho será o de – a partir do legado dos dois autores em questão – entender como num mundo desencantado se estabelece peremptoriamente o culto ao consumo, à tecnologia, ao trabalho, culto que se estende e perpetua por meio de uma literatura e uma filosofia triunfalistas. Não se ignora aqui que o livro que se enderece pela “dialética negativa” mais radical também já faça parte da indústria cultural; mesmo porque esta “não é monolítica, não responde a um único interesse, não é uma voz sem conflito. Pelo contrário, em seu interior existem muitos campos de tensão e muitos impasses” (p. 95). O que se pleiteia aqui é um efetivo compartilhamento destes, quebrando os paradigmas daquilo que costumeiramente se costuma taxar como Educação e Cultura. Nossos autores, por exemplo, mesmo bombardeados pelas mais variadas fórmulas de vida, dedicaram-se a uma postura ética ao evitarem um deslumbramento nocivo com relação ao predomínio das ações às custas de um menosprezo contra o conceito e sua permanente reflexão. Assim eles fortaleceram o pensamento como parte fundamental para manutenção da existência.

CAPÍTULO ÚNICO: DAS CATÁSTROFES PERMANENTES

SOFRIMENTO E MELANCOLIA

Após uma exposição inicial da trajetória memorialística do contista e romancista brasileiro Graciliano Ramos em diálogo com algumas concepções do teórico alemão Theodor Adorno, articuladas com estudos do professor Jaime Ginzburg, passemos a questões e reflexões que, oriundas das obras dos autores, demonstrem a preocupação com a presença inequívoca de catástrofes no cotidiano da sociedade.

Vale, de início, salientar um forte elemento, que percorre praticamente toda a obra (ficcional ou não) do escritor alagoano: a melancolia. Sobre tal sentimento, Jaime Ginzburg comenta, em “O impacto da violência” (2012b): “termo polissêmico, utilizado com frequência na psicanálise, a palavra melancolia tem uma enorme importância para pesquisadores voltados [...] para a escola de Frankfurt” (p. 11). Diz ainda que o vocábulo em questão apresenta sérias implicações na literatura brasileira do século XX:

[...] Ela consiste em um resultado de uma perda (e, nesse aspecto, aproxima-se do luto). Uma perda afetiva – que pode ser a morte de uma pessoa amada, namorado(a), filho(a), pai ou mãe – envolvendo um afeto central para a vida do sujeito. Essa perda também pode ser a morte de um grupo de pessoas, o desaparecimento de um período de tempo que não volta – como a **infância, na perspectiva de um adulto** –, de uma situação afetiva. Ou **afastamento de pessoa(s), ou distanciamento de um lugar** (p. 12, grifos nossos).

Não somente as injúrias e bordoadas mas também o sofrido degredo no Rio de Janeiro, durante e após a prisão, são pelo autor alagoano nitidamente enfatizados em seus escritos, a exemplo de um bilhete escrito em pleno cárcere para a esposa, Heloísa: “Não pretendo voltar a Alagoas” (RAMOS, 1982, p. 165), num misto de mágoa e vergonha, assim como do capítulo inicial das *Memórias...*, “Viagens” (RAMOS, 1986b): “Logo nas primeiras estações três conhecidos surgiram, patentearam-se, ofereceram-me as últimas imagens que levei daquela terra [...]” (p. 57). O primeiro, também servidor público, taxou-o de desordeiro, e desorganizado de

quando colegas de trabalho; o segundo, um usineiro, de comunista; o terceiro, à época, juiz de direito no interior,

[...] abraçou-me em silêncio e foi sentar-se a pequena distância, de costas para mim. Não me olhou uma vez. No ponto de desembarque, entregues os pacotes ao carregador, veio abraçar-me de novo:

– Adeus, Fulano. Até a volta.

Confundi-me, gaguejei:

– Não, Baptista, eu não volto (p. 58).

Diante de humilhações e dos castigos¹¹ passados, presentes e futuros, torna-se totalmente compreensível seu sentimento de revolta e perda, junto à atitude de autoexílio. Segundo Ginzburg, “não é comum que quem foi agredido queira comentar o que vivenciou” (p. 12), o que dirá confrontar-se pessoalmente com o passado.

ESCRITA, MEMÓRIA E GÊNEROS

Julgamos então, como um deliberado esforço de resistência o fato de a obra do escritor alagoano, depois da prisão (1936), se aprofundar de maneira categórica entre reminiscências, memórias, crônicas e relatos, num caráter predominantemente de considerações pessoais sobre si e os contextos em questão: *Pequena História da República* (1940, e reeditado em 1962 junto a *Alexandre e outros heróis*), *Infância* (1939-1945), as crônicas de *Viventes das Alagoas* (1941-1962), as crônicas de

¹¹ As implicações disso para Graciliano apresentam distintos desdobramentos. Na carta 101 (RAMOS, 1982), de 11 de abril, de 1937, escrita a Heloísa, sentindo a pressão de todos para que a família se unisse, lê-se: “Se o Júnio casa, acabou-se, não tenho nada com isso. Não irei a Alagoas dar conselho a ele. Não irei de forma nenhuma. Hoje eu só iria a Alagoas se pudesse oferecer a isso um terremoto que acabasse com tudo” (p. 198). Ainda em duas cartas depois, carta 103, em maio do mesmo ano: “Não há recursos para vivermos aqui [Rio de Janeiro]. Mas você tem razão, e proponho-lhe o seguinte. Posso abandonar tudo isto e voltar para Alagoas. Será um desastre completo e chegarei aí morto de vergonha. [...] passarei em Maceió algumas horas, escondido, e seguiremos todos para o sertão onde criaremos raízes, não falaremos em literatura nem consentiremos que os meninos peguem em livros. **Irei sem nenhum desgosto**, sinhá Ló, será a repetição do que já fiz uma vez, embora hoje as condições sejam outras [...]” (p. 200-201, grifo meu). Tardiamente, em 1952, no ano anterior a sua morte e à publicação das *Memórias do cárcere*, quando de volta da União Soviética (*Viagem*), em Paris, Heloísa lhe pergunta em que lugar ele gostaria de viver e eis a resposta: “No Brasil, em Alagoas” (MORAES, 1996, p. 291).

Linhas tortas (1915-1962), *Cartas* (1910-1982), *Relatórios* (1929-1930 e reeditado em 1962 junto a *Viventes das Alagoas*) e *Memórias do cárcere* (1936-1953), *Viagem* (1952-1954), conforme também afirma Dênis de Moraes em “O coração aberto aos homens” (1996).

As datas supracitadas referem-se ao ano em que em tese surgiram e ao ano de suas publicações. A escrita das *Memórias...*, por exemplo, vem de longa data¹², já que por mais de uma vez ele premeditou tal iniciativa. Os primeiros rascunhos de *Memórias...*, por exemplo, foram “confiscados” por mais de uma vez durante seu período na prisão, o que está relatado no capítulo “Colônia Correccional” (RAMOS, 1986b):

O que não estava em segurança eram as notas guardadas entre meias e lenços: doidice pretender levá-las. **Novo trabalho perdido.** Peguei-as, contei-as: umas quarenta páginas inúteis. Rebentei o cordão que prendia a esteira ao forro da cama, abri um esconderijo, meti-as ali. Quando as achassem haveria um fuzuê dos diabos [...] (p. 160, grifo meu).

Esse tom, entre o cômico e o melancólico, não lembra nem de longe as convictas *Confissões* de Jean-Jacques Rousseau (2008), escrito sob a égide do Iluminismo: “Dou começo a uma empresa de que não há exemplos, e cuja execução não terá imitadores. Quero mostrar aos meus semelhantes um homem em toda a verdade da natureza; e serei eu esse homem” (p. 29). Antonio Candido por sua vez examina os limites entre vida e obra em *Ficção e confissão* (1992): “É claro que toda biografia de artista contém maior ou menor dose de romance, pois frequentemente ele não consegue pôr-se em contato com a vida sem recriá-la” (p. 50), para por fim concluir: “Mas, mesmo assim, sentimos sempre um certo esqueleto de realidade escorando os arrancos da fantasia” (p. 50). O crítico paulista também fala do escritor francês:

¹² Em 1937, um ano depois do cárcere, por exemplo, escreve a Heloísa, carta 94 (RAMOS, 1982): “[...] não me sai da cabeça a ideia de escrever essa história comprida que você sabe. Penso naquela gente que vi o ano passado, uns tipos ótimos [...]” (p. 182). Em 1945, carta 107 (p. 206-208): “[...] Fintos alguns compromissos neste resto de ano, iniciarei um trabalho sobre as prisões de 1936. É difícil e arriscado: tenciono mostrar aquela gente em cuecas, sem muitos disfarces [...]” (p. 207). Por fim, carta 109 (p. 210-211), de 15 de novembro de 1946: “[...] oferecerei à *Tribuna* a publicação das coisas que venho arrancando este ano dos miolos, com dificuldade imensa. Receio não chegar a concluí-las, pois estou numa burrice espantosa. Fiquei no capítulo 18 – e apenas contei o que se passou em dez dias. Uma estopada sem fim. Vou ver se alcanço o meio da viagem [...]” (p. 210).

“na mentirada das *Confissões* de Rousseau, percebemos essa ossatura que não nos deixa confundi-la com um romance” (p. 50), talvez porque a pretensão de apreensão da realidade faz principalmente hoje da empreitada do citado filósofo uma caricatura.

Se concordamos com Adorno, em “Crítica cultural e sociedade” (1998), quando afirma: “[...] Nessa prisão ao ar livre em que o mundo está se transformando [...]”, percebemos a presença de governos e comportamentos autoritários por todos os lados, torna-se impossível almejar o tal alcance que Rousseau pleiteou para a sua biografia. De modo similar, Seligmann-Silva analisa a radical mudança do lugar do gênero biográfico:

Nesse novo quadro percebemos a posição central que as histórias de vida ocupam [...] não se trata da moda burguesa do biografismo, que [...] era uma manifestação estética que servia de salva-vidas simbólico para uma burguesia que sentia o chão tremendo sob seus pés. Antes, o que entra na cena artística agora é a *miseenscène* de vidas danificadas, fragmentadas e esmagadas pelo real da história (2009, p. 97).

Nas suas reflexões permanentes sobre a tentativa – bem-sucedida – de se sobrepor o empírico sobre a teoria, nos diria Adorno, em “Sobre sujeito e objeto”: “[...] reconhecida a primazia dialética do objeto, fracassa a hipótese de uma ciência prática não reflexiva do objeto enquanto determinação residual [...]” (1995b, p. 193). Pode-se dizer que em Graciliano o literário é o reflexivo. Sua obra, a despeito de ser ficcional, faz com que o leitor incessantemente acione conceitos e categorias, como violência, opressão, exploração, melancolia. Por envolver questões de direitos humanos e de solidariedade, pode-se também afirmar seu alto grau de teor testemunhal.

Para além da solidariedade, Wilberth Salgueiro, em “Da testemunha ao testemunho: três casos de cárcere no Brasil (Graciliano Ramos, Alex Polari, André du Rap)” resumiu doze “traços intercambiantes e includentes que caracterizam o híbrido e complexo gênero” chamado literatura de testemunho. São eles: registro em primeira pessoa, sinceridade no relato, desejo de justiça, vontade de resistência, abalo da

hegemonia do valor estético sobre o valor ético, apresentação de um evento coletivo, presença do trauma, rancor e ressentimento, vínculo estreito com a história, sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofridas, sentimento de culpa por ter sobrevivido e impossibilidade radical de re-apresentação do vivido/sofrido (SALGUEIRO, 2013, p. 307). Dos tais traços, excetuando os dois últimos, todos os outros aparecem mais ou menos nas obras de cunho nitidamente memorialístico do nosso autor.

Marcio Seligmann-Silva também chama a atenção para outros aspectos fundamentais da literatura de testemunho – o gênero e a relação com o real –, em “Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento” (2003):

(a) A literatura de testemunho é mais do que um gênero: é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofe e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de autorreferência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o “real”.

(b) Em segundo lugar, esse “real” não deve ser confundido com a “realidade” tal como era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista: o “real” que nos interessa aqui deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação (p. 73, grifos do autor).

Esses “200 anos de autorreferência” têm seu ponto de partida no Romantismo, ápice do narcisismo moderno e período (ou estilo) que privilegiou a expressão do sujeito acima de todas as coisas, privilégio que vai na contramão da obra e do pensamento dos dois autores aqui em pauta.

CATÁSTROFE E TRAUMA

Também a noção de catástrofe tem seu conceito radicalmente reelaborado. Em “A história como trauma”, Seligmann-Silva (2000) afirma que catástrofe não se trata mais simplesmente de um fenômeno natural: “O terremoto de Lisboa, em 1755, foi uma catástrofe que deixou suas marcas na reflexão filosófica do século XVIII” (p. 73). À época, as indagações de Voltaire, filósofo iluminista francês, demonstravam

que as sensações perante o acontecido não eram recentes na história do conhecimento humano. Em termos filosóficos, referindo-se à relação do homem com as forças da natureza, dirá Adorno: “[...] o Destino, a submissão à natureza dos mitos procede de uma total menoridade social, de uma época em que a autoconsciência ainda não tinha aberto os olhos” (1995, p. 184).

A noção de trauma aparece com recorrência associada à noção de catástrofe, pois compartilham estreitamente alguns traços. No dizer de Seligmann-Silva,

O trauma, para Freud, é caracterizado pela incapacidade de recepção de um evento *transbordante* [...]. A volta constante à cena do trauma (sobretudo nos sonhos) seria o resultado de um mecanismo de preparação para essa sobreexcitação que, patologicamente, vem atrasado. [...] Com efeito, em vez de representar apenas um evento raro, único, inesperado, que seria responsável por um corte na história do século XX, mais e mais passou-se a ver no próprio real, vale dizer: no cotidiano, a materialização mesma da catástrofe (2000, p. 84-85).

Tal concepção de catástrofe pelo viés do trauma – como elemento intrínseco ao cotidiano – abala ainda mais a relação sujeito e objeto. No caso de Graciliano, mesmo na sua fatura assumidamente ficcional, a fome e a sede geram o êxodo em *Vidas secas*; o ciúme e a opressão patriarcal deflagram o suicídio em *São Bernardo*; o ódio e a solidão alcançam seu ápice num crime em *Angústia*. Em todos os três romances, avulta o sofrimento humano, mas não pelo empoderamento inabalável do Destino e, sim, pelas maquinações autoconservadoras que, se avaliadas e personificadas, poderiam minimizar tais impactos. Respectivamente: vontade política, reconhecimento entre gêneros e compatibilidade de interesses. Em todas as relações citadas a dominação se sobressai ao desdém.

TÉCNICA E FORÇA

Ainda que de maneira bem diversa, Adorno fala dessa desassociação do sujeito em relação a seu entorno, seu mundo, sua vida, suas ações, em “Educação após Auschwitz”:

Um mundo em que a técnica ocupa uma posição tal decisiva, como acontece atualmente, gera pessoas tecnológicas, afinadas com a técnica. Isto tem a sua racionalidade boa [...]. Por outro lado, na relação atual com a técnica existe algo de exagerado, irracional, patogênico. Isto se vincula ao “véu tecnológico”. Os homens inclinam-se a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens (1995, p. 132).

O fetiche do conhecimento pelo conhecimento alimenta a submissão humana perante sua própria produção, esquecendo-se [ou alimentando a] da técnica [ou da tecnologia] como uma “extensão do braço dos homens”, ou seja: labor humano. Um caso típico de alienação científica pode ser ilustrada, por exemplo, com o suicídio do matemático Alan Turing¹³ (1954), que em 1935 “iria fornecer a base da moderna teoria do computador”, conforme se vê em “Feiticeiros e aprendizes”, de Hobsbawm (1995): “[...] Só um homem que não reconhecia exatamente o mundo em que vivia iria dar queixa de um namorado que roubara seu apartamento”, fornecendo assim todos os elementos para a sua condenação por conduta homossexual (idem, p. 508).

Graciliano como Turing nem chegou a vislumbrar o alcance do “véu tecnológico” oriundo de tal avanço, pois morre em mesma década (1953). Adorno por sua vez morre em 1969, tendo escrito bastante sobre cinema e mesmo televisão, enquanto que o escritor brasileiro, distante do contexto de sua capenga infância e adolescência, trabalharia como revisor em vários periódicos, entre Alagoas e o Rio de Janeiro (ainda capital da República), e publicara em alguns deles. Mesmo não sendo um *expert* na matéria, aproveitou para perscrutar funcionamento e política da imprensa escrita e radiofônica. Dali também acompanhou a descomunal indumentária bélica utilizada durante a Segunda Guerra pelos diretamente envolvidos.

Digo diretamente, porque a participação brasileira foi canhestra, devido claramente a questões econômicas, e políticas, pois, como a ditadura do Estado Novo do ainda integralista Getúlio Vargas entrara em pleno declínio a partir de 1943, somente em

¹³O que pode ser em parte conferido no premiado filme *O jogo da imitação* (2014).

1944 é que haveria o envio 25 mil pracinhas com um aparato modesto para combater sua matriz totalitarista na Itália, o fascismo. Modesto para os padrões internacionais, mas que por aqui causava bastante impacto. Segundo Dênis de Moraes em “PCB: o raio de luz” (1996), devido a tal adesão houve uma trégua por parte da AIB e os “comitês pró-anistia aos presos políticos se multiplicariam” (p. 207).

Numa política enviesada e não podendo desconsiderar a oferta de trabalho, Graciliano seria ainda chamado pelo homem forte do DIP, Departamento de Imprensa e Propaganda, de cunho claramente fascista, para revisar a revista *Cultura Política*, podendo publicar com certa autonomia uma crônica mensal para a seção “Quadros e costumes do Nordeste”¹⁴. Pelas palavras de Dênis de Moraes, biógrafo de Graciliano, e por seu capítulo “O caráter dentro do DIP” tem-se uma ideia do contexto:

O conflito mundial incorporava-se ao cotidiano, e suas consequências respingavam no Brasil, com racionamento de combustível e energia. Prudente de Moraes, neto, lembraria a tarde em que Graciliano, com um jornal debaixo do braço, se sentara ofegante em seu banco na livraria: – A situação está uma peste. Os aliados ganham nos vespertinos, perdem nos matutinos (1996, p. 183).

Essa reviravolta se devia não somente às dimensões estratégicas entre aliados e seus arquirrivais no conflito armado mas também porque a imprensa brasileira se apresentava com tendências políticas variadas: predominantemente constituída de comunistas, mas de chefia integralista; outra parte, embora menor, já acenava para a ainda política da omissão¹⁵. Por conseguinte, avanços e recuos, sucessos e fracassos, entre os aliados e os protagonistas do Eixo (Alemanha e Itália), eram também disputados assiduamente nos espaços dos jornais.

¹⁴Coluna que postumamente (1962) sairia reunida em livro com o título de *Viventes das Alagoas*.

¹⁵Em uma crônica de maio de 1940, “Conversa fiada” (RAMOS, 1986), Graciliano, vendo certa omissão sobre notícias de ataques na Holanda e na Bélgica pelo exército alemão, desopilaria: “Os nossos nervos sensíveis e cristãos recusavam-se a admitir semelhantes horrores” (p. 207). Omissão que virou vislumbre quando da entrada messiânica dos EUA na guerra.

Um ano antes de sua morte, indo à ainda potente União Soviética, Graciliano teria uma mais que simbólica sensação do que pode ser o fetiche criado por aquela estrondosa manifestação de força, como está no capítulo 8 de *Viagem*:

No intervalo [do Primeiro de Maio] foi realizada uma exposição de força, coisa pouca, segundo me disseram, apenas uma pequena amostra oferecida pela guarnição de Moscou [...]. Os animais [da infantaria] deslocavam-se como se estivessem a dançar. Depois foram carros de assalto, canhões, tanques, as horríveis armas da guerra moderna. Pouco antes as pernas dos cavalos moviam-se com ritmo, direitas, esquerdas, semelhavam, nesse acordo, membros humanos. **Agora me havia a impressão de que havia inteligência no metal.** Nas extensas filas de mecanismos não se viam condutores; era como se os poderosos engenhos soubessem dirigir-se com ordem, equidistantes, sem um deles avançar, retardar-se. Lá em cima voavam aeroplanos, os horrores que neste século nos embotaram a alma, tão numerosos e cruéis se tornaram, no bombardeio e na caça. A princípio eram grandes conjuntos barulhentos. Em seguida surgiram em conjunto de três, dois em linha, um a distanciar-se um pouco, formando pequenos triângulos brancos, silenciosos. O silêncio era novidade espantosa, e no começo escapou-me a significação dele. Os aparelhos surgiam, sumiam-se repentinamente – e então nos chegava o trovejar longínquo dos motores. Percebi que as tremendas máquinas tinham velocidade superior à do som (RAMOS, 1986c, p. 55-56, grifo meu).

Entre o êxtase e o horror, nota-se que, mesmo para uma pessoa de verve pacifista, torna-se difícil não se deixar em parte se seduzir por tal demonstração de técnica e organização. O irônico “coisa pouca” caracteriza a sensação de impotência que tal demonstração produziria no espírito daquele matuto, seguido das esclarecedoras expressões: “horríveis armas de guerra moderna”, “agora me havia a impressão de que havia inteligência no metal”, “os horrores deste século nos embotavam a alma”, “o silêncio era novidade espantosa”.

Tais demonstrações de força eram já também muito comuns na Alemanha a partir dos anos 30¹⁶, década da real chegada do nacional-socialismo ao poder. Decerto, à época, essas imagens ficaram muito presentes no repertório e no imaginário do jovem Adorno. A reação de nosso filósofo foi, no entanto, radicalmente oposta à reação de grande parte da sociedade alemã, que ficou seduzida com tamanho

¹⁶ O que ser conferido no relevante documentário *Arquitetura da destruição* (1989).

belicismo. O imperialismo alemão desembocou, como se sabe, no desastroso “evento-limite” do século XX, comumente conhecido como Holocausto¹⁷:

No centro dessa discussão localiza-se – como um poderoso buraco negro – a *Shoah* [devastação]. Esse *evento-limite*, a catástrofe, por excelência, da Humanidade e que já se transformou no *definiens* do nosso século, reorganiza toda a reflexão sobre o real e sobre a possibilidade da sua representação (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 75, grifos do autor).

Insistentemente retoma-se aqui a crise entre a realidade e sua representação e no que isso compreende a aversão dos nossos protagonistas à ideologia de progresso em conluio a suas fábulas evolucionistas. Noção esta cada vez mais difundida pelo deslumbramento da tão consumada globalização da economia com a junção de grandes conglomerados industriais, empresariais e midiáticos com suas ardilosas embalagens de tonalidades épicas aos aniquilamentos que ainda perduram insidiosamente durante após a inescrupulosa Guerra Fria:

Os 45 anos que vão do lançamento das bombas atômicas [pelos Estados Unidos no Japão] até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo [...]. Apesar disso, a história desse período foi reunida sob um padrão único pela situação internacional peculiar que o dominou até a queda da URSS: o constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial na chamada “Guerra Fria” (HOBSBAWM, 1995, p. 223).

Na trajetória da Guerra Fria, “[...] a paulatina divisão da Alemanha, de 1947 até a construção do Muro de Berlim em 1961 [...]” (p. 223) foi preocupação constante para a retomada frente ao Instituto de Pesquisas Sociais perante os “problemas sobre as relações da cultura com o ‘mundo administrado’ da sociedade industrial” [...] (JIMENEZ, 1977, p. 22) do capitalismo (parte ocidental) e da burocracia comunista

¹⁷Em “Da testemunha ao testemunho: três casos de cárcere no Brasil (Graciliano Ramos, Alex Polari, André Du Rap”, Wilberth Salgueiro comenta: “nunca é demais precisar que Shoah (devastação, catástrofe) difere de Holocausto (“todo queimado”), termo que implica alguma positividade, de sacrifício para deus” (2013, p. 302). Há teóricos que consideram o preterimento daquele por este um grave equívoco. Aqui se acatará tal ideia: “Ninguém é obrigado a saber a história e a etimologia do termo para, então, com precisão, utilizá-lo” (p. 302). Mas isso discutiremos a diante.

(parte oriental). Na América, com exceção e a partir da Revolução Cubana (1959), tem-se uma longa abrangência de uma chamada ditadura de direita que mescla industrialização e totalitarismo.

Adorno, em “Educação após Auschwitz” (ADORNO, 1995, p. 119-138), fala com clareza dos possíveis motivos que estão na base da manutenção do horror:

[...] Antes é de se supor que o fascismo e o horror que se produziu se relacionam com o fato de que as antigas e consolidadas autoridades haviam ruído e se esfacelado, mas as pessoas não se encontravam psicologicamente preparadas para a autodeterminação. Elas não se revelaram à altura com que foram presenteadas de repente. É por isso que as estruturas de autoridade assumiram [e ainda assumem] aquela dimensão destrutiva e – por assim dizer – de desvario que antes, ou não possuíam, ou seguramente não revelavam [...]. Porém quero enfatizar com a maior intensidade que o retorno ou não retorno do **fascismo constitui em seu aspecto mais decisivo uma questão social e não uma questão psicológica** (1995, p. 123, grifo meu).

Adverte-nos Adorno para as emblemáticas colocações de que o fascismo como questão psicológica poderia ser facilmente diagnosticado como patologia. Mesmo que haja um quê de doença no sadismo imperante em tal faceta, pode-se notar, até pelas reminiscências da *Infância* de Graciliano, que o fascismo se explica muito mais pelas circunstâncias históricas – que o produzem. No Brasil, em dimensões gerais, uma nação que foi recentemente colocada na história oficial da humanidade, a origem do problema parece se acentuar principalmente nos modos da sua colonização predatória.

O processo civilizatório condensou-se em “traumas coletivos” e em proporções, até certo ponto, fáceis de apontar, mas dificílimas de sanar. Ginzburg, em “Literatura brasileira: Autoritarismo, Violência, Melancolia”, afirma: “a melancolia na cultura brasileira, no século XX, em [muitos] casos, deve-se à forte presença da violência em nossa história política e social” (2012, p. 174). Embora subestimada por muitos, nossa trajetória está profundamente marcada pela condição de exilados dos colonizadores europeus, da maciça escravidão africana e do não menos

negligenciado genocídio indígena. Diante do acontecido, talvez aí sim se possa avançar para o lado psíquico da questão:

O trauma é frequentemente definido como uma situação de excesso [transbordamento] em que o sujeito não está preparado para a assimilação de um estímulo externo. Dependendo do tipo de trauma e de seu grau de intensidade, uma vítima de estímulo traumático pode sofrer sequelas ao longo de sua vida. Se por um lado é habitual entender o trauma como um episódio individual, por outro, cada vez mais, é possível pensar numa experiência de trauma coletivo. Um grupo, um segmento social, ou mesmo uma sociedade inteira pode ser alvo de uma ação de impacto, sem ser capaz, coletivamente, de elaborá-la conscientemente, de modo a superá-la (GINZBURG, 2012, p. 174).

INFÂNCIA

Para constatar como nos aparece tal impacto, basta sem muito esforço observar as passagens pouco triunfais de Graciliano Ramos. A infância dele tem muito em comum com a do país, sua colonização, quando predominavam semelhantes ideais e práticas para a educação da criança teimosa, ao índio pagão ou ao escravo dito fujão: o castigo, a tortura, quando não, a morte pela tortura. Tamanhas fustigações e riscos se repetem com ele durante o Estado Novo (*Memórias do cárcere*) e em muito coincidem com as sequelas adquiridas por ele e por outros escritores, intelectuais, militantes, cidadãos.

Theodor Adorno adverte-nos, ainda em “Educação após Auschwitz”, que “todo caráter, inclusive daqueles que mais tarde praticam crimes, forma-se na primeira infância” (1995, p. 121) e que “a educação que tem por objetivo evitar a repetição precisa se concentrar na primeira infância” (p. 122), pois a violência “do geral dominante sobre tudo que é particular [...] tem uma tendência de destroçar o particular e individual juntamente com seu potencial de resistência” (p. 122).

Agora, desde já em precaução àqueles que tendem potencializar os fins subestimando os meios, entre um idealismo oportunista ou de um psicologismo barato, podendo eles supor em que Graciliano não tivera danos, pois sua literatura já se trata de um exemplo de resistência, retoma-se Adorno sobre o caso de se resumir “toda a seriedade de Baudelaire ao fato de ele sofrer de um complexo

maternal. Nem sequer uma vez surge no horizonte a pergunta de se ele, como psiquicamente são, poderia ter escrito *Les Fleurs du Mal* e, com maior razão, se os poemas foram mais medíocres em virtude da neurose” (*Teoria estética*, 2008, p. 22). Adorno assim demonstra a incompatibilidade da tese de que a arte vista como terapia “deveria acabar afirmativamente com a negatividade da experiência” (p. 22).

Vejamos um forte exemplo que a memória de Graciliano fixou, em “Um cinturão”:

As minhas primeiras relações com a justiça foram dolorosas e deixaram-me funda impressão. Eu devia ter quatro ou cinco anos, por aí, e figurei-me na qualidade de réu. Certamente já me haviam feito representar esse papel, mas ninguém me dera a entender que se tratava de julgamento. Batiam porque podiam bater-me, e isto era natural (Ramos, 1995, p. 29).

A inserção generalizada do sofrimento torna-se regra por aclamarem ele como inevitável para o desenvolvimento humano. Isso nos chega de tal forma que se inicia desde muito sorratamente em muitas brincadeiras infantis indo aos trotes universitários com relevo para as videocassetadas que afloram na mídia em geral, de programas de auditórios a redes sociais, e tomam conta do cotidiano e se coadunam com todo o sensacionalismo presente nos noticiários em que perdas de todos os tipos são vistas por muitas das vítimas como coisas inerentes ao jogo da vida como se esta fosse uma peça de xadrez pronto para o abate, pois “na hora errada no lugar errado”. Adorno explicaria a magnitude de tal fenômeno da seguinte forma: “a tortura é a adaptação controlada e devidamente acelerada das pessoas aos coletivos” (1995, p. 130)¹⁸. E de alcance premeditado: “[...] pode-se contar a benevolência das divindades pela magnitude das hecatombes [...]” (ADORNO, 1995, p. 57).

Voltemos à cena lembrada pelo alagoano:

¹⁸ De modo mais pormenorizado: “O ponto de partida poderia estar no sofrimento que os coletivos infligem no começo a todos os indivíduos que se filiam a eles. Basta se pensar nas primeiras experiências de cada um [na família e] na escola. É preciso se opor àquele tipo de *folk-ways*, hábitos populares, ritos de iniciação de qualquer espécie, que infligem dor física – muitas vezes insuportável – a uma pessoa como preço de ela se sentir um filiado, um membro do coletivo. A brutalidade de hábitos tais como os trotes de qualquer ordem, ou quaisquer costumes arraigados desse tipo, é precursora imediata da violência nazista” (1995, p. 127-128).

Não consigo reproduzir toda a cena. [...] onde estava o cinturão? Impossível responder. Ainda que tivesse escondido o infame objeto, emudeceria, tão apavorado me achava. Situações desse gênero constituíram as maiores torturas da minha infância, e **as consequências delas me acompanharam** [...]. Havia uma neblina, e não percebi direito os movimentos de meu pai. Não o vi aproximar-se do torno e pegar o chicote. A mão cabeluda prendeu-me, arrastou-me para o meio da sala, a folha de couro fustigou-me as costas. Uivos, alaridos inúteis, estertor. Já então eu devia saber que rogos e adulações exasperavam o algoz [...].

[...] Foi esse o primeiro contato que tive com a justiça (RAMOS, 1995, p. 30-32).

O castigo, físico e psicológico, parece estar relacionado à punição permanente do eterno pecado original: a desobediência adâmica, o que desencadeia um sadomasoquismo frequente e generalizado na sociedade. Ao nos posicionarmos, por exemplo, perante a homofobia crescente em nossa sociedade, mesmo em famílias ditas instruídas todo sofrimento imposto ao filho servirá para torná-lo um “homem de verdade”, ou seja, adaptável ao meio. Daí, a tendência de se imporem desde muito cedo aos espécimes meninos práticas conhecidas como masculinizantes¹⁹, à espécie de no mínimo um permanente guerreiro, seja para a lavoura, para a indústria ou para o *front*. No caso de Graciliano, Franzino e dado a introspecções, forçava-se nele a educação formal e torciam pelo surgimento de um possível líder político ou religioso.

Tal projeção de liderança para o filho homem fazia parte dos anseios paternos, que, ao alfabetizá-lo precocemente por meio dos almanaques do comércio, vislumbraria

¹⁹Diante da questão, o escritor brasileiro, de físico tacanho, temperamento introspectivo e de saúde frágil, passou por muitas provações. Tudo isso o fez ficar à deriva das práticas esportivas. Não teve até aqui notícias da desenvoltura atlética do pensador alemão, ficando a dica presente na “Educação após Auschwitz”: “[...] O esporte é ambíguo: por um lado ele pode ter um efeito contrário à barbárie e ao sadismo, por intermédio do *fair-play*, do cavalheirismo e do respeito pelo mais fraco. Por outro, em algumas de suas modalidades e procedimentos, ele pode promover a agressão, a brutalidade e o sadismo, principalmente no caso de espectadores, que pessoalmente não estão submetidos ao esforço e à disciplina do esporte; são aqueles que costumam gritar nos campos esportivos. É preciso analisar de uma maneira sistemática essa ambiguidade” (ADORNO, 1995, p. 127). Difícil não levar em conta aqui o nosso futebol, já rechaçado por Graciliano em crônica de 1921: “Pensa-se em introduzir o futebol, nesta terra [...]. A rasteira! Este, sim, é o esporte nacional por excelência” (RAMOS, 1986b, p. 81). Não contava o alagoano que, aliado ao populismo político e ao poder econômico, mais o fanatismo cada vez maior dos torcedores, aquele não demoraria a incorporar a “rasteira”. Daí a advertência: “Considero que o mais importante para enfrentar o perigo de que tudo se repita é contrapor-se ao poder cego de todos os coletivos” (ADORNO, 1995, p. 130).

para o genitor algum prestígio na sociedade, mais especificamente um padre ou um advogado: um que dominasse pelo temor primitivo a um deus cruel: “Padre João Inácio me fazia medo”; ou outro, pela astúcia das leis: “Bento Américo, notável na opinião do júri”, ambas as qualidades possivelmente potencializadas pela indefinida situação socioeconômica e política da então vila de Buíque, entre o arcaico e o civilizado²⁰ (RAMOS, 1995, p. 98). O então rebelde Graciliano tivera problemas de se adequar a tudo, algo piorado com a frágil saúde dos olhos (oftalmia), que, além dos usuais cocorotes, custaram-lhe graves censuras pela “prudência materna” – que, a seu modo, reproduzia valores de cunho também patriarcal. Elas estão disseminadas por todo o livro *Infância*, mas por ora serão realçadas as do capítulo “Cegueira”, que assim se inicia:

[A cegueira] Afastou-me da escola, atrasou-me. Enquanto os filhos de seu José Galvão se internavam em grandes volumes coloridos, a doença de olhos [oftalmia] que me perseguiu na meninice torturava-me semanas e semanas. Eu vivia na treva, o rosto oculto num pano escuro, tropeçando nos móveis, guiando-me às apalpadelas, ao longo das paredes. As pálpebras inflamadas colavam-se. Para descerrá-las, eu ficava tempo sem fim mergulhando a cara na bacia de água, lavando-me vagorosamente, pois o contato com os dedos era doloroso em excesso. Finda a operação extensa, o espelho da sala de visitas mostrava-me dois bugalhos sangrentos, que se molhavam depressa e queriam esconder-se (Ramos, 1995, p. 129).

Dessa patologia trabalhosa, por questões óbvias, herdou da mãe a alcunha de “cabra-cega” e também a de “bezerro-encouraçado”. Achava a primeira mais insultuosa que a segunda: “Lembrava-me do jogo infantil e arrelia-me: “– Cabra-cega! / –Inhô. / – De onde vem? / – Do mundéu. / –Traz ouro ou prata?” (p. 130). Se ouro, findava em besouro; se prata, barata. Nos dois casos, sentia-se reduzido pela analogia a insetos, “pessoa insignificante, desprezível, pobre-diabo” (HOUAISS, 2000). Concluindo: “Não sabia porque me batizavam daquela forma. Se se referissem a um cavalo cego não me ofenderiam tanto” (p. 130).

²⁰Em “Ulisses ou Mito e Esclarecimento”, Adorno supõe a substituição da arcaica “religião popular elementarista” pela moderna “religião logocêntrica da lei” (1985, p. 69), tendo os primórdios do Direito como seu desdobramento. No sertão misto de Graciliano, o que se pode notar é que, desassistidos pela última, pois “[...] a astúcia é o desafio que se tornou racional [...]” (p. 64), costumeiramente recorrem também pelo temor a corruptela da primeira, o misticismo.

Para este trabalho será o apelido menos preterido chama mais a atenção, por ser – para além de um traço da rejeição materna – uma característica hegemônica da sociedade para algo ainda mais “não-idêntico”²¹, pois “bezerro-encouraçado” é nitidamente um intruso, um pária: “Quando uma cria morre, tiram-lhe o couro, vestem com ele um órfão, que, neste disfarce, é amamentado. A vaca sente o cheiro do filho, engana-se e adota o animal” (p. 130). Assim, a eliminação mesmo que simbólica de qualquer traço consanguíneo justificaria as estupidezes sofridas, o que também lhe aumentaria os transtornos físicos, morais e psíquicos:

Devo o apodo ao meu desarranjo, à feiúra, ao desengonço. Não havia roupa que me assentasse no corpo: a camisa tufava na barriga, as mangas se encurtavam ou alongavam, o paletó se alargava nas costas, enchia-se, como um balão [...]. **Eu aparentava pendurar nos ombros um casaco alheio.** Bezerro-encouraçado. Mas não me fazia tolerar. Essa injúria me revelou muito cedo a minha condição na família: comparado ao bicho infeliz, considerei-me um bicho enfadonho, aceito a custo. Zanguiei-me, permanecendo exteriormente calmo, depois serenei. Ninguém tinha culpa do meu desalinho, daqueles modos horríveis de cambembe. Censurando-me a inferioridade, talvez quisessem corrigir-me (p. 130, grifo meu).

Nota-se que a vítima poupa seus algozes e toma a causa do recorrente transtorno sofrido para si, postura que lembra uma passagem de “O que significa elaborar o passado”: “[...] uma culpa fictícia [em] um castigo altamente real” (ADORNO, 1995, p. 31). E de expiação o ocidente já sabe o bastante, pois, em lugar de se combaterem as possíveis falácias do problema, dialogando com quem coloca dúvidas onde outrem impõe dolorosas soluções, a sociedade já demonstrou mais de uma vez acatar a última proposta. Convivência apontada em livros de História e aqui

²¹O não-idêntico é um conceito recorrente na obra de Adorno. Vejamos o comentário esclarecedor de Lizandro Caligari: “[...] o modo de pensar cientificista tem como alvo preferencial a disseminação da ideologia dominante, buscando, através dos processos de submissão da ordem instituída, fazer ou produzir o homem projetado segundo a lógica da identidade e do modelo mecanicista da natureza. Não interessa a esse padrão de conhecimento investir num modo de pensar assentado numa lógica da diferença e, por isso mesmo, tudo o que é não-idêntico e constitui o outro da razão deve ser colocado fora de um determinado esquema de pensamento, já que é suspeito de irracionalidade. A idiosincrasia aos judeus, como um comportamento alérgico e de repulsa, enquadra-se nessa dinâmica [...]. Essa marca de perseguição desperta sentimentos de raiva, aliando-se, enfim, ao prazer do algoz de praticar a tortura. De forma análoga, toda sociedade monta seu arcabouço de excluídos. Via de regra, negros, homossexuais, mendigos e prostitutas, só para citar alguns, são utilizados como grupos que não se enquadram na ética do sacrifício, do esforço e do trabalho” (CALIGARI, 2008, p. 292), portanto perfeitos para bodes expiatórios na conturbada sociedade de classes. O estigma adequado para Graciliano de então era o de uma criança pobre, frágil e impertinente.

criticada por Graciliano na carta 26, endereçada ao pai em 1915, estando o autor então com 23 anos: “Oh! Eu respeito muito a religião que tem o poder de, acendendo algumas piedosas fogueiras com azeite humano, chamar a seu grêmio os mais **encarniçados inimigos...**” (RAMOS, p. 57, grifo meu). Entenda-se o relevo na citação: com o pai remediado, à mercê de coronéis, e a mãe submissa ao primeiro, foram propiciadas as condições para que o bode expiatório se tornasse predominantemente o cético Graciliano.

ATEÍSMO E MESSIANISMO

Já com os pés no seu determinado ateísmo, vejamos alguns aspectos relevantes no emblemático capítulo “Fim do mundo” de *Infância*. Ali, a mãe, servindo-se de “milagres ingênuos, parábolas, biografias de santos, lendas, conselhos exigentes, ofertas indefinidas e ameaças” (1995, p. 64), constatara a aproximação do apocalipse e refutava as “conjecturas” do filho:

[...] Deus não eliminaria por atacado, sem motivo, seu Afro, Cárcara, José da Luz, André Laerte, mestre Firmo, seu Acrísio, Rosenda, os meninos do Teotoninho Sabiá. E Padre João Inácio. Quem tinha contado ao sujeito do livro que Deus resolvera matar Padre João Inácio? Padre João Inácio era poderoso. Recusei o vaticínio, firme. Conversa: o mundo não ia acabar. Um mundo tão vasto, onde se arrumavam desafogadamente a vila e a fazenda, resistiria (p. 69).

O elemento central para a refutação do infante Graciliano não é Deus em si, mas temor ao Padre Inácio, exemplo real de austeridade. As heresias enfureceriam sua mãe, que o atacava com “[...] com descomposturas enérgicas” (p. 69), mas, intercalando ataques, “em tom amável. Foi serenando, terminou o debate como se nos referíssemos a visões de sonhos”, embora por fim ainda teimasse em “declarar-me um animal [...]”. De vez, “abrandou”, pois ela queria ser convenientemente persuadida do contrário (p. 69).

Graciliano, em sucessivos capítulos de sua *Infância* (1995), a exemplo de “Padre João Inácio”, “O fim do mundo” e “O inferno”, demonstra seu ímpeto a desconfiar das fórmulas religiosas como explicação para aquele conturbado mundo social.

Entretanto, posteriormente, ainda aos “nove anos”, tenta uma trégua com a fé em não menos sugestivo capítulo chamado de “Intervalo”: “Seu Nuno quis me transformar em ajudante de missa, e isto me atraiu, deixei-me sugestionar [...]. De fato o catecismo não me inspirava simpatia, mas a aritmética e a seleta clássica eram piores” (p. 181). Na verdade, seu Nuno se tratava de um mais que remediado comerciante, então tal aproximação pareceria próspera aos anseios paternos. No entanto,

[...] arriei num degrau do altar, engrolei desatento a minha parte, baralhando-me as respostas, calando-me. E assim continuei. Adiantava-me, atrasava-me, escorregava no tapete, confundia epístola com o evangelho, não segurava direito o missal, nos momentos mais sérios distraía-me olhando os vitrais. No manejo das galhetas fui tão inábil que retrogradei. Cassaram-me funções, nem o turíbulo me deixaram, porque não consegui alongar ou encurtar as correntes, e nas minhas mãos o objeto, em vez de lançar fumaça, lançava cinza [...]. E a minha fé pouco a pouco arrefeceu: a liturgia encrocada afastou da igreja um ministro (p. 182).

Apesar do fiasco, houve na ocasião o contato com Padre Pimentel que lhe colocou a par do “Velho Testamento” e, ao que parece, isso lhe foi favorável até certo ponto para justificar as agruras do seu entorno, pois situando a aridez da Caldeia no interior de Pernambuco: “[...] Mantive essa localização arbitrária, útil à verossimilhança do enredo, espalhei seixos, mandacarus e xiquexiques no deserto sírio, e isto não desapareceu inteiramente quando os mapas vieram” (p. 183). Comparando os augúrios com seu contexto, colocava permanentemente o clérigo em xeque: “[...] Realmente não explicou direito o holocausto goro de Isaac e disfarçou, para evitar-me transtorno, o procedimento das filhas de Lot [...]. A poligamia, o furto e as safadezas não me espantavam. Onze malvados se desembaraçavam de um irmão [...]” (p. 184). Por fim, empacara mesmo fora com Moisés:

Até aí, tudo razoável. Em seguida enxerguei na História certo exagero. [...] era um grande chefe, mas teria vencido os egípcios, atravessando o mar a pé enxuto, recebido alimento do céu, tirado água das pedras, visto Deus? Pedi confirmação. Havia prova de que

o judeu realizara tantos milagres? Padre Pimentel não se enfadava. Claro que tinha realizado (p. 184).

Ali, aquilo que sobrava num faltava em demasia noutro: o pacto ficcional com o dogma, este que vem assegurado pelo caráter epopeico da narrativa. O filósofo idealista Friedrich Schelling (1775-1854), por exemplo, pertencente a uma corrente teórica fortemente influenciada pelas tradições bíblicas como mito de fundação e universalidade, defendia que as “obras literárias deveriam propor um mundo melhor do que de fato o é, para elevar os seres humanos em seus valores e interesses”, segundo sintetiza Ginzburg (2012, p. 45). Por tal ótica, todas as provações e privações presentes na pedagogia milenar das escrituras serviriam para a iniciação de uma humanidade à revelia de ímpios e gentios. Para tanto, haveria a necessidade de se fixarem “as verdades humanas como eternas, invariáveis, pouco importando os conflitos históricos circunstanciais, as contingências tensas”. Ou seja: “A defesa de verdades eternas pode coincidir, convenientemente, com o reforço do recalque da violência histórica” (GINZBURG, 2012, p. 51). Presumindo que tal velamento da realidade possa fortalecer transcendentalismos e totalitarismos, apoiemo-nos em “Palestra sobre lírica e sociedade”, que, a contrapelo, dirá:

[...] o pensar sobre a obra de arte está autorizado e comprometido a perguntar concretamente pelo teor social, a não se satisfazer com o vago sentimento de algo universal e abrangente. Esse tipo de determinação pelo pensamento não é uma reflexão externa e alheia à arte, mas antes uma exigência de qualquer manifestação linguística. O material próprio dessa configuração, os conceitos, não se esgota na mera intuição. Para poderem ser esteticamente intuídos, os conceitos sempre querem ser também pensados, e o pensamento, uma vez posto em jogo [...], não pode mais a seu comando ser sustado (Adorno, 2003, p. 67).

Afeito a reflexões, Graciliano se recusa a aceitar o meramente oferecido, pois tal iniciativa, como se pode notar, seria aniquilada em prol de um modelo de sociedade em que a exclusão é regra. Portanto, ela não toleraria uma discriminação voluntária já a partir de certa autonomia no “esteticamente intuído”, a exemplo do posterior capítulo “Os astrônomos” (RAMOS, 1995): “Aos nove anos, eu era quase um

analfabeto [...]” (p. 187), mas isso não impediu que assimilasse, mesmo à base de coerção posta nos ensinamentos, alguma determinação e disciplina que seriam devidamente reaquecidas no futuro cárcere, na Ilha Grande. Por ora: “O lugar de estudo era isso. Os alunos se imobilizavam: cinco horas de suplício, uma crucificação [...]” (p. 188). Em casa, à deriva dos espíritos e à mercê dos bons empreendimentos do pai: “[...] saltando linhas e repisando linhas, alcancei o fim da página sem ouvir gritos [...]. Com certeza o negociante recebera alguma dívida perdida [...]” (p. 188).

Um advento financeiro (positivo ou negativo) por parte do pai pode suscitar algum tipo de abalo na existência: “[...] na terceira noite fui buscar o livro espontaneamente, mas o velho estava sombrio e silencioso. E no dia seguinte, quando me preparei para moer a narrativa, afastou-me com gesto carrancudo” (p. 189). Se a aniquilação do ser não vem primordialmente daí, não se pode negar que a infância, como costumeiramente conhecemos, é uma escola de autoflagelação: “[...] a princípio foi desespero, sensação de perda e ruína, em seguida uma longa covardia, a certeza de que as horas de encanto eram boas demais para mim e não podiam durar” (p. 189).

Em projeção kafkiana²², escreveria sem meias palavras ao pai com uma ironia já peculiar, em 1915 com 23 anos na carta 26: “[...] Eu não me pareço ateu, como está em sua carta, sempre o fui, graças a Deus [...]” (RAMOS, 1982, p. 56). Ou, quem sabe, graças também ao pai biológico, já que este, como padrão de submissão aos arranjos conjunturais, persegue-o com valores conservadores de nossa sociedade, em vez de reagir a um mundo há muito desencantado, até porque expropriado da sua autonomia intelectual. Desta, desde muito cedo, Graciliano se fez companheiro e assimila-se a Adorno, em “O que significa elaborar o passado”, na contramão do

²²A obra do escritor Franz Kafka é uma das poucas a receber referências plenas por parte de Adorno, que encontrou nela (como na de Beckett e de Schoenberg) certa correspondência artística em relação a suas reflexões estéticas e filosóficas: “[...] Aquele a quem as rodas de Kafka atropelam um dia, para ele a paz com o mundo está tão perdida como a possibilidade de acomodar-se com a sentença de que o giro do mundo é ruim [...]” (“Engagement”. ADORNO, 1991, p. 59). lembra-se aqui do início de *Carta ao pai*: “Querido pai, // Tu me perguntaste recentemente por que afirmo ter medo de ti. Eu não soube, como de costume, te responder, em parte justamente pelo medo que tenho de ti, em parte porque existem tantos detalhes na justificativa deste medo, que eu não poderia reuni-los no ato de falar mais ou menos coerente [...]”. Disponível em: http://www.lpm.com.br/livros/lmagens/carta_ao_pai.pdf. Acesso em: 9 jul. 2015.

oportunismo corrente que defende coisas do tipo: “Quem não se ocupa com pensamentos inúteis não joga areia na engrenagem” (1995, p. 34).

Graciliano denuncia a ambiguidade cristã e a conveniente dubiedade muitas vezes escolhida pela humanidade, por uma questão de sobrevivência: “Eu penso sempre que entre os milhares de sujeitos que a igreja canonizou devia ter muito ateu, muito ímpio esperto que preferia o céu ao inferno apenas por uma simples questão de bem estar cá na terra” (p. 56). Pensando especificamente na Inquisição e nos efeitos duradouros desse período, dirá: “[...] na Espanha, na Idade Média, houve homens sensatos que não acreditavam em Deus, mas com medo das grelhas do Santo Ofício [...] preferiram ‘queimar a ser queimados’” (p. 56). Por fim, para o pai, sua pretensa emancipação:

[...] Deus está morto, coitado! Ainda insepulto, mas morto a valer, como os atuais hereges da atualidade afirmam [Nietzsche]. Mas eu respeito essa velha forjadora de embustes daqueles bons tempos em que a humanidade, para andar, precisava de freio na boca e sela no dorso... (p. 57)

A ironia aqui presente está como tom de desabafo de uma difícil emancipação por parte do bombardeio constante das forças ditas espirituais. Nessa direção, vale lembrar as “Teses contra o ocultismo”, de Adorno, em *Minima Moralia*: “a ideologia burguesa tardia fizera [do espírito] um existente em-si, segundo a medida da divisão do trabalho, da ruptura entre trabalho físico e espiritual, da dominação planificada sobre o primeiro [...]” (2001, p. 255), ou seja, as reminiscentes manifestações arcaicas do animismo hoje servem para justificar o poder de quem tem comando sobre os demais. Por isso, o uso do termo “difícil emancipação”. De outro lado, há as considerações em torno dos arranjos necessários para a consumação do matrimônio. Neste, novas negociações vêm à tona, como na carta 39, à ainda religiosa Heloisa²³, sobre os preparos espirituais para o possível casamento:

²³ Heloísa Ramos em futuro depoimento: “Grace nunca dizia para eu pensar dessa ou daquela forma, pois tinha horror ao tom professoral. Recomendava-me a leitura de alguns livros ou então contava as coisas e esperava o efeito. Foi assim a me explicar a Revolução Russa. Fui compreender Marx dessa forma”. Claro é que, mesmo evitando o “tom professoral”, os contundentes pontos de vista de Graciliano não a deixariam incólume. Entretanto, ela também possuía um caráter forte, pois, à época

A consciência vai bem, muito obrigado. E se porventura encontrarmos nela algum espinho (porque desejo que a examines bem), a vida no claustro, o hábito religioso, orações, muitas ladainhas, Santa Terezinha e o resto, toda essa encrenca que queres me meter será o suficiente para tirar o espinho.

Mas vê se livras da confissão. Isto agora é sério. Estou pronto a fazer o que quiseres no convento, mas esta coisa de confessar a um padre não está certa. Eu sou lá capaz de confessar-me? (RAMOS, 1982, p. 100)

Os ritos de entrada, permanência e saída da existência apresentam-se espiritualizados como se nada mais fossem do que o desdobramento da coisificação do homem perante a impotência em relação a outras instâncias, como da constatação da sordidez do “Pavilhão dos primários”: “[...] as formalidades esquisitas, as frases absurdas e insubstituíveis desarrumavam-me conceitos mais ou menos estabelecidos [...]” (RAMOS, 1986b, p. 334-335).

De volta ao tema do ateísmo, acompanhemos suas predicções até certo ponto niilistas sobre a morte, em outra carta ao pai a respeito da notícia da morte de três dos seus irmãos e um sobrinho por peste bubônica, na carta 29: “[...] Mas como a escolha é mal feita. Porque se vão os que desejam ficar e cá permanecem os que anseiam por partir? Que desigualdade! Quem fará a escolha? Deus... Como Deus é mal e injusto!” (RAMOS, 1982, p. 67). Por fim, um arremedo de desabafo: “Como seria injusto e mal, quero dizer, se existisse!” (p. 67). Pode-se até pensar que, pelo sentimento expresso, Graça ainda presente à época uma dimensão menos ateia que ateísta. Alcinha esta dada a Sartre por Adorno, em “Engagement”, devido ao caráter messiânico da sua filosofia: “[...] acresce-se em Sartre da herança cristã do: quem não está comigo está contra mim, porém sem o conteúdo concreto ideológico [...]” (1991, p. 54). Interessa perceber o confronto que se estabelece a partir dessa extremada aversão à maneira de se sublimar todo sofrimento, porque este será recompensado em algum lugar da posteridade. Portanto, visto como algo mais que natural: indispensável.

da prisão pelo imberbe Estado Novo, partiria sozinha para o Rio contra a vontade do marido, “determinada a lutar pela libertação dele” (“Um estranho no ninho”. MORAES, 1996, p. 121-132).

Mesmo quando a razão se torna conivente (instrumentalizada) ou refém do contexto, como demonstra tal passagem sobre o seu uso excessivo das expressões “graças a Deus”, “Deus me”, “Santos Deus”, “Se Deus quiser” e congêneres, ao que ele respondeu maliciosamente que “Não sou o que falo, sou o que escrevo”. Acredita-se aqui que diferente da escrita de cunho mais analítico, tal qual a literatura e a filosofia, a fala possui as amarras do cotidiano, principalmente no que diz respeito a sua função fática, ou seja, “a de manter aberto o canal de comunicação com o interlocutor sem que se diga necessariamente alguma coisa de importante” (HOUAISS, 2000), ou estando sem espaço ou tempo para uma explicação mais detalhada do fenômeno em questão. Talvez, por fim, fosse mais sensata a explicação do amigo dom Penido, reitor do Mosteiro São Bento, no capítulo “Um marxista no mosteiro”, da biografia de Dênis de Moraes:

– Percebia que ele realmente conhecia a Bíblia. Não era uma leitura no sentido cristão, teísta, mas uma interpretação do ponto de vista humano. Não havia, da parte dele, propriamente uma concordância no plano da crença, mas uma admiração da Bíblia como obra humana e por sua indiscutível beleza enquanto expressão literária. Eu não afasto a possibilidade de ter sido impregnado, na infância, pelas raízes cristãs muito fortes da família nordestina. Quem sabe essa influência familiar não deixou resquícios em seu subconsciente? A gente não mata o subconsciente (1996, p. 232).

Graciliano é a prova cabal de que não se mata, mas se briga sim com o respectivo “subconsciente”. Na medida do até impossível é preciso resistir a suas falácias. Claro que não se consegue fazer isso na mesma intensidade o tempo todo, pois corre-se o risco de sair da alienação estrutural para a loucura ou morte. Eis o cabimento da sua escrita: “[...] é necessário que eu não enlouqueça, apesar da cadeia. Preciso ter a cabeça no lugar e afastar essas coisas de coração. Se o coração entrar na dança acabo enforcando-me [...]” (RAMOS, 1982, p. 198). As cadeias estão permanentemente nos discursos e Graciliano, mesmo leitor confesso da Bíblia (cf. “Auto-retrato”, em anexo), deixa nítida sua oposição à metafísica e à pieguice oriunda desta em toda sua obra, o que aparece de maneira mais acirrada na sua produção memorialística.

Também a opinião de dom Penido está à busca de no mínimo consenso, o de que a possibilidade de uma leitura não teísta da Bíblia possa consistir na condição de se considerá-la a “obra humana”, por excelência, devido à “[...] sua indiscutível beleza enquanto expressão literária”. No entanto, tal ponto de vista se apresenta problemático perante o pensamento dos dois autores aqui em destaque. Para Adorno, por exemplo, a prepotente sabedoria presente no épico é condizente com a barbárie que ela presume estar combatendo. Vê-se em “Ulisses ou Mito e Esclarecimento”, capítulo de *Dialética do esclarecimento*:

[...] Quem fala demais deixa transparecer a força e a injustiça como seu próprio princípio e assim excita sempre aquele que deve ser temido a cometer exatamente a ação temida. A mítica compulsão da palavra nos tempos pré-históricos perpetua-se na desgraça que a palavra esclarecida atrai para si própria [...] (1985, p. 72).

A coerção é a principal função das hipérboles presentes nas epopeias, das quais todo discurso religioso e ufanista é paráfrase. Jaime Ginzburg comenta, em “Violência e forma em Hegel e Adorno”: “[...] A proposta de ler Hegel em articulação com Adorno é dar visibilidade a um aspecto específico de sua concepção de épica: a função que [o primeiro] atribui à crueldade do herói épico” (2012, p. 75). Essa crueldade dirige-se para o outro, mas também para si mesmo, pois os protagonistas de tais gêneros vivem no limite simbólico entre a vida e a morte. Quanto maior a penúria ou mais extremada seja a situação vivida por eles tanto maior o alcance ideológico; eis porque os hinos nacionais em sua grande maioria se equivalem ao gênero clássico:

[...] se o herói se destaca em suas ações e contrasta com seus inimigos em força ou habilidades, essa diferenciação estaria em acordo com distinções qualitativas entre os grupos em confronto. A superioridade de um herói configuraria, em termos conotativos, a superioridade de uma nação (2012, p. 76).

Graciliano, avesso às ferramentas de caráter panegírico, pois a ele interessa mais o enaltecimento da vida pela vida e não pela morte, a imanência à transcendência,

quando cogitado sobre “fé religiosa”, assevera: “[...] fenômeno do passado, anacronismo, posição anticientífica” (MORAES, 1996, p. 232). Especificamente sobre o mosteiro: “– É uma casa medieval, pura Idade Média, vivem fora da vida” (p. 232). Coerentemente, escreveria sem ponderações sobre Jesus Cristo numa oportuna comparação a Juarez Távora, um dos líderes da Intentona Comunista de 1935²⁴. Isso porque, em abril do mesmo ano, frente a mais uma resposta da esquerda militarizada ao conturbado contexto fascista passaria ele por perrengues em Maceió como “diretor da Instrução Pública de Alagoas – cargo equivalente ao de secretário estadual de Educação” (MIRANDA, 2004, p. 80), na carta 80:

Hoje ninguém trabalha, que é pecado, por causa da morte do J. Cristo, esse rapaz que andou fazendo discursos na província e acabou tentando chefiar a revolução na capital. Tenho desejo de ler os jornais do tempo, mas as reportagens, que ali estão em cima da arca de Noé, me tomariam o dia inteiro, e eu tenho outras coisas para fazer [escrever *Angústia*] nestas noventa e seis horas de férias [Semana Santa]. Em todo o caso penso no J. Cristo, sem nenhuma simpatia, está visto. Foi o pior dos revolucionários, muito mais que o Juarez Távora [...]. Depois tudo se endireita, porque a revolução daqui foi miudinha, uma revolução besta, sem mártires, sem santos, sem doutores. A do J. Cristo foi a encrenca mais desastrosa que a humanidade já aguentou. Há dois mil anos que rebentou o fuzuê, e nunca mais as coisas voltaram aos eixos (RAMOS, 1982, p. 149-150).

Notória é a crítica de Graciliano ao caráter messiânico inerente às insurreições políticas, como se pudéssemos por via de uma tábula rasa aplainar conflitos históricos e não, o contrário, procriar outros tantos: “[...] foi o pior dos revolucionários [...]”, pois costumeiramente em tais situações são premeditadas ou alimentadas expectativas que sintetizem soluções definitivas para problemas de longa data e de vieses variados. Passados aproximadamente 300 anos do ímpeto da Revolução

²⁴Descontente com o rumo que o governo Vargas tomou após a Revolução de 30 e, por conseguinte, a Revolução Constituinte de 32, a recém-formada Aliança Nacional Libertadora (ANL), na figura de Luís Carlos Prestes, resolve iniciar mais um levante. Juarez Távora lidera-o no Nordeste. Um trecho de Graciliano a respeito da respectiva situação em capítulo das *Memórias do cárcere*, “Viagens”: “[...] Os interesses da propriedade, grande ou pequena, a lançariam no campo do fascismo, quando esta miséria ganhava terreno em todo o mundo. Em geral a revolução era olhada com medo e indiferença. Os habitantes da cidade contentavam-se com discursos idiotas, promessas irrealizáveis e artigos safados, animavam-se à toa e depressa desanimavam [...]; as populações da roça distanciavam-se enormemente das do litoral e animalizavam-se na obediência ao coronel e a seu vigário, as duas autoridades incontrastáveis [...]” (1986, p. 83).

Francesa, “[...] as palavras mágicas Liberdade, Igualdade, Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais [...]”, afirma Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1995, p. 175). Mesmo na Europa, marco da emancipação literária, filosófica e política frente ao catolicismo e à monarquia, ambos absolutistas, aquela fora instrumentalizada para dar vazão à ascensão da burguesia. Esta que se fortaleceria ainda mais nos posteriores vernizes positivistas: “[...] Para seus adeptos, a grandeza, a importância desse sistema prende-se exatamente a sua capacidade de resistir à fluidez e à mobilidade da vida [...]” (p. 176). Ou seja, os dogmas passariam para o lado da ciência de resultados.

Em terras brasileiras, os sectários do pensamento do “mestre” Augusto Comte “[...] chegaram a formar a aristocracia do pensamento brasileiro [...] e tiveram papel parecido com o daqueles *científicos* de que gostava de cercar-se o ditador Porfírio Diaz [México – 1830-1915]” (p. 177, grifo do autor). Mesmo assim, ainda que em meado do século XX, “[...] Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática” (1995, p. 177)²⁵, reafirmaria Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, lançado originalmente em 1936 e reeditado pelo próprio em 1947 e 1955.

Dando continuidade à comparação entre messianismo e os anseios brasileiros de transformação social, Graciliano Ramos ainda especula:

[...] estou aqui pensando no que seria o mundo se o J. Cristo, em vez de se entregar àquela mania que todo o judeu tem de consertar o que está certo, tivesse ficado em casa, fabricando bancos e mesas, como o marido da mãe dele. O mundo hoje seria menos feio, menos

²⁵Em conformidade às dúvidas que já Graciliano apontara desde sempre sobre uma revolução de esquerda no Brasil, também Sérgio Buarque de Holanda, seguindo as mesmas inclinações, diria: “[...] Tudo quanto o marxismo lhes oferece de atraente, essa tensão incoercível para um futuro ideal e necessário, a rebelião contra a moral burguesa, a exploração capitalista e o imperialismo, combina-se antes com a ‘mentalidade anarquista’ de nosso comunismo do que com a disciplina rígida que Moscou reclama de seus partidários” (1995, p. 187). Tal livro de Sérgio Buarque seria, para Antonio Candido, “uma arma para abrir caminhos aos grandes movimentos democráticos integrais” (p. 24), talvez por isto, em adendo, na edição de 1955, o seu autor tenha registrado: “Redigidas pela primeira vez em 1935, estas palavras já não parecem corresponder à realidade presente. Restaria saber se o zelo, principalmente sentimental, com que inúmeros de nossos comunistas seguem hoje um chefe ‘que nunca erra’ não seria a causa de tal mudança, muito mais que a adesão consciente e refletida aos princípios marxistas” (p. 208), reafirmando assim o sentimento de orfandade do qual dificilmente uma sociedade – que não esteja apta à laicização e que se prontifique a resistir a outros anseios totalitaristas – escapa.

triste, menos besta, menos safado, menos ruim (RAMOS, 1982, p. 150).

Aqui, como em Adorno, o trabalho braçal aparece como coisa pouco grata para quem pretende exercer alguma liderança: “[...] Talvez nem seja mais possível reunir essas duas coisas [trabalho braçal e intelectual] em um denominador comum”, dirá numa das aulas de *Introdução à Sociologia* (2008, p. 44). Isto, ainda segundo Adorno, nem tanto mais pelo estigma da escravidão, inferioridade, mas porque “[...] quanto mais se compreende da sociedade, tanto mais difícil é tornar-se útil nela [...]” (p. 45).

Outro ponto a se levantar no comentário de Graciliano ao “J. Cristo” (abreviação precedida de artigo, especificando-o; tratamento por si só bastante incomum, portanto, acentuando o irônico desabafo) seria o de nosso autor dar ares de antissemitismo ao enfatizar o protagonismo judeu “em sua mania de consertar o que está certo”. Nesse aspecto, o próprio Adorno, de ascendência judaica por parte de pai (Wiesengrund), em “Ulisses ou Mito e Esclarecimento”, capítulo da *Dialética do esclarecimento* (em parceria com Horkheimer), enfatiza a inclinação judaica para o sacrifício na passagem em que o supracitado protagonista da *Odisseia*, para ludibriar o antropófago Ciclope (representante de uma natureza que se quer esquecida; quando não, dominada), se passa por “Oudeis” (Ninguém). Este “[...], que se dá compulsivamente a conhecer como Ulisses, já apresenta o traço característico do judeu que, mesmo na angústia da morte, se gaba da superioridade que dela resulta”²⁶ (1985, p. 72).

NÃO-IDÊNTICO

Ao aniquilamento da natureza, do canibalismo, por parte da civilização, já como uma espécie de esclarecimento pedagógico, “a vingança contra o mediador [o protagonista das epopeias] não aparece só ao fim da sociedade burguesa [shoah],

²⁶ Aqui pode se retomar a questão apresentada anteriormente, onde se coloca o preterimento do termo holocausto ao *shoah* porque o primeiro é uma referência a um sacrifício com tonalidade divina; enquanto que, no segundo, não há esse alcance litúrgico. Talvez holocausto tenha imperado por tanto tempo pelo apontado protagonismo judeu, principalmente no “Velho Testamento”, na positividade ali posta, a de purificação, como a realçar o sofrimento; quando o que acontecera na realidade da Segunda Guerra Mundial fora um assassinio coletivo.

[a vingança] já está em seu começo como a utopia negativa à qual toda forma de violência sempre tende” (p. 73). Discriminando o não-idêntico, condenando-o à destruição, o homem se tornou mais nocivo ao homem que toda a natureza a ele. Ou seja, o ciclope “Polifemo e outros monstros ludibriados por Ulisses já são modelos para os diabos estúpidos da era cristã” (p. 70), a exemplo do tratamento dado pelos colonizadores aos antropofágicos remanescentes à época do Brasil-Colônia.

Quanto à questão teórico-conceitual do não-idêntico, diria Graciliano, no capítulo “Viagens” de *Memórias do cárcere*: “gostamos de um gato, de um cachorro, de um papagaio, mas não suportaríamos esses bichos se pensassem de maneira diferente do nosso” (1986b, p. 111). Já Adorno, em “Sobre sujeito e objeto”, diz: “definir é o mesmo que capturar [...] o sujeito devora o objeto ao esquecer o quanto ele mesmo é objeto [...]” (1995b, p. 182-183). E, retornando a Graciliano: “[...] somos animais bem esquisitos” (p. 133), selvagens às diferenças e dóceis perante os mais castradores clichês.

OCULTISMOS

De quando Graça era “passageiro” no porão do navio Manaus deparou-se com um “rosário de contas” no peito de outro prisioneiro (RAMOS, 1986b): “– O senhor usa isso, companheiro? O sujeito endureceu a cara, deitou-me o rabo de olho, formalizou-me e grunhiu: – Quando a nossa revolução acabar, ateus assim como o senhor serão fuzilados” (p. 133). Pondera o autor:

[...] Homem de religião, homem de fanatismo, preso como inimigo da ordem. Contrassenso. Como diabo tinha ido ele parar ali? Vingança mesquinha de político da roça, denúncia absurda, provavelmente – e ali estava embrulhado um eleitor recalcitrante, devoto bisonho do padre Cícero. Com certeza havia outros inocentes na multidão, de algumas centenas de pessoas (p. 133-134).

De delação ele entendia, pois quem efetuara sua prisão fora um oficial com quem ele já tivera um entrevero por conta de um não favorecimento a uma parente

próxima daquele²⁷: “[...] por que vinha prender-me o sujeito que um mês antes me fora amolar com insistências desarrazoadas?” (p. 47). Trata-se de uma pergunta retórica, pois estivera sempre ciente do grau de revanchismo que suas duras decisões causavam a outrens, principalmente depois de prefeito de Palmeira dos Índios, como demonstram seus já citados famosos *Relatórios* (1994).

A peleja do rosário acaba por ser estabelecer pela retórica do desabafo, pois a partir dela Graciliano aponta uma série de situações que alimentam um regime de exceção sem necessariamente se conseguir mensurá-las, já que as “astúcias” em jogo são muitas. Pode-se pensar que aquele “rosário de contas brancas e azuis” pertença, por exemplo, a um credo à margem do oficial. Isso já seria considerado um risco, o que atrairia facilmente uma denúncia por defesa dos interesses não só religiosos mas também políticos. De certa maneira, o escritor apresenta situação semelhante ao falar do messiânico Antônio Conselheiro, em sua “Pequena História da República”, em *Alexandre e outros heróis*:

Em 1876 foi preso. Em 1887 o Arcebispo da Bahia, justamente alarmado com a concorrência que o idiota fazia à religião verdadeira, denunciou-o ao presidente da província, que desejou manter o homem num hospício de alienados. Infelizmente não havia lugar no asilo – e Antônio Conselheiro continuou a pregar ideias subversivas e a anunciar o fim do mundo para 1900.

Antes do fim do mundo, porém, veio a República. E descobriram que ele era um monarquista perigoso [...] (RAMOS, 1979, p.151-153).

O “idiota” pronunciado por Graciliano é do mesmo naipe da pergunta (“O senhor usa isso, companheiro?”) feita na situação anterior, pois claramente aqui se entende que exaltar uma metafísica em detrimento a outra, “à religião verdadeira”: “seria exorcizar o demônio apelando a Belzebu”, como disse Adorno em “Crítica cultural e sociedade”, capítulo de *Prismas* (1999). O autor de *Caetés* também se vê às voltas com as facções religiosas, todas predominantemente cristãs.

²⁷ O seu tom para resolver assuntos sobre favorecimentos seria sempre o mesmo: “[...] a absurda pretensão de se nomear para uma aluna banca especial fora do tempo: – Impossível, tenente. Isso é antirregulamentar. Demais, se a garota não conseguiu aprender num ano, certamente não foi recuperar em dias o tempo perdido. Sua sobrinha não é nenhum gênio, suponho” (RAMOS, 1986, v. I, p. 48).

Graciliano apresenta a convicção de que, assim como em Canudos, o número de inocentes era bastante alto e, portanto, isso é o que mais o contraria. Apesar de tantos estarem ali na mesma situação, desabonados pelo poder oficial, seja religioso ou político, ao invés de se solidarizarem, suas diferenças culturais ganham o ódio desproporcional que, pela ótica do revanchismo, deveria ser endereçado aos mentores de seus sofrimentos. Numa retomada posterior, ainda em “Viagens”, ele se debate sobre a mesma questão ao reconhecer ali vários daqueles que estiveram com ele já como prisioneiros no porão do mesmo Manaus, mas agora bastante debilitados, e outros também com razões mesquinhas para estarem presos, como dos dois garotos pichadores de muros. Diante daquela situação, indaga nosso autor: “[...] Sebastião Félix encontrou sectários e decidiu realizar à noite sessões de espiritismo, bastante animadas. Esquecia os vivos, estimava a companhia dos mortos [...]”. Então remói a passagem do “rosário”: “E o beato José Inácio desejava uma revolução que fuzilasse os ateus” (p. 233-234). Contudo, nada ainda se compara à aquiescência religiosa sugerida pelo carcereiro da prisão nesta passagem:

[...] Religião.

– Pode inutilizar esse quesito.

– É necessário responder, engrolou, na sua língua avariada, o homem trigueiro.

– Bem. Escreva nenhuma.

– Não posso fazer isso. Todos se explicam.

De fato muitos companheiros se revelavam católicos, vários se diziam espíritas.

– Isso é lá com eles. Devem ser religiosos. Eu não sou.

– Ora, uma palavra. Que mal faz? É conveniente. Para não deixar a linha em branco.

A insistência, a ameaça velada, a malandragem, que utilizariam para conseguir estatística falsa, indignaram-me.

– O senhor não me vai convencer de que eu tenho uma religião qualquer. Faça o favor de escrever. Nenhuma.

A declaração foi redigida com lenta repugnância e concluiu-se o interrogatório [...]. Se me acanalhasse afirmando possuir um Deus, mandar-me-iam para um lugar razoável, uma espécie de purgatório [...] (p. 193-194).

A cortesia descabida na parcimônia extrema do carcereiro irrita profundamente Graciliano. O “Isso é lá com eles” ainda remete a um trecho em que numa carta ao pai diria nosso escritor sobre a Inquisição: “[...] na Espanha, na Idade Média, houve

homens sensatos que não acreditavam em Deus, mas com medo das grelhas do Santo Ofício [...] preferiram ‘queimar a ser queimados’” (RAMOS, 1982, p. 56-59). A conveniência humana perante momentos de graves acontecimentos está agora reforçada para Graciliano, embora em muitos dos sobreviventes isso permaneça como sentimento de culpa²⁸. Ainda sobre o algoz, em “Engagement”, o pensador alemão diz: “[...] É usurpação e como que ironia para com as vítimas falar com elas como se fosse uma delas” (1991, p. 63), o que muito se assemelha ao tom paternalista da passagem.

Naquela situação específica, o que mais poderia ocorrer a Graciliano de ruim se não exercesse algum religião? Muita coisa, se se lembrar aqui de que a alcunha de comunista ateu traria a reboque o estigma que se tornou ainda mais corriqueiro durante a Guerra Fria, o de “comer criancinhas”²⁹. Ou seja, retoma-se assim o pânico da barbárie pela autoconservação da civilização a exemplo da passagem em que Ulisses, protagonista da *Odisseia* de Homero, supostamente ao derrotar o ciclope Polifemo exterminaria o canibalismo das posteriores práticas culturais. Dessa maneira, elevaria a humanidade a um estágio superior, o que basicamente na supremacia da técnica aconteceu – mas sabe-se a que preço, já que se necessita de realimentar tabus para que o oponente seja vencido.

EDUCAÇÃO

²⁸ Caso exemplar é o de Primo Levi, autor fundamental para o estudo da literatura de testemunho. Em *É isto um homem?*, ele diz: “Por minha sorte, fui deportado para Auschwitz só em 1944, depois que o governo alemão, em vista da crescente escassez de mão-de-obra, resolveu prolongar a vida média dos prisioneiros a serem eliminados [...]” (LEVI, 1988, p. 07-08). Suspeita-se que o químico e escritor italiano, encontrado morto em 11 de abril de 1987, tenha atentado contra a própria vida, pois demonstra no decorrer de todas as suas obras certo ressentimento por ter sobrevivido ao contexto, enquanto seis milhões de judeus foram exterminados. Devido ao teor de suas memórias, para Marcio Seligmann-Silva: “Primo Levi deve ser considerado um dos autores que levou mais longe e de modo mais acabado a reinscrição testemunhal da catástrofe” (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 78).

²⁹ Graciliano, quando da sua ida à União Soviética, nas festividades do 1º de maio, fora abordado de maneira estranha por tentar se aproximar na multidão para ver mesmo de longe Josef Stalin e remete-se ao jargão: “[...] Essas horríveis criaturas não me comeram. Faltava-lhes na verdade aspecto canibalesco: eram rapazes indignados com meu procedimento irregular, embora me fosse impossível distinguir a causa da irregularidade [...]. Outro indivíduo perigoso me abordou o desígnio, articulou uma palavra semelhante a binóculo. Bem. O mal não estava em conservar-me ali, mas em utilizar vidro de aumento” (RAMOS, 1986, p. 64). Quanto à censura do binóculo, Hobsbawm (1995) lembra, durante uma visita ao túmulo do ditador, “o choque da visão de um homem tão minúsculo e, no entanto, tão poderoso. Significativamente, todos os filmes e fotografias ocultavam o fato de que ele tinha apenas 1,58” (p. 379). Da última passagem se conclui que não basta uma sociedade se proclamar ateia se se vive à margem do mito.

Naquilo que se pensa sobre melhorias para a humanidade, obviamente chega-se na Educação. Pensemos, de início, no grande esforço que a Rússia bolchevique exigiu do campesinato após a revolução de 1917 e durante uma Guerra civil que se estendeu por mais alguns anos, levando aquela classe em alguns locais e datas às raias da miséria absoluta, conforme atesta Eric Hobsbawm (1994) no capítulo “Socialismo real”:

Na verdade, à medida que o regime soviético emergia vitorioso das lutas de 1918-20, era evidente que o Comunismo de Guerra, por mais necessário que fosse no momento, não podia continuar, em parte porque os camponeses se rebelavam contra a requisição militar de seus grãos, que tinha sido a base da economia de guerra, e os operários contra as privações, em parte porque esse regime não oferecia meios eficazes de restaurar uma economia praticamente destruída: a produção de ferro e aço fora reduzida de 4,2 milhões de toneladas em 1913 para 200 mil em 1920 (p. 368).

Apesar de, em 1926, a indústria soviética ter mais ou menos recuperado seu nível pré-guerra, a “URSS continuava tão esmagadoramente rural quanto em 1913 [...], e na verdade só 7,5% estavam empregados fora da agricultura [...]”³⁰ (p. 370). Embora um Estado bastante atrasado, possuidor de “[...] enormes dimensões: ‘um sexto da superfície do mundo’, como gostavam de gabar-se os comunistas entre as guerras, dedicado a uma sociedade diferente e oposta ao capitalismo” (p. 364), o que por si só já ganharia à época vasta admiração de quem muito se opunha às mazelas socioeconômicas do continente americano: “[...] as constituições feitas para não serem cumpridas, as leis existentes para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias, são fenômenos correntes em toda a história da América do Sul” (HOLANDA, 1995, p. 182), junto a isso uma vasta trajetória de extermínios com pouca ou nenhuma tolerância a grupos específicos.

³⁰ A respeito do assunto, fica-se com o oscilante registro de Graciliano, que por isso mesmo tanto desagradou o PCB, de quando de sua *Viagem* (1986) à União Soviética em 1952: “[...] As terras dos proprietários ricos foram confiscadas. Perguntei se havia tido indenização, e **a resposta negativa me surpreendeu: haviam-me** dito que o governo pagara os latifúndios pertencentes aos indivíduos não hostis à revolução. A pequena propriedade e a média pouco a pouco aderiram às cooperativas agrícolas: uma intensa campanha mostrava aos camponeses as vantagens da associação [...]” (RAMOS, 1986c, p. 24, grifos meus).

Ademais, ainda de sua ida à “Cortina de Ferro” (RAMOS, 1986c, p. 114), Graciliano notara como sobressaía a Educação de lá com relação a nossa, o que ele demonstra de modo jocoso³¹ perante as notícias aqui espalhadas pelos seus adversários políticos sobre a dispendiosa política comunista: “[...] Há na União Soviética uma feroz ditadura: a afirmação, no correr do tempo, entrou nos olhos e nos ouvidos como pregos. A ferocidade singular rouba o sono do operário dando-lhe uma educação dispendiosa em excesso” (p. 51). Não vendo os detratores que a noção classicista da educação soviética, da qual como veremos à frente demonstraria também Graciliano certa desconfiança, estaria bem de acordo com suas vertentes fascistas.

Ainda sobre a educação soviética, também se volta Hobsbawm: “A transformação de um país em grande parte analfabeto na moderna URSS foi, por quaisquer padrões, um feito impressionante” (1995, p. 373), o que também se torna relevante se se levar em consideração que o historiador inglês considera Stalin “um autocrata de ferocidade, crueldade e falta de escrúpulos” (p. 371). Em todo o caso, o conhecimento sem a devida mediação não se mostra apto à emancipação. Ou seja, “[...] que Auschwitz não se repita. Ela foi a barbárie contra a qual (precisa) se dirigir toda a educação [...]”(ADORNO, 1995, p. 119), até porque, afirma Jaime Ginzburg, “ser culto não é o mesmo que ser ético” (GINZBURG, 2012b, p. 198). Em relação a uma educação menos “ilustrada”, o próprio Graciliano também já se posicionara em seus *Relatórios* (RAMOS, 1994) escritos em 1929, quando era prefeito de Palmeira dos Índios:

Instituíram-se escolas em três aldeias: Serra da Mandioca, Anum e Canafístula. O conselho mandou subvencionar uma sociedade aqui

³¹ Ainda que de maneira dúbia, Graciliano expusera alguma desconfiança pelo formalismo e pelo excesso da educação russa: “[...] Trezentas e cinquenta mil bibliotecas do Estado, com setecentos milhões de volumes. As do sindicato são doze mil, e há nelas sessenta milhões de livros. Para que tanta letra? Afinal essa fatura de impressos torna-se monótona, tem aparência de mania. Abafamos. Não acharemos nesse país nenhum analfabeto? [...]” (RAMOS, 1986, p. 100). Apesar de, em 1953, ter se comovido com a morte de Stalin, sua referida malícia, que tanto irritou aqui os líderes do PCB, faria perspicaz sua interpretação daquela sociedade quando, em “1956, o novo homem forte da União Soviética [Kruschev] abalaria o mundo com o relatório sobre os desmandos e os crimes de Stalin” (cf. “Coração aberto aos homens”. MORAES, 1996, p. 310). Tal comoção talvez ainda esteja em conformidade a também Hobsbawm, na sua *Era dos extremos* (1995), ter com certa frustração colocado o supracitado capítulo entre aspas: “Socialismo real”, como aquilo que poderia ter sido, mas não foi.

fundada por operários, sociedade que se dedica à educação de adultos.

[...]

Não creio que os alunos aprendam ali grande coisa. Obterão, contudo, a habilidade precisa para ler **jornais** e **almanaques**, **discutir política** e **decorar sonetos**, **passatempos** acessíveis a quase todos os roceiros (p. 53: grifos meus).

Educação e entretenimento, como se vê, estão emaranhados, com maior ganho para o segundo quesito. Francisco Rüdiger assinala, no capítulo “Cultura e ideologia: o véu tecnológico”, de *Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural*, que “Caberia não perder de vista que ‘a fábrica de sonhos [capitalista] fabrica os nossos sonhos de consumo e, ao mesmo tempo, introduz neles os sonhos de [lucro] dos fabricantes” (p. 172). Assim, a espontaneidade que se dá também à literatura, à política, às palavras cruzadas, aos provérbios, às simpatias etc., tudo no mesmo timbre, vem bem a calhar com o intuito ocidental³² de promover uma ideia de alegria permanente e ao alcance de todos. Embora saibamos que as criaturas não sejam politicamente passivas, porque não idênticas, sabe-se também que têm tendência ao hegemônico. Uma educação mimética, voltadas quase que exclusivamente a paradigmas, produz no indivíduo aptidões às coletividades.

Embora haja na supracitada citação o ato de “discutir política”, como aqui de certo modo se está a fazer, efetivamente que aquilo o trabalho almeja como tal seria algo bem mais complexo do que as generalizações cotidianas apontadas pela mídia sobre quem somente rouba ou se rouba mas faz: discussões encabeçados por todas as classes sociais; com um detalhe, o de que isso acontece com um amplo ganho para aqueles economicamente privilegiados que flertam abertamente com os poderes estabelecidos. Sobre isso, diria com ironia séria³³ Graciliano, no primeiro

³²Fazendo um contraponto entre o excessivo formalismo da educação russa (teatro, museu, desfiles e literatura, esta, quando não clássica, de cunho panfletário, de realismo socialista), e o nosso quase que oposto contexto, desabafa Graciliano em *Viagem*: “[...] Não acharemos neste país um analfabeto? Saudades da nossa terra simples, onde os analfabetos engordam, proliferam, sobem, mandam, **na graça de Deus**. Felizmente há no parque de cultura restaurantes e bilhares. Ainda podemos jogar uma partida, beber uma cerveja. A ditadura horrível não nos proíbe essas necessidades cristãs” (RAMOS, 1986c, p. 100, grifo meu).

³³ Chama-se aqui de “ironia séria” a propensão de Graciliano Ramos a uma espécie de litote (ou lítote): “figura que combina, frequente no eufemismo, a ênfase retórica com a ironia, não raro sugerindo uma ideia pela negação de seu contrário” (HOUAISS, 2000). Toda vez que Graciliano utiliza de tal ferramenta, a situação ganha força pela pouca possibilidade de que o almejado realmente aconteça. No caso citado, a ironia potencializa-se por ele, ateu convicto, apostar em forças sobrenaturais (vodu: “pregara-lhe alfinetes”) para vencer a onipotência do referido sistema político.

capítulo de suas *Memórias...*, demonstrando certa impotência do cidadão comum perante a situação vigente: “[...] ambicionara com fúria ver a desgraça do capitalismo, pregara-lhe alfinetes, únicas armas disponíveis” (RAMOS, 1986b, p. 46).

A rigor, Graciliano aposta na reformulação do ensino, em semelhança a Adorno, como a melhor maneira de enfrentamento das mazelas sociais, para no mínimo se cogitar um maior comprometimento com os direitos adquiridos, a exemplo do direito ao voto e à liberdade de expressão (e credo): coisas que ambos viram serem ameaçadas bem de perto. Sabem eles que, embora não somente, tais fatores são indispensáveis para a manutenção dos deveres distribuídos a duras penas entre os setores reconhecidamente mais tradicionais da sociedade. Principalmente em nosso caso que com um pouco mais de um século de República já com dois grandes regimes ditatoriais, Estado Novo e Golpe de 64, intercalados por outras políticas segregacionistas, com grande relevo para a simbiose entre a expropriação do homem do campo e a exploração da mão de obra barata nas cidades.

Para tanto, Adorno como Graciliano são vorazes críticos da educação proferida em seus contextos, Alemanha e Brasil, e das parcimônias de seus envolvidos, até mesmo devido aos idealismos que a cercam³⁴, como se por si só a entidade Educação resolvesse todos os problemas da sociedade sozinha. Dizendo de outra forma, ela não é meramente conciliação e reverência a nenhum momento da história e, por conseguinte, da arte: “[...] É concebível e de nenhum modo apenas uma possibilidade abstrata que a grande música – algo de tardia – só foi possível num período limitado da humanidade [...]” (*Teoria estética*. ADORNO, 2008, p. 15).

Diante de tal impasse, o espaço destinado ao ensino tornou-se obsoleto, pois numa sociedade de classes “a imagem do magistério como profissão de fome

³⁴ O panorama em questão é o parnasiano, de vasta amplitude retórica, e como tal: “[...] Ainda aqui cumpre considerar também a tendência frequente, posto que nem sempre manifesta, para se distinguir no saber principalmente um instrumento capaz de elevar seu portador acima do comum dos mortais. O móvel do conhecimento não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa ao enaltecimento e à dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas (HOLANDA, 1995, p. 164-165). Pelos receios de Graciliano, supondo que tal tipo de educação se democratize pelo sertão, podemos chegar ao tempo em que a parte privilegiada da sociedade nem precisem tanto, bastando a elas remunerar um proletário das Letras para que lhes forneça o discurso cabível a cada contexto. Talvez mesmo peça por um favor, já que ela mesma reconheça tal conhecimento como mera ilustração.

aparentemente é mais duradoura do que corresponde à própria realidade” (1995, p. 99), afirma Adorno em “Tabus acerca do magistério”. Talvez por isso, “quando comparado com outras profissões acadêmicas como advogado ou médico, pelo prisma social o magistério transmite um clima de falta de seriedade” (p. 99). Segundo Ginzburg, em “Impacto da violência e constituição do sujeito: um problema de teoria da autobiografia” (2012b), tal fato se concretiza porque a Educação em si precisa se pautar pela crise do sujeito e, por conseguinte, do conhecimento. Ou seja, colocar-se no mínimo contra a instrumentalização da linguagem pela positivação dos discursos:

[...] O elogio da razão estaria diretamente associado à perspectiva afirmativa da existência, à expectativa de viabilidade do domínio da natureza por parte de procedimentos técnicos, o controle do conhecimento do objeto por parte do sujeito.

Narrativas em que as vozes de enunciação assumem perfis pautados na tradição cartesiana são comuns, contemporaneamente, em muitas vozes discursivas. Historiadores, advogados, médicos, jornalistas e múltiplas presenças na mídia audiovisual adotam estratégias persuasivas que reforçam procedimentos da tradição cartesiana, procurando despertar no receptor confiabilidade, com uma imagem de um sujeito capaz de conhecer a natureza e a si mesmo (p. 163).

ARTE E TRABALHO

É o engodo do sucesso como verniz para as frustrações presentes nos bastidores da vida, embora elas não saiam das manchetes. Essa é uma situação perigosa em que a retórica instrumental procura nos convencer da superioridade do sujeito sobre a natureza ao mesmo tempo em que poderes hegemônicos exploram a ambos, homem e matéria-prima, o que aumenta a raiva contra a civilização, conforme aponta Adorno em “Educação após Auschwitz” (1995). Daí é que se aposta na heterogeneidade dos discursos literários como contraponto aos diversos idealismos que premeditam a arte como contemplação ou solução para os problemas, retirando dela uma relevante característica que é a difícil reconciliação entre os homens, estes e a natureza ou o que restou dela, devido aos predatórios modos de produção. Diferente disso e aumentando os rancores, uma arte hipoteticamente integrada, seja por qual seja o sistema econômico, leva a uma “falsa-consciência” de si e da

estrutura que a alimenta. Isso poderia incorrer, segundo Ginzburg, em “Idealismo e consciência política em teoria da literatura” (2012, p. 21-38), numa neutralidade nociva à grande parte da sociedade tal qual como se apresenta dentro da própria academia:

Os debates referentes às linhas epistemológicas, opções teóricas e preferências conceituais dizem respeito à expectativa de reconhecimento de autoridade científica e a interesses que se direcionam para o favorecimento de uma ou outra posição ideológica. Nessa perspectiva, os conhecimentos de Teoria da Literatura não podem ser encarados como ideologicamente neutros. A adoção de uma ou outra perspectiva teórica traz consequências importantes, pois estabelece critérios para definição de juízos e valor, articulados a processos seletivos excludentes e a fundamentos da construção do conhecimento academicamente legitimado (idem, p. 23).

Ao se ocultar a própria fratura da academia, lugar propício à reflexão (ideias) e atacada de modo veemente pelo pragmatismo do mercado, já se está favorecendo demasiadamente o segundo, embora se aposte ferrenhamente que a prioridade seja a primeira. Claro que em setores mais tecnicistas tal pudor não se faz mais tão necessário. Aqui não se pretende pregar meras utopias: o mercado e a divisão do trabalho são uma realidade, o que não isenta ambos de uma reflexão sobre as nuances respectivamente alçadas pelos mesmos entre fetiche e religião para se evitar que aquele que se coloque de modo crítico perante eles seja considerado um eterno pecador, esteja sempre em dívida com as benesses do sistema capitalista. Graciliano, sentindo-se estigmatizado pela marginalização do seu ofício, por época de *Viagem* (RAMOS, 1986c), questionara um de seus cicerones russos se pelo menos ali “O escritor pode viver do seu trabalho?”³⁵ (p. 167). Notório é que a

³⁵ Essa questão alimentaria um amplo diálogo entre Graciliano e seu interlocutor: “[...] Os senhores têm meio de se especializar? Inquiri. – Sem dúvida, respondeu um sujeito. Eu, por exemplo, sou engenheiro, mas dedico-me à literatura [...]. – Isso não é uma especialização. Retruquei. O senhor deixou um ofício por outro” (p. 167). Continua nosso autor explicando-lhes que lá como no Brasil o caso seria o mesmo, só que aqui normalmente a baixa remuneração do ofício quase sempre era preenchida no jornalismo. Então lhe respondem: “[...] era possível o indivíduo ocupar-se numa coisa só” (p. 167). Desconfiado, Graciliano ainda questiona-lhes se havia no momento escritores alheios à política. Eis a resposta: “Sim, diversos, desconhecidos ou quase: ausenta-se da massa e esta lhes dava o troco não lhes consumindo o produto” (p. 168). Pergunta capciosa, já que ele no Brasil sofria do patrulhamento do PCB quanto à cartilha do “realismo socialista”, simultâneo ao ufanismo integralista, como pode se ver numa entrevista de 1944: “Eu não admito literatura de elogio. Quando uma ala política domina inteiramente, uma literatura não pode viver; pelo menos até que não haja

resposta não lhe seria satisfatória. Sobre regimes totalitários nos diria Adorno em “O artista como representante”:

O fascismo demonstrou de maneira bem persuasiva de que a divisão do trabalho não pode ser eliminada simplesmente por ser negada, e a frieza do mundo racionalizado não pode ser banida pela recomendação de irracionalidade. É preciso mais razão, e não menos, para curar as feridas que a ferramenta razão, em um todo irracional, infligiu à humanidade (2003, p. 158-159).

Indispensável frisar que não se pode congelar a humanidade à mercê desse ou daquele modelo de sociedade, embora as tentativas tenham sido bastante numerosas e protagonizadas por correntes que constantemente levantem bandeiras de racionalidade, embora a barbárie apareça como sua melhor simbiose. “É preciso mais razão”, mas não no sentido de intensidade e, sim, de modos para se lidar com tamanhas e persistentes falácias. Para Adorno, em “O que significa elaborar o passado”, tal relação entre razão e barbárie se estabelece sem necessariamente serem coisas opostas, “[...] precisamente porque a fome perdura em continentes inteiros, embora pudesse ser abolida no que dependesse das condições técnicas para tanto [...]” (1995, p. 40). Corroborando isso, lê-se em “Feiticeiros e aprendizes” (HOBBSAWM, 1995) que

Em 1910, todos os físicos e químicos alemães e britânicos juntos chegavam talvez a 8 mil pessoas. Em fins da década de 1980, o número de cientistas e engenheiros de fato empenhados em pesquisa e desenvolvimento experimental no mundo era estimado em cerca de 5 milhões, dos quais quase um milhão se achava nos EUA, principal potência científica, e um número ligeiramente maior nos Estados da Europa. Embora cientistas continuassem a formar uma minúscula fração da população, mesmo em países desenvolvidos, o número deles continuou a crescer de maneira impressionante, mais ou menos dobrando nos vinte anos após 1970, mesmo nas economias avançadas. Contudo, em fins da década de 1980 eles formavam a ponta de *iceberg* muito maior do que se poderia chamar de mão-de-obra científica e tecnológica em

mais necessidade de coagir, o que significa liberdade outra vez. O conformismo exclui a arte, que só pode vir da insatisfação. Felizmente para nós, porém, uma satisfação completa não virá nunca” (MORAES, 1994, p. 202-203). Entenda-se “felizmente” também como sagaz ironia.

potencial, que refletia essencialmente a revolução educacional da segunda metade do século (p. 505).

Isso se chama pesquisa de ponta, com boa parte da humanidade segurando o lado da lâmina. Hobsbawm enumera alguns dos maiores avanços científicos já na primeira metade do século XX e, não pouco estarrecido, também indaga a contraditória ascensão da religião e dos regimes totalitários frente aos triunfos da razão para ao cabo constatar que “[...] a própria religião se tornou tão dependente da ciência da tecnologia baseada na alta ciência quanto qualquer outra atividade humana do mundo desenvolvido” (p. 510-511). Ou seja, continua atualíssima a ideia de Adorno e Horkheimer quanto à estreita relação entre mito e esclarecimento.

LITERATURA E SOCIEDADE LETRADA

Sabe-se que anteriormente à chamada sociedade letrada a literatura aparece, embora já de caráter exemplar, bastante abrangente, pois de dimensões filosófica, jurídica, religiosa, médica etc. Depois, por questões sócio-históricas e culturais, ela vai se afunilando a ponto de hoje o termo responder a um campo muito específico do conhecimento; em contrapartida, talvez não menos glamoroso. Na versão de Hans Ulrich Gumbrecht, em “O corpo *versus* a imprensa: os meios de comunicação no início do período moderno, mentalidades no Reino de Castela, e uma outra história das formas literárias” (GUMBRECHT, 1998), por exemplo, a capital transição se deu à época da ascensão dos reis de Castela e, simultaneamente, da invenção da imprensa:

[...] de compreender e narrar essa mudança no destino do final do século XV espanhol que tanto impressionou seus contemporâneos. Argumentarei que esta mudança coincidiu surpreendentemente com a substituição de manuscritos em pergaminho por livros impressos [...]. o que, por seu turno, significa que o novo meio, o livro impresso, poderia tornar-se um instrumento dos reis espanhóis na solução de seus problemas; e isso implica – no nível teórico que nos preocupa aqui – que todo meio de comunicação novo em si mesmo transforma a mentalidade coletiva, imprimindo-se na relação que as pessoas têm com seus corpos, com sua consciência e com suas ações (p. 71).

Aquela ascensão se deu devido à descoberta e posterior exploração do “Novo Mundo”; este motivou estórias e ilustrações das mais fantasiosas num contexto europeu impregnado por pestes e guerras. Não se quer desconsiderar de todo a anterior produção ao citado período. Nos escaninhos do “velho mundo”, muito se pode encontrar a respeito dela em transcrição de anedotas, contos (rimances), poesias (cantigas) e dramatizações (farsas e autos). Em todo o caso, tratava-se de uma cultura predominantemente oral, o que comportava outra mentalidade e um outro alcance, embora as tais produções já fossem o principal veículo de contestação em relação à escolástica³⁶.

Aqui na colônia portuguesa, a título de evidência, o choque entre a cultura oral e escrita ganha dimensões vorazes, pois transportaram para cá um aparato religioso de cunho bem mais maniqueísta em detrimento ao panteísmo local. Além disso, no decorrer do processo, o idioma personificado em escrita aumentou o abismo deste em relação ao europeu³⁷. Em dois tempos, enquanto a simbiose entre mito e esclarecimento transplantava em “ameríndios” as chagas de Cristo; na Europa, ela se fortalecia de uma mais que incipiente sociedade liberal letrada como fator embrionário da ciência moderna³⁸. Sobre isso, dirá Robert Muchembled, no capítulo “Monstros e maravilhas” do livro *Uma história do diabo*:

Os monstros pareceram se multiplicar a partir da conquista da América. “Nosso mundo acaba de encontrar um outro”, exclama **Montaigne em seus ensaios** (*Sobre os coches*). A Europa

³⁶ Apesar dos entraves inerentes a toda organização social: “Todos esses ritos e espetáculos organizados à maneira cômica apresentavam uma diferença notável, uma diferença de princípio, poderíamos dizer, em relação às forças do culto e às cerimônias oficiais sérias da Igreja ou do Estado feudal” (BAKHTIN, 1996, p. 4-5).

³⁷ Segundo um cronista da “colonização”, ao se referir aos povos pré-cabralinos: “Esta [terra] é mui branda, e a qualquer nação fácil de tomar. Alguns vocábulos há nela de que não usam senão as fêmeas, e outros que não servem senão para os machos: carece de três letras, convém a saber, não se acha nela nem F, nem L, nem R, coisa digna de espanto pois assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei, e dessa maneira vivem desordenadamente sem terem disso conta, nem peso, nem medida” (GÂNDAVO apud BOSI, 1994, p. 17).

³⁸ No século XVI, a ciência como “categoria do pensamento” “indica que existe um grande mundo e que seu perímetro traça o limite de todas as coisas criadas; que, na outra extremidade, existe uma criatura privilegiada que reproduz, nas suas dimensões restritas, a ordem imensa do céu, dos astros, das montanhas, dos rios e das tempestades; e que é entre os limites efetivos dessa analogia constitutiva que se desenvolve o jogo das semelhanças” (FOUCAULT, 2002, p. 42-43). Embora transitória, porque de resquícios bastante metafísicos, está aí a moldura da subjetividade moderna.

descobriria uma humanidade isolada do resto e extasiava-se com a evocação de inúmeros fenômenos maravilhosos. A imaginação ocidental ficcionou à vontade sobre o tema do estrangeiro. Os índios foram descritos como vivendo sobre um grande pé, tendo alguns ou a cabeça embaixo ou um único olho, uma tromba em lugar da boca. O choque cultural contribuiu, certamente, para reforçar a visão mágica do corpo, que se expressava com crescente intensidade nas **obras médicas** do tempo [...] (MUCHEMBLED, 2001, p. 106 – grifos meus)

O ensaio de dimensão filosófica e os tratados de pretensão científica serão, junto às cartas, cartografias e ilustrações oriundas do “Novo Mundo”, predominantemente as produções europeias de maior sensação no período em questão. A reboque dos chamados “gêneros públicos”, acontece a Revolução Francesa³⁹ (séc. XVIII), com influência direta da filosofia iluminista, já que uma nova concepção de sociedade abala na Europa em demasia o teocentrismo e se dá uma conturbada transição entre absolutismo e democracia e, por conseguinte, a ascensão burguesa e o protestantismo. Sobre a lida literária em tal contexto, diria o filósofo Jean-Paul Sartre ter ela atraído o mecenato (nobreza) ao apostarem os intelectuais que conseguiriam algum alento na nascente divisão do trabalho. Ainda segundo o autor de *O que é literatura?*, eles terminaram sem uma coisa nem outra, perdendo assim uma oportunidade única para a autonomia do ofício (2004, p. 113). Uma das consequências disso para o pensador francês⁴⁰ foi esta:

E se é verdade que **a essência da obra literária é a liberdade** que se descobre e deseja ser, totalmente, um apelo à liberdade dos outros homens, é verdade também que as diferentes formas da opressão, escondendo dos homens que eles são livres, ocultaram

³⁹ Em capítulo chamado de “Nossa Aufklärung” (“Esclarecimento”), Antonio Candido aponta os desdobramentos daquela, primordialmente, na nossa cultura erudita: “A contraprova desta atitude se encontra no relativo acanhamento de ser poeta, o que incrementava os gêneros didáticos e esmorecia o lirismo. Publicado n’*O Patriota* a tradução de “Palinódia a Nize”, de Metastasio, desculpava-se deste modo Elmano Bahiense: ‘O público julgará como enchi alguns poucos momentos roubados à mais séria publicação’” (CANDIDO, 2000, p. 226).

⁴⁰ Em face da popularização do termo “engajamento” pelo pensador francês, da proximidade nocial daquele com o que aqui se defende e pelo contexto em que o Existencialismo nasceu (pós-guerra), achou-se pertinente tal citação, embora com a seguinte ressalva: perante a obsessão apresentada por Sartre a respeito da “liberdade”, a exemplo de seu mais usual aforismo: “O homem é um ser condenado à liberdade”, oximoro que faz o pensador alemão considerá-lo demasiadamente idealista, já que para este: “A liberdade da filosofia não é outra coisa senão a capacidade de dar voz a sua não-liberdade” (ADORNO, 2009, p. 24). Sartre é citado com bastante frequência, direto e indiretamente, devido às constantes críticas de Adorno ao chamado pragmatismo político. Tal excerto, por exemplo, foi retirado da *Dialética negativa* (1966), já na “Introdução”.

dos autores essa mesma essência, no todo ou em parte. Assim, as opiniões que estes formam sobre o seu ofício são necessariamente truncadas; abrigam sempre alguma verdade, mas é uma verdade isolada e parcial que se torna um erro se nos detivermos nela (p. 114, grifo nosso).

Certo é que a popularidade de algum dos pensadores do período como Rousseau, Voltaire, Diderot, Montaigne, entre outros, e suas respectivas retóricas encabeçaram a ideia de uma emancipação intelectual perante o clero. No entanto a estrutura econômica que se desenhava pleiteava algo mais condizente com seus interesses. Nestes, o trabalho deixaria de ser uma punição para uma obrigação de preferência definitivamente à parte dos anseios intelectuais e, sobretudo, artísticos⁴¹.

LITERATURA NO BRASIL

Para Adorno, no entanto, se há uma essência para a arte seria a do sofrimento, a catástrofe. Assim sendo, coube ao intelectual em questão superar uma difícil síndrome de orfandade, mesmo que sua situação o remeta constantemente ao paroxismo apontado por aquele em “Tabus acerca do magistério” (ADORNO, 1995), em que como tal o escritor teve que se converter num profissional liberal. Em grande parte professor e em parte “em vendedor de conhecimentos, despertando até compaixão por não conseguir aproveitar melhor seus conhecimentos em benefício de sua situação material” (p. 105). Diante da citação, constata-se a semelhança dos conflitos em carta redigida a Heloísa:

Somos uns animais diferentes dos outros, provavelmente inferiores aos outros, duma sensibilidade excessiva, duma vaidade imensa que

⁴¹ Ainda segundo Candido (2000): “Não espanta, pois, que os gêneros públicos – oratória, jornalismo, ensaio político-social – avultassem em detrimento das belas letras, e que neste capítulo nos encontremos de algum modo fora da literatura, aonde, aliás, conduziam, no limite, as tendências de militância intelectual da Ilustração. Esses homens, fervorosamente patriotas, procuravam agir conforme estas diretrizes para integrar o Brasil no mundo intemporal da razão e da ciência, onde se uniam os povos quando orientados pelos seus princípios” (p. 226). Relacionando isso a citação retirada de Sartre nota-se mesmo que nos deixamos atrair por outra seara, o que pode ter comprometido as relações futuras entre literatura e sociedade. Desse imobilismo artístico livra Antonio Candido o autor de *Marília de Dirceu* e, “possivelmente” (p. 155), de *Cartas Chilenas*: “[...] a pieguice pastoral se esbateu nos seus versos porque, à medida que os compunha e se descobria, ia ficando cada vez menos o pastor Dirceu, cada vez mais o poeta Tomás Antônio Gonzaga [...]” (p. 120).

nos afasta dos que não são doentes como nós. Mesmo os que são doentes, os degenerados que escrevem história fiada, nem sempre nos inspiram simpatia: é necessário que a doença que nos ataca atinja outros com igual intensidade para que vejamos nele um irmão e lhes mostremos nossas chagas, isto é, os nossos manuscritos, as nossas misérias, que publicamos cauterizadas, alteradas em conformidade coma técnica [...]. Mas você, na que recebi hoje, falou-me da possibilidade de vivermos aí, se não estou enganado. É possível que nos metamos novamente em Palmeira, que eu compre algodão e venda trapos, mas com certeza hei de comprar e vender muito mal. Comprando algodão ou vendendo fazenda, construindo o terrapleno da lagoa ou entregando o diploma às normalistas (não vale a pena contar, foi uma estopada), hei de fazer sempre romances. Não dou para outra coisa [...] (RAMOS, 1982, p. 147).

Graciliano faz referência aqui à parte da sua trajetória que passou pelo comércio da Loja Sincera, que arrendara do pai: “[...] que eu compre algodão e venda trapos [...]”, e possivelmente a que fora prefeito: “entregando diploma às normalistas”. Experiências estas anteriores a sua traumática prisão: “uma estopada”, e que por isso mesmo ele se mostre pouco afeito a repeti-las. Por outro lado, sua desenvoltura literária e como revisor de periódicos não lhe garante o sustento, muito menos o da família. No geral, a vida de escritor no Brasil não fora necessariamente sempre assim, o que pode se comprovar com um breve percurso pela formação da nossa intelectualidade, que a empréstimo da sociedade letrada europeia apareceu junto aos anseios de emancipação de colonos abastados e seus respectivos filhos, entre outros: alguns padres, militares e precursores das profissões liberais. Em todo o caso, só pelo contexto que ela se iniciou, em pleno Arcadismo (XVIII), já vale uma repassada. À nossa *Aufklärung* (CANDIDO, 2000):

Dentro desses limites acanhados e com todos os seus percalços, ocorreu, pois, a nossa breve Época das Luzes, coincidindo muito felizmente com um momento em que a superação do estatuto colonial abriu possibilidades para realizar os sonhos de intelectuais. Por isso, no Brasil, a Independência foi o objetivo máximo do movimento *ilustrado* e a sua expressão principal; por isso, nesse momento, o intelectual considerado artista cede lugar ao intelectual considerado como pensador e mentor da sociedade, voltado para a aplicação prática das ideias (p. 225).

Prossegue *Candido*: “[...] O ensino das ciências, a leitura dos filósofos, os libertava, pelo menos em parte, da mentalidade jesuítica e legista das *élites* anteriores [...] (p. 225), dando-lhes “[...] crença na educação para plasmar o homem na sociedade, amor da liberdade política e intelectual, desejo de reformas políticas, patriotismo, confiança na razão para impor as ordens do progresso” (p. 227). Claro que isso não fora sem sequelas, a exemplo das prisões, exílios e mortes da tachada Inconfidência Mineira (1789). Pela vertente almejada, nota-se que a relativa autonomia entre os intelectuais aconteceu entre os que não priorizavam “a aplicação prática das ideias” e, assim sendo, a produção letrada escrita ficaria a cargo dos “Gêneros públicos”, “[...] suscitando oradores e jornalistas” (p. 230) e deixando assim a “Poesia a reboque” (p. 253).

O Romantismo surge ao final do século XVIII, na Europa, e vem em oposição ao citado racionalismo francês. No Brasil, ele nos deu claramente uma maior “Independência literária” e projetou o “grande processo de tomada de consciência nacional [...]” (p. 281). Aqui, o contraponto principal entre os períodos literários seria, além da assimilação do índio, certa “rejeição da mitologia greco-latina” (p. 282) com algo mais de acordo com o idealismo alemão do entusiasta brasileiro Carl Schlichthorst: “[...] chamar em seu auxílio as figuras singelas e sublimes da religião cristã [...]” (p. 283). Isso, sobretudo, na literatura de vertente urbana, pois “[...] A crítica de Schlegel e Staël, diretamente ou através de vulgarizadores, [...] deu elementos para os inovadores perceberem a dualidade [...] – clássico igual a colônia; romântico igual a nação independente” (p. 293-305). Com isso, se ganhamos projeção literária perdemos na “laicização da inteligência”⁴² (p. 162), pois o Romantismo, apesar do profano apelo popular, “aparece realmente com o

⁴² Consta nos autos da *Devassa Mineira* que os principais delatores acusavam os indiciados de afirmarem, entre outras coisas: “Que os Reis não são necessários: Que os Homens são livres, e podem em todo tempo reclamar a sua liberdade [...]: Que a Sagrada Escritura, assim como dá poder aos Reis para castigar os Vassallos, o dá aos Vassallos para castigar o Rei” (CANDIDO, 2000, p. 163), uma leitura bastante iconoclasta em relação ao Absolutismo e à religião. Diferente disso, na introdução feita por Marcio Seligmann-Silva (1993) para sua tradução da Tese de Doutorado de Walter Benjamin: *O conceito de crítica de arte no Romantismo Alemão*, já está presente a proeminência do sobrenome Schlegel, Friedrich e August (junto a Novalis), como os românticos de Jena: “[...] é interessante notar que, amiúde, ao mencionar estes autores em suas cartas, [Benjamin] procura acentuar o ‘centro do primeiro romantismo’ como sendo a ‘religião e a história’, ou ‘o messianismo, o coração do romantismo’ (p. 12). Longe aqui de se comparar as nuances de tal movimento literário na Alemanha e no Brasil. A questão é situar influências e efeitos, sobre estes diria Benjamin: ‘[...] Desde o romantismo, impôs-se a ideia segundo a qual uma obra de arte pode ser compreendida em e para si, sem sua relação com a teoria ou a moral e que ela poderia ser satisfeita com esta contemplação [...]’” (p. 13), já apontando os caminhos diferentes que tomariam os frankfurtianos, principalmente Adorno.

cristianismo: com a noção de pecado, os dramas da consciência, o dilaceramento interior” (p. 286).

De qualquer modo, o nosso Romantismo somente se consolidou após a chegada de D. João VI e sua comitiva à recente corte do Rio de Janeiro em 1808 (XIX). Ali, plantava-se um germe de cosmopolitismo e uma mentalidade de nação aos rincões (“brasilidade”) da colônia, principalmente pela pena do nosso mais consagrado escritor à época, como afirma Alfredo Bosi (1994): “O lugar de centro, pela natureza e extensão da obra que produziu, viria a caber com toda justiça a José de Alencar” (p. 134). Sabe-se que, para isso, o autor cearense reinventou os povos pré-cabralinos e construiu um imaginário sublime tanto para o campo quanto para a urbe e, a seu modo, atropelou as tensões concretas da realidade brasileira com o intento romântica.

A aclamada relevância dada a José de Alencar, como ensino (modelo) de literatura e língua vernácula, durou pelo menos até mais da metade do século XX. Ele fora praticamente uma unanimidade, como se pode entrever na carta 77 de Graça: “[...] Creio que meu pai e minha mãe me fizeram lendo o Alencar, que era o que havia no tempo deles [...]” (RAMOS, 1982, p. 146)⁴³. Se na poesia romântica, porém, havia um ponto dissonante chamado Álvares de Azevedo, pois “contra o nacionalismo” (CANDIDO, 2000, p. 304): “[...] escritor de tendência universal, menos interessado no particularismo literário, como foi dito no decorrer deste livro. Via a literatura mais sob o ponto de vista do valor e do significado geral que do sentimento local” (p. 305). Também na prosa já nascia um foco de contestação, tratava-se de seu praticamente contemporâneo Machado de Assis. Há uma diferença de apenas dez anos entre eles, o que é desprezível se se levar em consideração que, no Brasil, pelo menos cinco movimentos literários se amalgamaram num mesmo século. Este nasce quase romântico (pós-árcade) e morre simbolista (pré-modernista).

Machado fora o primeiro a apresentar contrapontos diferenciados em relação à cultura hegemônica daquele tempo, sobretudo após seu romance *Memórias*

⁴³ Esse lugar de cânone incontestável para Alencar está sendo revogado particularmente pelos estudos multiculturalistas e de testemunho. Ou seja, há muito pouco tempo, tal como em “Literatura Brasileira após Auschwitz” (GINZBURG, 2012): “Cada vez que um estudante se forma no ensino médio aprendendo as virtudes de Alencar e ignorando o quanto suas estruturas narrativas expressam posturas preconceituosas e escravistas, mais um passo é dado para corroborar o conservadorismo rançoso do sistema” (p. 211).

póstumas de Brás Cubas (1881), e conseguira em vida sustento e projeção naquilo que fazia, mesmo dando ares de ateu convicto. Mesmo assim o próprio Graciliano o olhava com certa desconfiança: “O que mais me distancia em Machado de Assis é o seu modo de definir-se, a ausência completa da coragem de uma atitude. O escritor tem o dever de refletir sua época e iluminá-la ao mesmo tempo” (MORAES, 1996, p. 171). Como pode se ver, Machado fez das suas, pois sua postura ponderada: “[...] um ser metódico, pouco inclinado a expansões [...]” (RAMOS, 1986a, p. 106), aparentemente declinada da sua astúcia literária⁴⁴. O autor de *Memorial de Aires* soube contrapor-se ao contexto demonstrando em muitas de suas narrativas as contradições do sistema liberal emergente, a exemplo do conto “Pai contra mãe”⁴⁵, quando, entre outras coisas, retrata a transição da sociedade patriarcal escravocrata para a burguesa. No conto, um desvalido recém-ajuntado e prestes a ter um filho, não conseguindo ingressar em nenhuma das profissões liberais emergentes, precisa para o sustento da possível prole de caçar escravos foragidos. Assim sendo, teria ele como principal antagonista uma escrava que, pelo título do conto, também não por acaso estava grávida.

Pela agora reconhecida discrepância entre a base e o topo da pirâmide social, comum à época, o movimento literário posterior, o Naturalismo funde-se ao gosto da Ilustração pelo ensaio sem querer abrir mão do espaço aberto pelos anseios românticos e consumado pelo sucesso do Realismo machadiano, formatada astutamente para o popular folhetim: ironias, curtíssimos capítulos e interações com possíveis “leitoras”, enquanto a poesia ganha ares parnasianos e simbolistas⁴⁶.

⁴⁴ Não se pode deixar de citar aqui que, de próprio punho, Graciliano fizera além de alguns comentários avulsos pelo menos duas crônicas sobre Machado de Assis presentes em *Linhas tortas* (RAMOS, 1986b): “Os amigos de Machado de Assis” e “Machado de Assis”. Delas, ora enumerando qualidades ora, com sua iconoclastia costumeira, criticando a unanimidade que ele obtivera até entre escritores de qualidades e posicionamentos dúbios, fica-se aqui com este trecho à maneira de síntese: “[...] O velho mestre do conto brasileiro não admite intimidades: é correto demais, vê longe e tem um sorriso franzido. Não buscou a popularidade - e o público está disposto a transformá-lo em ídolo” (p. 108).

⁴⁵Vale conferir a releitura do conto feita por Sérgio Bianchi, em *Quanto vale ou é por quilo?* (2005), sobretudo quando a película retrata a Polícia Militar como instituição de maior contingente de negros e afrodescendentes em analogia à função de “capitão do mato” exercida por ex-escravos ou capatazes, em sua maioria de mulatos. Resguardando as singularidades dos acontecimentos, essa informação pode ser relevante se levarmos em questão que desde o início do nacional-socialismo muitos alemães, possivelmente entre eles um percentual com ascendência judaica, podem ter “subestimado” o fato: “[...] O certo é que os decididos adversários do nazismo cedo souberam com bastante precisão o que acontecia” (ADORNO, 1995, p. 30).

⁴⁶Podemos conferir a influência delas em Graciliano, também sua futura aversão às mesmas, no capítulo de *O velho Graça* intitulado de “O ABC de um parnasiano”, pois, quando consultado pelo filho

Como o Naturalismo por influência do Positivismo toma ares de tese, suas manifestações foram predominantemente em prosa e nesta acentuou os problemas sociais e históricos do país. No entanto, como não poderia deixar de ser, tornou-se caricata. Entre outras coisas, pelo discurso maniqueísta em que colocava o homem como fruto do meio num darwinismo de segunda mão.

Além disso, a busca incessante pelo detalhe mimético advogava para a narrativa um caráter platônico, “arte como reflexo da sociedade”⁴⁷, que se tornou obsoleto, para se entender a história, principalmente a partir das tragédias que se seguiram no século XX. Sendo assim, o próprio Graciliano, apesar de sempre partidário de uma assídua observação da realidade para o ganho literário, coloca-se também como pivô da discussão, como se lê no capítulo “A propósito da seca” (RAMOS, 1986a):

Realmente, os nossos ficcionistas do século passado; seguindo os bons costumes de uma época de exageros, contaram tantos casos esquisitos, semearam no sertão ressequido tantas ossadas, pintaram o sol e céu com tintas tão vermelhas, que alguns políticos sinceramente inquietos pensaram em transferir da região maldita para as zonas amenas os restos da gente flagelada. Tiveram essa ideia feliz e depois de contar os famintos e transportá-los. Verificou-se então que ali se apertava, em seis estados miúdos, quase um quinto da população do Brasil (p. 132).

Saindo da aquarela, romântica. Passando por vicissitudes, realistas. Entra-se, portanto, pelas portas do fundo do homem e do meio. Alfredo Bosi destaca na *História concisa da literatura brasileira* (1994), dentro da “inspiração regional” naturalista, os possíveis coveiros referenciados pelo escritor alagoano. São eles: José do Patrocínio, de *Os retirantes* (1878); Rodolfo Teófilo, de *A fome* (1890); Manuel de Oliveira Paiva, de *Dona Guidinha do poço* (1891) e conclui que “para sentir as relações concretas entre o meio e o homem, será preciso esperar

Ricardo sobre uma possível publicação de seus escritos dispersos, aquele responde: “[...] E pelo amor de Deus, poesia nunca; foi tudo uma desgraça” (MORAES, 1996, p. 21).

⁴⁷ Neste trabalho se leva em muita conta que “A análise da violência na literatura” (GINZBURG, 2012b) deverá ser acrescida da seguinte ressalva: “A pressuposição do vínculo direto entre literatura e realidade é um campo polêmico, um debate aberto em Teoria da Literatura. A ideia de que o texto literário seja um registro imediato da realidade – aqui sendo cabíveis palavras como documento, reflexo, fotografia – supõe que a realidade possa ser captada sem mediação, como se o escritor não elaborasse suas reflexões, como se o leitor não estivesse desenvolvendo desde o primeiro contato com o texto suas articulações próprias. Mais do que tudo, como se a relação entre linguagem e referente fosse alheia à passagem do tempo” (p. 34).

pela linguagem incisiva de Graciliano Ramos [...]” (p. 196). Portanto, certa birra com o por muitos considerado o maior escritor brasileiro o não desqualifica porque sua seara e perspicácia seriam de outra vertente, como se pode notar abaixo:

Certamente há demasiada miséria no sertão, como em toda parte, mas não é indispensável que a chuva falte para que o camponês pobre se desfaça dos seus filhos inúteis. Não há dúvida que a seca [do final do século XIX] engrossou as correntes emigratórias que se dirigiram ao norte e ao sul do país, mas a seca é apenas uma das causas da fome, e de qualquer forma os nordestinos, em maior ou menor quantidade, teriam ido cortar seringa no Amazonas ou apanhar café no Espírito Santo ou em São Paulo (RAMOS, 1986a, p. 133).

Vê-se que o tratamento dado por Graciliano nunca chega ao apocalíptico. Ele reconhece o problema da seca como todos os outros que escreveram a respeito, mas demonstra em grande parte dos seus escritos que ela não fora o início nem o fim nem a única causa das adversidades do povo nordestino e nem só a partir delas este vive. Talvez também por isso, tal temática tenha sido retomada por outros de seus conterrâneos, com destaque para o autor de *Menino de engenho* (1932), José Lins do Rego, e a de *O Quinze* (1930), Raquel de Queirós, “romances que abrem o longo e afortunado roteiro da ficção regionalista moderna” (BOSI, p. 197). Entre antecessores e sucessores, a título de curiosidade, a lista é longa: o maranhense Coelho Neto, o baiano Afrânio Peixoto, o mineiro Afonso Arinos, os paulistas Valdomiro Silveira e Monteiro Lobato, os gaúchos Simão Lopes Neto e Alcides Maya e o goiano Hugo de Carvalho Ramos. Foram pegos aqui os citados no capítulo “O regionalismo como programa” (BOSI, 1994).

Graciliano tratara também com sobriedade os autores da fase inicial do Modernismo brasileiro, que de forma bastante eufórica almejava uma superação dos nossos percalços por uma alegorização extrema da linguagem, a exemplo do epigramático “Manifesto antropófago” (ANDRADE, 2001). Graciliano implicaria com algo que tivesse como síntese: “A alegria é a prova dos nove” (p. 51). Em tal fase, o movimento almejava uma revisão lúdica da história do Brasil, pelo viés da literatura, o que pode ser facilmente verificado em obras capitais em dois de seus

protagonistas: *Memórias sentimentais de João Miramar* (1924), de Oswald de Andrade, e *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade.

Com relação ao primeiro, a bronca graciliana poderia ser até entendida, pois para boa parte da crítica, resguardando certa unidade estética no seu tratamento poético, “da sua obra narrativa espantosamente desigual já se disse que carregava o melhor e o pior do Modernismo” (Bosi, 1994, p. 357). Algo corroborado pela teórica Lucia Helena em *Totens e tabus da Modernidade brasileira*, mais especificamente em “Ficção / Revolução” (HELENA, 1985):

O ciclo de “Os condenados”, formado por três romances: *Alma*, *A estrela do Absinto* e *A escada*, é o primeiro [1917-1934]; o par experimental composto de *Memórias sentimentais de João Miramar* e de *Serafim Ponte Grande* é o segundo [1924-1933], mas cronologicamente acoplado ao término do primeiro grupo; e ainda o ciclo de “Marco zero” (o último), formado por dois romances: *A revolução melancólica* e *Chão* [década de 40]. Todas essas obras, lidas simultaneamente, parecem, num primeiro momento, não terem sido escritas pelo mesmo autor [...]. ainda que Antonio Candido, ao examinar o problema, interprete este ciclo final [“Marco zero”] como uma síntese dos dois anteriores (p. 78-79).

À maneira de Graciliano, porém, Oswald de Andrade em algumas obras apresenta até bastante de sua capacidade para memorialista. Segundo Lucia Helena, retirando o proficiente ciclo “experimental”, os outros dois se estabeleceram, embora dentro de certa “culpa cristã”, com alguma “denúncia social” e dentro de uma atmosfera mais melancólica. Em todo o caso, ainda não serviria diretamente ao nosso propósito por primar por uma moldura de tons naturalistas, “caricaturando a sua ‘verdade’” (p. 98-99). Claramente, Oswald, muito mais propício ao relevo estético sobre o ético, privilegiará um caráter mais idealista sobre a questão, tendência talvez explicada em uma de suas retrospectivas de cunho estético, como a do começo dos anos 1950, intitulada de “A crise da filosofia messiânica”:

No mundo supertecnizado que se anuncia, quando caírem as barreiras finais do Patriarcado, o homem poderá cevar a sua preguiça inata, mãe da fantasia, da invenção e do amor. E restituir a si mesmo, no fim de seu longo estado de negatividade, na síntese

enfim da técnica que é civilização e da vida natural que é cultura, o seu instinto lúdico. Sobre o Faber, o Viator, o Sapiens, prevalecerá então o Homo Ludens. À espera serena da **devoração** do planeta pelo imperativo do seu destino cósmico (ANDRADE, 2001, p. 106, grifo meu).

Apesar do título, Oswald aposta nosso futuro numa espécie de idealismo de procedência épica, como atesta aqui Benedito Nunes em “Antropofagia e utopia”: “Adotando o ponto de vista da totalização simultânea do pensamento e da realidade, típico da filosofia hegeliana da História, *A Crise da Filosofia Messiânica* explicita [...] as direções constantes que marcaram, segundo o que vemos até aqui, desde o manifesto pau-brasil, as sortidas de Oswald de Andrade no campo teórico [...]” (p. 30). Em *Crítica em tempos de violência* (2012), Jaime Ginzburg nos informa que “O elogio da violência (“devoração”) está associado, na perspectiva hegeliana, à concepção épica tradicional, enquanto a crítica da violência, na perspectiva adorniana, está vinculada à forma sem síntese [...]” (p. 15).

Diante da perspectiva deste trabalho, poder-se-ia aqui cobrar uma fatura ainda maior do Movimento de 22, se os diretamente envolvidos já não tivessem feito isso, avaliando inclusive o quanto também de reacionário tal movimento literário se apresentou, a exemplo de Oswald, acima, e, agora, do Mário de Andrade, vinte anos depois do evento, em seu “O movimento modernista” (ANDRADE, 1990):

Não me refiro a ninguém não, me refiro a centenas. Me refiro justamente aos honestos, aos que sabem escrever e possuem técnica. São eles que aprovam a inexistência de uma ‘língua brasileira’, e que a colocação do mito no campo das pesquisas modernistas foi quase tão prematura quanto como no tempo de José de Alencar. E si os chamei de inconscientemente desonestos é porque a arte, como a ciência, como o proletariado não trata apenas de adquirir um bom instrumento de trabalho, mas impõe sua constante verificação. O operário não compra a foice apenas, tem que afiá-la dia por dia. O médico não fica no diploma, o renova dia por dia no estudo. Será que a arte nos exime deste [sic] diarismo profissional? Não basta criar o despudor da ‘naturalidade’, da ‘sinceridade’, e **ressonar à sombra do deus novo** (ANDRADE, 1990, p. 30, grifos meus).

VIDA LITERÁRIA

Aterrissando a questão, pois “não basta ressonar à sombra do deus novo”, ou seja, a obsessão pela novidade, pelo inédito, pode relegar a história a um plano interativamente metafísico. Sendo assim, o depoimento do autor de “Primeiro de maio” faz-se aqui ainda mais incisivo porque escreveu o texto do qual foi retirada a citação em 1942, durante a Segunda Grande Guerra Mundial e o quase decadente Estado Novo. A propósito deste, também não se poderia deixar de dizer que, como Mário, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa e o próprio Graciliano exerceram cargos públicos durante o período Vargas. Apesar disso, não se silenciaram a respeito da expectativa política de suas literaturas. Demonstraram ainda, cada qual a sua maneira, ter ciência do alto grau de belicismo e organização destrutiva que se sucedia na Europa e simultaneamente no Brasil, o que está sendo comprovado aqui em Graciliano e também pode ser conferido respectivamente como exemplo do que aqui se diz em “Historicidade da poesia lírica: Drummond e o autoritarismo” e “Guimarães Rosa e o terror total” (GINZBURG, 2012). Isso para ficar entre dois autores bem relevantes à época e à crítica contra o fascismo aqui imperante.

Não por acaso, portanto, estão colocados aqui Oswald, Mário, Drummond e Rosa, pois de certa forma tiveram eles relações e iniciativas correspondentes às do nosso autor, ainda que o primeiro, pelo ar bonachão e sua ampla irreverência, tenha recebido certa desconfiança também por parte de Graciliano, a exemplo do que se lê em uma das cartas deste endereçadas à esposa Heloísa: “[...] Quinta-feira tive na Avenida uma prova do exagero e da insinceridade dos paulistas. Oswald de Andrade afirmou-me que *Angústia* havia abafado a banca (uma frase da Nise) e que agora era um trabalho sério escrever no Brasil [...]” (RAMOS, 1982, p. 174): desconfiança tal que se consolidaria depois de Oswald tê-lo apresentado no corrente ano de 1937 a vários empresários e literatos paulistas com a promessa de que no respectivo ano ele teria um reconhecimento profissional compatível a ganhos financeiros: “[...] Viagem inútil [...]” (p. 188).

Em todo o caso, já resguardando as intenções de Oswald e passado o calor das promessas, a realidade de São Paulo, já considerado o centro econômico do país, não seria tão melhor assim que as outras com quem combatesse o ufanismo

corrente. Talvez até por isto, o escritor alagoano, residente no Rio, ainda lhe dedicaria pelo menos mais duas crônicas no decorrer do mesmo ano, a exemplo da “Conversa de livraria” (RAMOS, a, p. 164-165):

[...] Oswald registra com rigor todos os fatos dignos de interesse, traça um plano que se alarga continuamente e, nunca satisfeito com a sua forma, redige uma página quatro, cinco vezes. Depois de imenso esforço, deixa o trabalho em meio. Boa parte do seu talento se gasta em pilhérias: nesse homem espirituoso há um ator que representa, nas conversas mais agradáveis do mundo, as peças que não escreve [...] (p. 165).

Para além do comentário de Graciliano e o que pode ser atestado pelo próprio escritor paulista a respeito do seu temperamento, entre o engajado e o performático, o que lhe custou amizades e uma grande dificuldade para exercer cargos públicos, mas não evitou que fosse um dos mais ferrenhos adversários do integralismo reinante⁴⁸. Em relação ao outro ícone do Modernismo, Mário de Andrade, as notícias dadas pelo alagoano são mais ponderadas, semelhante às atitudes e ao temperamento do autor paulista agora questão. Dele, além da sobriedade: “[...] Ao avistar-me com Mário de Andrade aconteceu coisa parecida: o autor de *Macunaíma* não conhecia *Angústia*, mas Sérgio Milliet lhe havia dito do livro isto, aquilo, etc.” (RAMOS, 1982, p. 181), ainda faria Graciliano, posteriormente, pelo menos duas crônicas diretas: “Os sapateiros da literatura” e “Os tostões do sr. Mário de Andrade”, nas quais o enalteceria por uma premissa comum a ambos: “Um sujeito que se dedica a escrever precisa antes de tudo saber escrever” (RAMOS, 1986a, p. 187).

De Drummond se aproximaria também em 1937, mas por ocasião da inscrição num concurso literário do Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁴⁹: “[...] No Ministério

⁴⁸Talvez Oswald tenha sido o modernista com maior aptidão filosófica, sobretudo com relação ao marxismo, e, como Graciliano, também aderira ao PCB (1931). Contudo, em 1945, romperá com Prestes e com o partido, bem antes dos constrangimentos do alagoano com tal instituição por época das redações de *Memórias do cárcere* e *Viagem*.

⁴⁹Fora aqui inscrito a novela infantojuvenil *A terra dos meninos pelados*, que ganharia o prêmio em setembro do mesmo ano, mas que simultaneamente fora divulgada em São Paulo por ter sido a obra do autor contemplada no concurso Lima Barreto da *Revista Acadêmica*, da qual por sinal também Mário de Andrade fazia parte tanto da comissão julgadora e como também do Conselho Diretor (MORAES, 1996, p. 155-159). No seu implacável ceticismo e honestidade o deixaria em maus

conheci Carlos Drummond de Andrade, um sujeito seco, duro como osso [...]” (RAMOS, 1982, p. 184). Ali, o poeta era chefe de gabinete do ministro Gustavo Capanema, com quem, posteriormente, sabendo das penúrias financeiras do nosso autor, ainda intercederia para uma indicação a inspetor de ensino: “– Não é o ideal, mas é o que posso lhe oferecer agora – comunicaria Drummond em telefonema a Graciliano” (MORAES, 1996, p. 160 e 178, respectivamente). Contudo, é com Guimarães Rosa que se tem o encontro mais inusitado, como se narra em “Conversa de bastidores”:

Em fim de 1944, Ildelfonso Falcão, aqui de passagem, apresentou-me J. Guimarães Rosa, secretário de embaixada, recém-chegado da Europa:

– O senhor figurou num júri que julgou um livro meu em 1938.

– Como era seu pseudônimo?

– Viator.

– Ah! O senhor é o médico mineiro que andei procurando.

Ildelfonso Falcão ignorava que Rosa fosse médico, mineiro e literato. Fiz camaradagem rápida com o senhor secretário de embaixada.

– Sabe que votei contra seu livro?

– Sei, respondeu-me sem nenhum ressentimento.

Achando-me diante de uma inteligência livre de mesquinhez, estendi-me sobre os defeitos que guardara na memória. Rosa concordou comigo. Havia suprimido os contos mais fracos. E emendara os restantes, vagaroso, alheio aos futuros leitores e à crítica. Falei-me da intenção de José Olímpio, mas julgo que o meu novo companheiro já tinha compromisso (RAMOS, 1986a, p. 248).

Faz pertinente aqui frisar que em 1938, época do referido concurso, Graciliano, há um ano de sua detenção, estava envolvido no trauma e nas dificuldades financeiras, como se pode atestar em informações anteriores, e às portas da Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim, ele participa de quilométricas e pouco rendosas bancas de concurso, como se atesta a seguir: “[...] Enviaram-me dois enormes embrulhos com

intenção de pagar o prêmio da *Revista*. Tudo isso é uma pilhéria desagradável, e foi um desastre o Valdemar ter metido aquelas notas na *Gazeta*. E desastre maior haver noticiado a publicação dos meninos pelados. Como você [Heloísa] sabe, essa história foi escrita para um concurso e mandada para o ministério com pseudônimo. O nome do autor não podia ser descoberto antes do julgamento. É verdade que eu não tinha esperança de alcançar o prêmio, mas enfim havia oitenta concorrentes e eu era um deles. Agora, dois meses antes da apuração, a nota da *Gazeta* me exclui do concurso. O intuito do Valdemar não foi esse, é claro, mas se ele soubesse que a história tinha sido escrita para um concurso, não teria publicado aquilo. Não desejo que se diga mais nada sobre os meninos pelados e sobre a conversa da *Revista* [...]” (RAMOS, 1982, p. 186). Enfim, nota-se a insegurança comum ao escritor mesmo quando se está perto de algum mérito. Este que para ele quase sempre vem da crítica e não se consuma em financeiro. Não é à toa que entre os seus amigos escritores se apresente um alto número de médicos, advogados, professores e, sobretudo, jornalistas.

milhares de folhas datilografadas. Horrível. Se eu conhecesse os outros membros da comissão e confiasse neles, não leria talvez aquela droga toda” [...] (RAMOS, 1986a, p. 148). No que participou Guimarães, “Um livro inédito”: “[...] Viator, pseudônimo de um desconhecido que se apresentou com um livro de quase quinhentas páginas datilografadas [...], perdeu por um voto [...]” (p. 152). Quer se frisar aqui que seu profissionalismo e seriedade com a literatura não se arrefeceram em determinado contexto e nem a sua frisada obsessão pelo panorama sócio-econômico (ético) destituiu de toda a expectativa estética⁵⁰, pois ambas as dimensões, para ele, são políticas:

[...] dos seus contos uns são melhores, outros são piores que o do escritor pernambucano [Luís Jardim]. Viator é terrivelmente desigual: ou o namoro idiota da professorinha ou a morte do compadre Joãozinho Bembem, página admirável.

Vivem por aí a falar demais em literatura do Nordeste, literatura do Centro, literatura do sul, num jogo de empurra cheio de picuinhas tolas. As histórias a que me refiro são do Brasil inteiro [...] (p. 153).

LITERATURA E NACIONALISMO

A desigualdade da obra em si e da proposta estética de ambos os aproximou – Graça e Rosa – em mais uma luta contra o bairrismo imperante. E assim, como um todo, esse espaço empreendido com alguns pares anteriores e contemporâneos a

⁵⁰ No que tange às instâncias entre o ético e o estético, há uma permanente discussão que quem aposta em um normalmente não entende do outro, o que aqui não foi mesmo o caso. O livro em questão seria o *Sagarana*, de 1946, que numa leitura posterior aponta Graciliano: “Vejo agora [...] que o volume de quinhentas páginas emagreceu bastante e muita consistência ganhou em longa e paciente depuração. [...] indicara a Prudente de Moraes [Neto] numerosos versos para efeito onomatopaico intercalados na prosa. [...] Lá estão, à página 25, fixando a marcha dos bois nos caminhos sertanejos, dois períodos (o primeiro feito de adjetivos aplicáveis ao gado) composto de pentassílabos: ‘Galhudos, gaiolos, estrelas, espácios, combucos, cubetos, lobunos, lompardos, caldeiros, sambraias, chamurros, churriados, corombos, coruetos, bocaelos, borralhos, chumbados, chitados, vareiros, silveiros... E os toscos da testa do mocho macheado, e as rugas antigas do boi corualão...’. Notem aí dez aliterações. O rumor dos cascos no chão duro se prolonga – e à página 26 ainda é martelado em dezesseis versos de cinco sílabas: ‘As ancas balançam, e as vagas de dorso das vacas e touros, batendo com as caudas, mugindo no meio, na massa embolada, com atritos de couro, estratos de guampas, estrondos e baques, e o berro queixoso do gado Junqueira, de chifres imensos, com muita tristeza, saudades dos campos, querência dos pastos de lá do sertão...’. Esse doloroso interesse de surpreender a realidade nos mais leves pormenores induz o autor a certa dissipação naturalista – movimentar, por exemplo, uma boiada com vinte adjetivos mais ou menos desconhecidos do leitor, alargar-se talvez um pouco nas descrições. Se isto é defeito, confesso me agrada” (RAMOS, 1986, p. 248-249). A forma já é o conteúdo, ambos em pleno dinamismo.

Graciliano é para demonstrar em grande parte os aspectos culturais pelos quais lutaram e contra os quais reagiram. No caso dos modernistas, mesmo que Guimarães Rosa não se enquadre didaticamente no período em questão, todos possuíam um adversário em comum, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Esta fora personificada na figura do sr. Plínio Salgado, que antecedeu o Estado Novo e em boa parte deste foi o principal mentor intelectual do movimento, vertente brasileira do fascismo italiano. Plínio encabeçou na literatura e na política tudo aquilo que aqueles temiam no campo ético e combateram inclusive no estético: “[...] Não escrevi ontem nem uma linha: estive até tarde na casa do Aloísio (o integralista), e como li os pedaços de uma prosa do Plínio Salgado, o sono me agarrou quando voltei e dormi doze horas pouco mais ou menos” (RAMOS, 1982, p. 145).

Plínio, para além do tédio que proporcionava, era nocivo, porque veria a industrialização de São Paulo e as insurreições do Rio Grande do sul como as melhores sínteses do país, com alguma parcimônia ao Rio de Janeiro: “Dar-nos os pensadores políticos”, e Minas Gerais: “A tradição política, o espírito conservador”, desconsiderando acentuadamente a importância de outros estados e regiões mais pobres, cabendo-lhes o teor exótico, quando não místico. No que tange por exemplo a Graciliano e congêneres: “O nordeste tocou a missão de se impor com a questão da terra e do elemento autoctônico [...]. a Bahia, que tanto evidencia o desequilíbrio social brasileiro [...], é um centro de gravidade do velho humanismo, enfreado as arremetidas bárbaras” (“O nacionalismo de Plínio Salgado em *Literatura e Política*”, GINZBURG, 2012, p. 339). De passagem assim, talvez não se tenha o necessário grau de aproximação do real problema. Para tanto, volta-se a Graciliano, “O que deveríamos fazer” (RAMOS, 1986a, p. 227-229), na qual este contextualiza suas preocupações e a dos outros sobre as violências oriundas do nefasto momento:

Convém lembrarmos o entusiasmo com que oradores de longo fôlego copiaram as caretas e os berros dos papões totalitários, semearam a discórdia, ameaçaram com enormes castigos as criaturas que não se vestiam como eles, não desfilavam em passeatas coloridas nem gritavam. Nacionalistas exaltados entendiam-se bem com gringos, carcamanos, asiáticos, oblíquos, e fingiam desprezar os sangues inferiores. Não chegaram a realizar matanças de aparato, porque não subiram muito, conforme esperavam. Além disso, os judeus, pouco numerosos, mal davam para um *pogrom* modesto. E os pretos abundavam: a supressão

deles devastaria o país. Limitaram-se, pois, à eliminação teórica dessas raças. Os semitas seriam expulsos oportunamente, quando os arianos tomassem o poder. E evitou-se qualquer referência ao pessoal escuro das favelas. O professor Artur Ramos foi chamado à ordem: – Essa história de africanismo é conversa. O senhor tenta sublevar os negros, assanhá-los contra a ordem instituída (Ramos, 1986, p. 228-229).

O termo “Pogrom” tem origem na Rússia czarista. Trata-se, nos termos do *Dicionário Houaiss*, de uma “série de pilhagens, agressões e assassinatos cometidos contra uma comunidade ou minoria, especialmente de judeus, e geralmente com o beneplácito das autoridades”⁵¹. No entanto, Graciliano chama a atenção no contexto brasileiro naquilo que consiste à “eliminação teórica das raças”, ocultando da nação uma trágica história. Estratégica ação, ela consiste na utilização de eufemismos por parte da repressão: “africanismo” para estudos relacionados à escravidão; “catequização” para o genocídio indígena, e assim por diante. Não fortuitamente também para descaracterizar a principal oposição do Brasil-Colônia, claro que porque encabeçada majoritariamente por seus hipotéticos herdeiros, chamaram-na de “inconfidência”⁵², traição, o que novamente chama a atenção para a sublimação dos conflitos sociais tão bem assimilada pela sociedade brasileira e que, de certo modo, corresponderia ao mesmo tratamento dado pela ideologia posta na Alemanha a respeito da celeuma nazista em “O que significa elaborar o passado”:(ADORNO, 1995):

⁵¹Adorno também nos chama a atenção para seguidos episódios ainda anteriores à Segunda Guerra, a exemplo desta passagem de “Educação pós Auschwitz”: “[...] os turcos [...] mandaram assassinar mais de um milhão de armênios. Importantes quadros militares e governamentais, embora, ao que tudo indica, soubessem do ocorrido, guardaram sigilo” (1995, p. 120). Isso sempre para realçar a convivência da sociedade e os riscos do ufanismo: “O genocídio tem suas raízes naquela ressurreição do nacionalismo agressor que vicejou em muitos países a partir do fim do século XIX” (p. 120).

⁵² O descontentamento com a questão colonial veio de longa data, como se mostra em “Pequena História da República”: “A ideia de república já se tinha aqui divulgado no tempo da colônia: com Bernardo Vieira de Melo (1711) em Pernambuco [Guerra dos Mascates], com Felipe dos Santos (1720) em Minas [Revolta de Vila Rica], com os inconfidentes mineiros (1789). Na primeira metade do século XIX várias sublevações apareceram: a Confederação do Equador (1824) no Nordeste, a República de Piratininga (1835-1845) no Rio Grande do Sul, a Sabinada (1837) na Bahia, a Balaiada (1841) no Maranhão, a revolução praieira (1848) em Pernambuco” (RAMOS, 1979, p. 133). É bom frisar que as datas iniciais coincidem com os ideários iluministas, que na Europa fortaleciam a intervenção burguesa (mercantil) sobre o Estado absolutista. É claro que num incipiente Brasil extrativista, de “raízes rurais” e escravocratas, tais concepções foram acrescidas de outras questões (cf. “Herança rural”. HOLANDA, 1995, p. 71-92).

Indiscutivelmente há muito de neurótico no que se refere ao passado: gestos de defesa onde não houve agressão, sentimentos profundos em situações que não os justificam; ausência de sentimentos em face de situação da maior gravidade; e não raro também, a repressão do conhecido ou do semiconhecido. No experimento de grupo do Instituto de Pesquisa Social frequentemente verificávamos que a lembrança da deportação e do genocídio se associava à escolha de expressões atenuantes ou de descrições eufemistas, ou configurava um espaço vazio do discurso; o uso consagrado e quase benevolente da versão da “noite de cristal” para designar o *pogrom* de novembro de 1938 confirma esta tendência [...] (p. 30).

A contundência crítica do pensador alemão demonstra a eficácia pérfida que pode alcançar a retórica do eufemismo, que, junto às hipérboles, talvez sejam as figuras de linguagem mais propícias aos contextos reacionários. A eliminação teórica de determinados grupos, intercalada com a brutalidade, pode ser tão poderosa quanto à última na desqualificação dos hegemonicamente excluídos já a partir de um jargão posto no inconsciente coletivo, inclusive dos envolvidos, como de caráter pleonástico: índios preguiçosos, homossexuais depravados, negros bandidos, mulheres interesseiras, crianças encapetadas etc. Pode-se também nessa dimensão caricata de se tratar o não-idêntico como afirma o autor: “[...] ausência de sentimentos em face de situação da maior gravidade; e não raro também, a repressão do **conhecido** ou do **semiconhecido** [...]”, já que a falsa consciência basicamente não vive de invenção, mas da distorção histórica. Acrescenta-nos Graciliano Ramos no capítulo “O fator econômico no romance brasileiro”:

A leitura dos romances brasileiros, até dos melhores, quase sempre nos dá a impressão de que os nossos escritores não conseguem fazer senão trabalhos incompletos. Sem nos deixar levar pelo pessimismo que nos leva a olhar com desconfiança a obra de arte nacional, pessimismo às vezes interrompido bruscamente por acessos de exaltação ingênua, meio infantil, devemos reconhecer que nos trabalhos de ficção brasileiros falta alguma coisa (1986a, p. 253).

Entende-se aqui a “exaltação ingênua” proferida por Graciliano como ironia, pois ele com convicção afirmaria em sua sintética “Pequena História da República”, sobre o contexto que daria forma a tal mentalidade: “Em 1889 o Brasil se diferenciava muito

do que é hoje [...]. As pessoas não voavam, pelo menos não no sentido exato desse verbo [...], voavam em cima do bem dos outros [...]" (Ramos, 1979, p. 126). Sendo assim, por que então tanta parcimônia da até certo ponto amadurecida indústria de entretenimento⁵³ com seus personagens? Considera-se isso no mínimo uma articulação conivente das partes envolvidas: escritor, editor, leitor, inclusive detratores da matéria escrita. Em todo o caso, em "O fator econômico...", com alguma parcimônia e ironia Graciliano leva à frente sua crítica:

Um cidadão é capitalista. Muito bem. Ficamos sem saber de onde veio o capital e de que maneira o utiliza. Outro é agricultor. Não visita as plantações, ignoramos como se entende com os moradores se a safra deu lucro. O terceiro é operário. Nunca o vemos na fábrica, sabemos que trabalha porque nos afirmam que isto acontece, mas os seus músculos nos aparecem ordinariamente em repouso (RAMOS, 1986a, p. 254).

ARTE, MERCADO, ENTRETENIMENTO

Todos os músculos repousam, exceto o coração. O amor romântico nunca sai de cena. Todas as vicissitudes humanas se rendem a ele. Não se admiraria Graciliano se no início do século seguinte, com todo o aparato de tortura catalogado em nossos museus e livros de história e releituras cinematográficas, a coisa continuasse muito semelhante: "[...] Talvez isso se relacione com as dificuldades em que se acham quase todos num país onde a profissão literária ainda é uma remota possibilidade e os artistas em geral se livram da fome entrando no funcionalismo público [...]" (p. 256). Com tal comentário Graciliano intenta um *mea culpa*, ao se colocar num "quase todos", pois como já se disse ele também engrossara o caldo dos escritores cuja sobrevivência dependera do "funcionalismo público", mas que também não aceitara tal coisa passivamente. Por isto, tal parcimônia não dura dois parágrafos ao citar a vitalícia batalha metafísica entre o bem e o mal: "[...] alguns escritores geraram uma fauna de seres estranhos em que há um pouco de homens, muito de espíritos e demônios [...]" (p. 256).

⁵³ Machado de Assis estreou no periódico "A Marmota" em 1858 (ASSIS, p. 2003), o que, apesar de seu início mesclado a tendências românticas, não deixa de ser um marco para uma ficção crítica, no Brasil. Isto inclusive pela popularidade do escritor perante os companheiros de ofício à época, talvez só comparado à onipotência de José de Alencar.

Com precaução, ainda ressalva-se de qualquer acusação de ser empirista: "Está visto que não queremos reportagens, embora certas reportagens sejam excelentes, [mas] não chegam a constituir literatura [...]. Diante do exorcismo e sensacionalismo reinantes, ele pretende estabelecer um pensar do ofício que se estabeleça para além do mero entretenimento, traíndo às origens do próprio romance, à maneira de uma emancipação para este em que pese o pensar a sociedade como algo mais abrangente e, assim, com menos pudor para com setores privilegiados da sociedade. Sobre o assunto, lê-se em "A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas":

[...] Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem (ADORNO, HORKHEIMER, 1995, p. 114).

Esperar que novas tecnologias passem uma tábua rasa de maneira a proporcionar uma reconciliação dos rancores estabelecidos historicamente, esquecendo a quem prioritariamente servem é que pode ser considerado utopia, mas esta inviabiliza a arte que tem como característica principal lidar com as contradições humanas. No caso brasileiro, o jornal e o rádio, na primeira metade, e a televisão, na segunda metade do século XX, foram os grandes formadores da opinião pública, com o cinema a reboque. Coube predominantemente à literatura o papel de estraga-prazeres, muito devido a parodiá-los, fazendo as devidas considerações sobre suas mazelas, embora também incorporada por eles.

Dito isso, aproxima-se então da celeuma levantada por Adorno sobre o pedestal em que estão colocados os veículos de comunicação de massa. Nisso, inclusive o livro, este mais que a literatura em si. O filósofo alemão, por se mostrar um crítico ferrenho à intensa persuasão dos meios citados, acabou caindo em desgraça, para falar sem meios-terminos, entre os mais afoitos da revolução tecnológica.

Um marco na discussão seria o *Apocalípticos e integrados*, livro de Umberto Eco lançado na mesma década do póstumo *Teoria estética* de Adorno (1970). Eco confrontava os teóricos da Escola de Frankfurt, mais precisamente Adorno e Horkheimer, com o papa da comunicação, Marshall McLuhan, de “o meio é a mensagem”. A referida obra do autor italiano ilustra bem o que aqui se quer dizer. O título sugere que algo tão revolucionário quanto o rádio, a televisão e o cinema por si somente já geraria um desconforto nos padrões tradicionais da sociedade, o que em muito aconteceu. Entretanto, sua dissonância fora internalizada e cada vez mais se vê a disparidade que há entre grupos étnicos nas propagandas que remetem à ascensão social, mulheres em produtos direcionados ao público masculino, uma quantidade exorbitante de programas religiosos. As próprias técnicas consideradas de vanguarda são utilizadas intensivamente em propagandas eleitorais e na manutenção do poder político demonstrando qualquer coisa de diferente daquela concepção. Ou seja, isso reafirma que os meios e as mensagens também “não passam de um negócio” e, como tal, visam favorecer escandalosamente os donos e seus associados. Quando não, no mínimo fortalecem a supracitada “eliminação teórica” dos muitos que ali não se veem contemplados.

Graciliano pensava, nesse aspecto, de modo similar a Adorno. Assíduo leitor de jornal (além de redator) e livros, não os condena de todo, mas nitidamente espera algo menos oscilável e mais emergencial no que tange a uma denúncia contra a repressão e mais especificamente contra aqueles que representam quaisquer regimes de exceção. Uma passagem do capítulo “Colônia Correccional” de *Memórias do cárcere* ilustra o lugar fundamental de denúncia que, para Graça, constituem livros e jornais:

- Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram.
 - Pagar como? Exclamou a personagem.
 - Contando lá fora o que existe na Ilha Grande?
 - Contando?
 - Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo no papel.
- O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo:
- O senhor é jornalista?
 - Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correccional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida.

O médico enterrou-me os olhos duros, o rosto cortante cheio de sombras. Deu-me as costas e saiu resmungando:

– **A culpa é desses cavalos que mandam pra aqui gente que sabe escrever** (RAMOS, 1986b, p. 158, grifo meu).

Toda a citação é relevante por demonstrar uma coragem singular do ofendido dentro de uma situação de extremo risco. Destaque-se a fúria do algoz por se tratar o prisioneiro de um letrado e que, como tal, não deveria estar ali; de outro lado, ironicamente, alguém achou no mínimo imprudente deixá-lo solto na sociedade. Entre uma coisa e outra, chega-se à conclusão que melhor se estivesse morto (o que, no contexto precário da prisão, aconteceu a muitos – sem a mesma projeção social e intelectual do nosso escritor).

A resposta do “doutor” é, portanto, emblemática por ele se sentir desautorizado pela consistente indignação irônica da vítima: “os senhores me deram assunto magnífico”. A substância da figura de linguagem em questão, a ironia, presente em toda a obra, já assegura Graciliano fora do contexto sadomasoquista em que Adorno coloca o pretense realismo da literatura engajada, como no radical “Engagement” (ADORNO, 1991) e já coloca em voga também a supracitada expectativa sartreana a respeito do papel do escritor na sociedade burguesa. Para esta, visto o silêncio sobre e até indícios de saudade dos regimes de exceção, tal atitude pode não passar de revanchismo. No entanto, aqui, lê-lo com a aguda análise que o próprio faz de seu tempo torna-se um alerta para realmente pensar “o que significa elaborar o passado”: “o passado de que se quer escapar ainda permanece muito vivo” (ADORNO, 1995, p. 29) e suas amarras estão pouco latentes, “Viagens”:

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. Não será impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. Não caluniemos o **nosso pequenino fascismo tupinambá**: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu escrever. **Apenas** nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício (RAMOS, 1986b, p. 33-34, grifos meus).

O risco de "calúnia do nosso pequenino fascismo", anuncia Graciliano, parece com a fábula da criança que constantemente pede socorro para pregar peça nos adultos e quando realmente precisa de ajuda ninguém vai ao seu encontro, pois "perdeu os vestígios de autoridade". Tal passagem ao "apenas" – conforme o destaque na citação acima – se conserva na sua principal figura de linguagem, o litote, espécie de ironia que somente funciona pelo seu contrário, pois nosso fascismo é bastante abrangente e a supressão do desejo, seja ele qual for, não é nada de insignificante perante a coisificação da vida, o que confere à narrativa de Graciliano dimensões de uma "dialética negativa", como já se pode entender na "Introdução" da homônima obra de Adorno: "A necessidade de dar voz ao sofrimento é condição de toda verdade" (2009, p. 824), pois para Adorno, apesar dos variados vernizes, a penúria humana permanece soberana.

IDÊNTICO

Em "Sobre sujeito e objeto", afirma o filósofo alemão:

[...] a imagem de um estado originário, temporal ou extra-temporal, de feliz identificação de sujeito e objeto, é romântica; por longo tempo, projeção da nostalgia, hoje reduzida à mentira. A indiferenciação, antes que o sujeito se formasse, foi o estremecimento do nexos natural, o mito; as grandes religiões tiveram seu conteúdo de verdade no protesto contra ele [...]. O novo horror, o da separação, transfigura, diante daqueles que o vivem, o antigo, o caos, e ambos são o sempre-idêntico. Esquece-se, pela angústia frente ao sem-sentido que se escancara, a não menos frente aos deuses vingativos da qual o materialismo epicurista e o cristão *não temais* quiseram livrar os homens (Adorno, 1995, p. 183, grifo do autor).

Entende-se aqui o mito já como um capenga esclarecimento e, mesmo como tal, foi o conteúdo de verdade das religiões. O problema que se estabelece daí é que a sua manutenção torna-se uma "indiferenciação", a predominância do sempre o mesmo, do sem sentido, do caos, para que seus dogmas ("não temais") possam servir de alento. Em todo o caso, a confusão já predomina nos próprios paradigmas expostos sobre de onde vem, por exemplo, a crueldade humana: se dos deuses vingativos, prioritários das religiões duras, onde se inclui também o judaísmo, ou do

complacente “não temais” cristão⁵⁴. O esclarecimento posterior, a cargo da nossa subjetividade – “antes que o sujeito se formasse” – foi até então a mais incisiva tentativa de superar aquele estado de pré-consciência. Entretanto, a recente sociedade de classe elegeu o pragmatismo dos interesses pessoais (lucro) em detrimento ao pensamento do viver em coletividade, achando que o primeiro o privaria da massificação; enquanto que o segundo recorre de modo veemente à supracitada nostalgia romântica.

Para se evitar ambas as instâncias e para que este trabalho não se torne tão maniqueísta como aqui o que se quer se contrapor, é bom que se lembre que diante de uma ampla desumanidade do homem precisa-se de uma frequente reflexão sobre a adjunção duradoura de elementos por vezes tão paradoxais. Elementos que podem proporcionar muita dificuldade de achar alguma dignidade para si e para outros envolvidos, delegando quase sempre um tratamento pejorativo dado ao não-idêntico: “[...] um constituir-se do Eu a partir do não-Eu”, o que nos remete, por exemplo, à situação dúbia em que se encontrou muitas vezes Graciliano, como um defensor da autoconsciência e ciente de suas limitações. Um excerto do capítulo “Pavilhão dos primários”, de *Memórias do cárcere*, dá mostras do que se discute:

A barba atestava ausência regular de navalha e sabão; no crânio rapado à máquina, de lividez cadaverosa, protuberâncias avultavam. A fala abafada entrecortava-se de hiato. Lembrei-me vagamente de já ter ouvido aquela voz, mas, por muito que esquadrinhasse a memória, não me seria possível reconhecer a figura lastimosa. Percebendo-me na cara o pasmo e a interrogação, o homem apresentou-se:

– Francisco Chermont.

Não entendi, fiquei um minuto a examiná-lo, sem atinar com o motivo daquela referência ao estudante de cabelos negros e olhos vivos, **o fato de casimira a envolvê-lo naturalmente, como se tivesse nascido com ele [...]**.

[...]. Novos indícios lentamente surgiram, romperam a custo a máscara vergonhosa; **a linguagem polida afastou Chermont dos mocambos** (RAMOS, 1986b, p. 323-324, grifos meus).

⁵⁴Claro que sendo ateu, assim como Graciliano, duras críticas às facetas do cristianismo são recorrentes na obra de Adorno, como em “Educação pós Auschwitz”: “[...] Pregar o amor pressupõe naqueles a quem nos dirigimos uma outra estrutura de caráter, diferente da que queremos transformar. Pois as pessoas que queremos amar são elas próprias incapazes de amar e por isso nem são tão amáveis assim. Um dos grandes impulsos do cristianismo, a não ser confundido com o dogma, foi apagar a frieza que tudo penetra. Mas esta tentativa fracassou; possivelmente porque não mexeu com a ordem social que produz e reproduz a frieza [...]” (1995, p. 135). Tal “ordem” ficará a cargo aqui da “autoconservação”, que será explanada em breve.

No panorama em questão, a “casimira” e a “linguagem polida” afastaram “Chermont”⁵⁵ da suposta indignação, portanto, o que se pretende mesmo salientar aqui é o desafio constante para o pensamento humano de identificar as múltiplas faces da exclusão, constantemente bombardeado por discursos hegemônicos de aparência solidária: sujo, careca e gago (“hiato”) são iguais à “figura lastimosa” e “máscara da vergonha”. Numa dimensão positivista da autodiegese poderia se esperar a supressão da passagem e assim a ocultação de sua interpretação inicial para o leitor. No entanto, preferiu encará-la e assim a deixando também como parte das reflexões dos leitores para a avaliação da obra.

Após suposta gafe, emancipa-se diante do antecipado julgamento e também por este se apresentar pouco aceitável para quem se diz preocupado com as mazelas da sociedade. Eis o momento vexatório de reconhecer um dos seus e, ao escrever a respeito, coloca-se em parte falível perante o senso comum imperante: “Em vivo constrangimento, remói palavras difíceis, baixando a vista, procurando abafar a terrível impressão, morto por desviar-me dali [...]” (p. 324). Vergonha maior por se tratar ali de um caso explícito de tortura. Salientam-se com isso as várias passagens com que Graciliano se depara de modo intolerante ou despreparado com relação a algumas injustiças, enquanto desvela outras tantas. Assim, com tais limitações mas com tamanho zelo pelas adversidades, também a homofobia passaria pelo crivo da sua escrita⁵⁶. Ainda em “Pavilhão dos Primários”, lemos:

⁵⁵ Um adendo do trauma a partir de Chermont: “Vi na Praça Vermelha” [pátio] um rapaz de cabelos negros, nariz adunco, olhos vivos. Recém-chegado, ainda não se despojara da roupa bem feita. Vestia com apuro, e foi o indivíduo mais elegante que me apareceu naquelas viagens, elegância condenada a sumir-se em pouco tempo. Chamava-se Francisco Chermont e era filho do senador Abel Chermont, dias antes arrancado violentamente de casa, entrado em luta desigual, levado a braços como um fardo resistente, metido no cárcere e aguentado sevícias, por se haver oposto, no Senado, aos desmandos selvagens da ditadura policial reinante. Francisco Chermont assistira à cena vergonhosa, e, antes de recobrar-se do susto, fora preso e encafuado entre nós, por causa dos discursos do pai; iria interromper o seu curso de direito, no último ano. Não chegou a largar o fato de casimira bem talhado, calçar tamancos, desamarrar as gravatas, aclimar-se em nossos hábitos simples em demasia. Ficou ali [no Pavilhão dos Primários] talvez uma semana” (p. 318). Como se vê, fora logo enviado à Ilha Grande e retornara em frangalhos antes mesmo de Graciliano ter destino semelhante.

⁵⁶ Nota-se nesse trecho do trabalho um uso talvez excessivo das *Memórias do cárcere*. Isso porque, além da atualidade da temática, ela irá gerar constrangimentos futuros a Graciliano. No mais das obras aqui frisadas haverá uma ênfase semelhante sobre o assunto em *Infância*, mais precisamente em “Um novo professor”: “[...] Este não tinha lugar definido na sociedade. Para bem dizer não tinha lugar definido na espécie humana: era um tipo mesquinho, de voz fina, modos ambíguos, e passava os dias alisando o pixaim com uma escova de cabelos duros. Azeite e banha não domavam a carapinha – e o dono teimava, esfregava-a constantemente, mirando num espelho, namorando-se, mordendo a ponta da língua. Era feio, quase negro – e a feiúra e o pretume o afligiam. Porque tinha

A administração finge castrar aqueles homens, insinua hipócrita que o trabalho e o cansaço tendem a suprir necessidades profundas, e ali se movem autômatos puxados para um lado e para outro. Percebemos o dolo e pouco a pouco nos habituamos a ver entrar a **anormalidade** na existência comum. Achamo-nos longe daqueles indivíduos, conhecemos apenas os que vêm trazer a comida, fazer a limpeza, mudar a roupa das camas, e a princípio **relutamos em conceber veracidade nas informações**. Perguntamos em seguida como poderia ser de outra forma num meio onde só vivem machos – Os assassinos, criminosos fortuitos, em geral os sujeitos chegados maduros, conseguem livrar-se do **contágio**: têm a preservá-los costumes diversos, princípios, a **repugnância** que nos leva a desviar os olhos se vemos uma dessas criaturas, lavar as mãos se a tocamos. Esse **nojo** e esses escrúpulos esmorecem com o tempo: refletindo, alinhando motivos, inclinamo-nos a uma indecisa piedade, afinal até isto míngua e desaparece: achamos aqueles **invertidos** pessoas vulgares submetidas a condições especiais: **semelhantes aos que perderam em acidente olhos ou braços**. Certo são desagradáveis quando neles predomina a linha curva, **afetam ademanos femininos, têm voz dulçurosa, gestos lânguidos e caminham rebolando os quadris**. Nem todos são assim, de ordinário não se distinguem por nenhum sinal particular. Nada que mereça desprezo. Como se iniciaram? Os angustiosos e inúteis apelos noturnos davam a resposta (RAMOS, 1986b, p. 309-310, grifos meus).

O demasiado uso de qualificativos no tratamento ao fato dá uma ideia da dimensão da aversão de Graciliano ao assunto, da dificuldade – mas, ao mesmo tempo, de um interesse – em lidar com o assunto. O trecho “Os angustiosos e inúteis apelos noturnos davam a resposta” aparece aqui como um ponto nodal para sua digressão. Nele, o autor não aponta simplesmente a coisa em si, buscando para além daqueles estereótipos uma explicação, mesmo que atualmente, com tantas discussões a respeito da homofobia, ela nem de longe parecerá a mais plausível: “[...] admito restrições e correções [...]” (p. 309). Para o autor, eis a possível causa: “Os gritos daquela noite eram de um garoto violado. Essa declaração me estarreceu. Como podia suceder tal coisa sem que atendessem aos pedidos de socorro? [...] Na ausência de mulheres, consente-se o homossexualismo tacitamente” (p. 309). Seria assim um misto entre um nefasto rito de iniciação para os delinquentes juvenis e a

senso de beleza, mas procurava-a loucamente em seu corpo mofino. Friccionava-se, empoava-se, arrebicava-se, examinava-se no vidro, entortando os bugalhos estriados de” (RAMOS, 1995, p. 178). Adiciona-se na conta da “indefinição” do professor sua etnia, o que poderá ser englobado na discussão aqui já introduzida sobre o “não-idêntico” adorniano.

inclinação natural do macho ao coito, junto à convivência perversa do Estado como punição para a parte passiva.

Resguardando os pré-conceitos do autor, o que ele presencia é uma série de relações não-consensuais que seria estarrecedora mesmo se fosse entre assumidos heterossexuais. Ou seja, seguidos estupros, por parte de um adulto numa criança e noutros adultos com a convivência da sociedade (nesse sentido, a sociedade carcerária seria uma espécie de microcosmo da sociedade geral). Convivência inclusive de pretensos revolucionários, valorando potenciais heróis, quando ativos; covardes, quando passivos. Tudo isso se faz semelhante à violência praticada pelo colonizador em grande escala e sem restrição de faixa e gênero em "índios" e africanos, desqualificando-os como seres humanos já nos primórdios da nação. Paralelo a isso, perseguia os homoafetivamente assumidos como sodomitas, estabelecendo o alcance irrestrito do desejo como pecado e já no tempo do nosso autor como crime ou doença. Por fim, passíveis de punição ou tratamento, que também não passa de um rito sacrificial⁵⁷.

ANTAGONISMOS

A exposição desenfiada de Graciliano ganha ainda mais relevância em seu contexto devido à coragem de tratar do assunto ainda num Brasil bem pouco afeito a tais discussões, causando-lhes desavenças entre os próprios confrades, pois "[...] o partido [PCB] não escreveu uma linha sequer nem para atacar nem para defender. Verbalmente, chegaria a dizer que o livro [*Memórias do cárcere*] era um elogio à polícia e à pederastia [...]" (MORAES, 1996, p. 312). Sobre a chamada "pederastia", já está dito. O dissabor a respeito da "polícia" muito se deve ao seu contato, ainda

⁵⁷ Indiferente a gêneros, na materialização do desejo e da sua consequência em potencial, no amor, mesmo numa relação consensual, para Adorno, o sacrifício de pelo menos uma das partes é inevitável, pois, "[...] No mundo da troca, quem está errado é quem dá mais; o amante, porém, é sempre o que ama mais. Ao mesmo tempo que seu sacrifício é glorificado, zela-se ciumentamente para que o amante não seja poupado do sacrifício. É exatamente no amor que o amante fica sem razão e é punido. A incapacidade de dominar a si mesmo e aos outros, de que dá provas do seu amor, é motivo suficiente para lhe recusar satisfação. Com a sociedade, reproduz de maneira amplificada a solidão. Esse mecanismo prevalece até mesmo nas mais ternas manifestações do sentimento, a tal ponto que o próprio amor, a fim de abrir um caminho qualquer até o outro, é forçado a tamanha frieza que se destrói com a própria realização [...]" (ADORNO, 1985, p. 558). Em suma, "[...] Conceitos como sadismo e masoquismo já não são suficientes [...]", lê-se em *Minima Moralia* (2001, p. 248).

no início de sua prisão, com o capitão José Lobo, como se registra em “Viagens”, que seria o dono da seguinte frase: “– Respeito suas ideias. Não concordo com elas, mas respeito-as” (RAMOS, 1986b, p. 80). Proximidade tamanha que o oficial, mesmo ciente das complicações ali inerentes, resolveu emprestar-lhe dinheiro. Este foi recusado pelo desconfiado detento, mas não sem a devida descrição da queixa do outro:

– Não estou lhe oferecendo dinheiro, bradou capitão Lobo, adivinhando-me talvez o sentimento infeliz. Não se oferece dinheiro a homem. Estou facilitando-lhe um empréstimo. E não é lá grande coisa, as minhas reservas são pequenas. Se aceita o senhor mesmo determina, vê quanto lhe posso emprestar. Naturalmente não há prazo: paga-me lá fora quando se libertar. Sai logo, isso não há de ser nada. Também já tive preso e vivi no exílio: viajei num porão de São Paulo à Europa (p. 108).

Tal camaradagem apareceria em várias passagens de suas *Memórias do cárcere*. Por sua vez, mesmo sabendo o capitão das complicações políticas de Graciliano, apresenta-se pelo menos com duas formas mais de minimizar o problema em questão: “isso não há de ser nada” e “também já tive preso”. Esse tratamento não deve ter suscitado também boa impressão quando lido pela caserna. Ainda assim, apesar dos ânimos sociais ainda estarem propícios a exaltações, pois Graciliano já estaria oficialmente nos quadros do PCB, “anos depois, a José Olympio [seria] palco do reencontro”. Como não o reconheceu de cara, disse-lhe o oficial: “– Se eu lhe tivesse maltratado, o senhor nunca se esqueceria de mim. Eu sou o capitão Lobo” (MORAES, 1996, p. 175). A referida relação, aliada à fraternização que teve com infratores comuns – “Paraíba, um vigarista que me ensinou o pulo-do-nove, Gaúcho, um ladrão que me explicava em gíria particularidades de seu ofício” (p. 223) – seria vista como no mínimo algo indevido para as cartilhas do partido.

As peripécias que lhe foram contadas por Gaúcho estão pinceladas no conto “Um ladrão” (RAMOS, 1980), do livro de contos *Insônia*, o que pode ser conferido com o que se apresenta em “Colônia Correccional” (1986b). No entanto, seria injusto não citar aqui “Cubano”, que foi praticamente sua ama-seca durante o tempo que ali ficou, como da passagem em que Graciliano, bastante debilitado, nega-se à

refeição: “[...] o moleque aproximou-se, cochichou-me ao ouvido, a voz trêmula: – Perdoe-me. Eu não posso deixá-lo morrer de fome. Vai à força” (p. 146-147). Em derradeira oportunidade, seu prosaico “auto-retrato aos 56 anos” (1948) faz questão de fixar: “Seus maiores amigos: Capitão Lobo, Cubano, José Lins do Rego, José Olympio”. Enquanto da peleja corporal entre Cubano e nosso autor, ela fora interrompida por “um berro medonho”:

[...] Virei-me, enxerguei por cima do ombro o malandro cafuzo que, dias e dias, uivava junto à grade pedindo uma injeção de morfina. Rolara de uma tábua e espojava-se na areia do alojamento, em gritos, a barriga nua exposta a uma nuvem de moscas. De repente notei uma ferida aberta, um jorro de sangue preto derramando-se nas virilhas, nos pelos do ventre, nas pernas, formando uma poça no chão. Sacudi-me, liberei-me das garras fortes do vagabundo: – Vá para o inferno, Cubano. Eu posso comer vendo uma desgraça desta (p. 148)?

Para além do que já acontecera ali a Chermont, agora estava mais do que claro o prognóstico de boas-vindas dado pelo oficial: “[...] Atenção. Vocês não vêm corrigir-se, estão ouvindo? Não vêm corrigir-se: vêm para morrer” (p. 69), uma pequena amostra do humor pérfido do militar, já que o lugar se chamava “Colônia Correccional” e não abatedouro; não, literalmente. Ainda assim, com a noção de que contrariaria a muito dos envolvidos direta e indiretamente, Graciliano narrou detalhes bastante controversos de sua temporada naquele local, como da passagem em que um soldado deseja ajudá-lo vendo nele uma grande dificuldade para os dez quilômetros do porto à prisão: “– Vou pedir um cavalo” (p. 47). Inclusive acredita-se que a qualidade de Graciliano de intercalar as intempéries com momentos mais amenos esteja bem de acordo com as ressalvas que Adorno apresenta a respeito dos extremismos da arte engajada e também dos martírios concebidos aos protagonistas do realismo socialista: “[...] dessas vítimas prepara-se algo, obras de arte, lançadas à antropofagia do mundo que as matou. A chamada configuração artística da crua dor corporal dos castigados com coronhas contém, mesmo que de muito longe, o potencial de espremendo-se escorrer prazer [...]” (“Engagement”. ADORNO, 1991, p. 59).

Dando sequência à reflexão, nota-se que a galeria de personagens presentes em suas *Memórias...* e sua coragem em descrevê-las de modo plural remetem a uma reflexão em “A violência constitutiva e a política do esquecimento”, em que Jaime Ginzburg afirma: "Em escritores como Drummond e Graciliano Ramos, a representação do Brasil não se dá de maneira idealizada, mas permeada por 'identidades e alteridades que se entrecruzam e se superpõem gerando afiliações/resistências múltiplas e não lineares' (Rita Schmidt)" (2012, p. 237-238).

Aproveitando Drummond novamente em pauta, cita-se que o poeta ao ler *Infância* (1995), as mais variadas adversidades ali são apresentadas e como Graciliano se colocando perante as mesmas, afirma: “[...] A palavra justa exprimindo sempre a realidade psicológica ou ambiente, a notação precisa, a dosagem sábia, a economia absoluta de efeitos, notações, recursos [...]” (MORAES, 1996, p. 223). Resguardando a proximidade que existia, entre ambos, o que se leva a cabo aqui é a convicção da forma demonstrada pelo memorialista e admirada pelo colega. Já ciente do confronto que se estabelecerá com seus leitores, o próprio Graciliano, embora por vezes apresente um ou outro desabafo em relação a sua árdua existência, assume constantemente a impossibilidade de legislar em causa própria ou de alguém, devido à realidade conturbada em que a grande maioria dos envolvidos se encerra⁵⁸. Diante disso, o que se pode esperar do paroxismo presente numa “Colônia correcional”:

[...] Desagradável naquele meio o diálogo curto que tive com um trabalhador. O homem falava-me nas vantagens da autocritica. E eu, sem refletir: "Exato. Devo conhecer os meus defeitos, para conservá-los todos com muito cuidado". Surpresa viva, interjeições – e este desgraçado remate incompreensível ao interlocutor honesto: – "Claro. Se os meus defeitos se sumirem, deixarei de ser eu, mudar-me-ei noutro. Quero guardá-los, não perder um". **Opiniões desse gênero alarmariam as criaturas singelas ocupadas em remoer facécias estultas** (RAMOS, 1986b, p. 13, grifo meu).

⁵⁸ Segundo “O conceito de Esclarecimento”, “[...] Hoje, com a metamorfose que transformou o mundo em indústria, a perspectiva do universal, a realização social do pensamento abriu-se tão amplamente que, por causa dela, o pensamento é negado pelos próprios dominadores como mera ideologia” (1985, p. 48), o que lhes garante os devidos privilégios. Mas as contradições da sociedade formalizadas na arte proporcionam ao leitor um, mesmo que ao contragosto burguês, conteúdo de verdade.

Não que seja usual, estando em trânsito de um cárcere para outro (do, até certo ponto, tranquilo Pavilhão dos Primários à temida Colônia Correccional), se discutirem os benefícios de uma autocrítica. No entanto, para quem vive costumeiramente por "colocar areia na engrenagem dos estultos", a lembrança vem a calhar, principalmente quando à maneira de metalinguagem. Ao pensar seu ofício e os embates oriundos dele, o autor, de frequente "autocrítica", coloca-se à mercê de seus interlocutores, relativizando os pontos de vista sobre as circunstâncias relatadas e exigindo versões menos dogmáticas para si e para outrem. No entanto, o leitor precisa estar a fim desse esforço para que não se caia em sínteses obsoletas, pois estas são correntes até por profissionais da maior cautela. Aqui, a exemplo do que se quer dizer, recorda-se uma entrevista de 2011 de Antonio Candido para o jornal *Estado de São Paulo* citada por Jaime Ginzburg, em "O narrador na literatura brasileira contemporânea" (2014):

Às vezes, brinco com alunos meus que são bons críticos: tenho pena de vocês, porque vocês têm que escrever artigos sobre os autores atuais. Por melhores que sejam, não são Mário de Andrade, não são Guimarães Rosa, não são Carlos Drummond de Andrade... Eu fazia pro jornal um artigo por semana sobre as novidades. Quais eram as novidades? Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Jorge Amado, José Lins do Rego... Essas eram as novidades que eu escrevia: acaba de publicar um livro o senhor Graciliano Ramos (risos). Eu tive a sorte de viver um tempo de esplendor da literatura brasileira. Foi mais ou menos até 1950 e poucos. Não quer dizer que seja má, mas não tem mais aquele esplendor. (p. 217)

Apesar do pretense tom jocoso da entrevista: "Às vezes brinco com alunos meus...", Jaime Ginzburg salienta que o autor de *Formação da literatura brasileira* apresenta certo descaso com a literatura contemporânea posterior a seu apogeu como estudioso da matéria, além da glamorização do já badalado cânone ("Não quer dizer que seja má, mas não tem mais aquele esplendor"); incluindo claro ali o Graciliano Ramos, para quem Candido fez o mais que conceituado *Ficção e confissão*. Ainda diria Ginzburg: "[...] A posição em si é respeitável, e estimula o debate acadêmico. O que chama a atenção é a inconsistência [...]" (p. 218). E, mesmo que suavizada por se tratar de alguém da nossa estima, finaliza o autor do artigo: "Um crítico julga a

partir de uma leitura realizada, elaborada com ponderações e critérios, pois sem isso não tem como se emitir juízo” (p. 218).

O referido trecho da entrevista está, portanto, na contramão do que subjaz a este trabalho que tem, entre objetivos mais claros, o de colocar o autor de *Infância e Memórias do Cárcere*, obras capitais para o crítico⁵⁹, em diálogo com leitores atuais, sem de todo desmerecer o repertório do leitor. Isto até porque, considera-se uma das premissas presente em sua *Teoria Estética* (1970): “[...] os antagonismos não resolvidos da realidade retornam às obras de arte como os problemas imanentes de sua forma” (p. 16). “Antagonismos” que não deixam de cessar e não raros aos que buscam uma manutenção permanente do pensamento, o que não deixa de exigir um cuidado muito maior sobre o extremado século XX e seus atuais desdobramentos. O próprio Graciliano também teve seus arroubos, mas de modo geral isso lhe aparecerá como crise de impotência perante o factual, como na carta 77 a Heloísa:

[...] O Estado está pegando fogo, o Brasil se esculhamba, o mundo vai para uma guerra dos mil diabos, muito pior que a de 1914 – e eu só penso nos romances que poderão sair dessa fornalha em que vamos entrar. Em 1914-1918 morreram uns dez ou doze milhões de pessoas. Agora morrerá muito mais gente. Mas pode ser que a mortandade dê assunto para uns dois ou três romances – e tudo estará muito bem. Por aí vê você que sou um monstro ou um idiota [...] (1982, p. 146).

Como se vê em Graciliano, seu fazer literário é cerceado de antagonismos e contradições, estas prioritárias em quem pensa a sociedade como algo em permanente transformação, sem que isto seja necessariamente algo bom, dados os equívocos da ideológica fusão de evolução e progresso. Por isso, o autor reafirma o risco de forças mais que hegemônicas pairarem numa cínica comodidade estética,

⁵⁹Para a citada celeuma a respeito de Antonio Candido e até mesmo para as de mesmas proporções que certamente aparecerão aqui, vale-se de “Crítica cultural e sociedade”: “O conceito de liberdade de opinião, e mesmo o próprio conceito de liberdade espiritual na sociedade burguesa, no qual a crítica cultural se baseia, possui a sua própria dialética. Pois, enquanto se liberava da tutela teológico-feudal, o espírito, graças à progressiva socialização de todas as relações humanas, caía cada vez mais sob o controle anônimo das relações vigentes [...]” (Adorno, 1998, p. 09). Encerra-se dizendo que não só o intelectual, “espírito autônomo”, “se ajusta a sua venalidade mercadológica, reproduzindo com isso as categorias sociais predominantes, como se assemelha, objetivamente, ao *status quo*, mesmo quando, subjetivamente, não se transforma em mercadoria. As malhas do todo são atadas cada vez mais conforme o modelo do ato de troca. Este permite à consciência individual cada vez menos espaço de manobra [...]” (p. 9).

ao se alimentarem mesmo daquilo que deveria ser mais o mais “dissonante”⁶⁰, a exemplo de um Kafka ou um Beckett. Ardilosamente, colocam-na num pedestal onde corre o risco de ficar entre a contemplação e o mofo, porque hipoteticamente assimilada.

Não por acaso, segue determinada inclinação uma conivente tendência a sublimar conflitos, posto que vivemos numa sociedade que costumeiramente se autoproclama como afetiva, solidária, filantrópica. Tais afetações aqui serão vistas como uma espécie de simbiose entre sociedade e indivíduos, ambos predominantemente narcisistas. Nota-se em Graciliano uma aversão a tal característica, já que o aborrece a ideia de se sobressair por meio do sofrimento alheio. De maneira enviesada, os individualismos se locupletam com arriscadas coletividades, pois buscam notoriedade. Em “O que significa elaborar o passado” (1995, p. 29-50), Adorno afirma que o “narcisismo coletivo”, por exemplo, junto ao ufanismo do “nacional-socialismo”, foi co-responsável pela ascensão do totalitarismo e pela sua permanência em nosso meio, pois, embora

gravemente danificado pela derrocada do regime nazista, esses danos ocorreram no âmbito do meramente factual, sem que os indivíduos tenham se dado conta deles para poderem assim elaborá-los [...]. Até certo ponto, a prosperidade econômica, **a consciência da própria eficiência**, preencheu esta meta (1995, p. 40, grifo meu).

ESCLARECIMENTO

Graciliano, em seu contexto, também criticara seus pares de ofício que exaltavam o sofrimento daqueles que viviam na torrente do agreste: “[...] Pois até a antropofagia serviu para dramatizar a seca, em jornal e em livro [...]” (“A propósito da seca”. RAMOS, 1986a, p. 132), pois fazer da dor alheia sua e se projetar a partir disso como um mártir também é uma característica narcisista. Entendendo-se como um objeto envolto de uma pretensa subjetividade, o autor busca uma autoconsciência necessária para o enfrentamento dos mitos, dos conceitos e seus emaranhados. Inclusive, nisto, uma discutível autonomia para sua arte naquilo que tange à “posição social do espírito cindido segundo as regras da divisão do trabalho” (*Teoria estética*.

⁶⁰Como afirma Adorno ainda na “Introdução” da sua *Dialética negativa* sobre assimilação da dissonância: “[...] até o momento em que ela [a consciência] passa a avaliar o que não lhe é idêntico a partir da sua pretensão de totalidade” (2009, p. 13).

ADORNO, 2008, p. 16). Sem tal digressão, predomina a mera “autoconservação”, o que em “O conceito de Esclarecimento” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) está posto:

A embriaguez narcótica, que expia com um sono parecido à morte a euforia na qual o eu está suspenso, é uma das mais antigas cerimônias sociais mediadoras entre a **autoconservação** e a autodestruição, uma tentativa do eu de sobreviver a si mesmo. O medo de perder o eu e o de suprimir com o eu o limite entre si mesmo e a outra vida, o temor da morte e da destruição, está irmanado a uma promessa de felicidade, que ameaçava a cada instante a civilização (p. 44).

Para o desenvolvimento da ideia, os pensadores alemães realçam na *Odisseia*, de Homero, obra capital para a Antiguidade Clássica, a passagem em que Ulisses coloca cera nos ouvidos do resto da tripulação para que esta não sucumbisse aos cantos das sereias; enquanto ele, amarrado ao mastro do navio, pode fruir dos mesmos sem riscos de uma iminente loucura. O ludíbrio do citado protagonista, para os teóricos, é exemplar no que diz respeito à emancipação do homem perante a força do mito (a natureza); no entanto, encontra-se ali também a noção de divisão do trabalho, já que Ulisses priva todo o restante das potenciais pulsões, alienando-os do encanto proporcionado pelas referidas. Assim, a atitude autoconservadora do rei de Ítaca seria o pilar da nossa civilização:

O caminho da civilização era o da obediência e do trabalho, sobre o qual a satisfação não brilha senão como mera aparência, como beleza destituída de poder. O pensamento de Ulisses, igualmente hostil à sua própria morte e à sua própria felicidade, sabe disso. Ele conhece apenas duas possibilidades de escapar. Uma é a que ele prescreve aos companheiros. Ele tapa seus ouvidos com cera e obriga-os a remar com todas as forças de seus músculos. **Quem quiser vencer a provação não deve prestar ouvidos ao chamado sedutor do irrecuperável e só o conseguirá se conseguir não ouvi-lo. Disso a civilização sempre cuidou.** Alertas e concentrados, os trabalhadores têm que olhar para frente e esquecer o que foi posto de lado. A tendência que impele à distração, eles têm que se encarniçar em sublimá-la num esforço suplementar. É assim que se tornam práticos (p. 44-5: grifo meu).

Desse modo, prediz os autores que, concomitante à dominação da natureza, surgiu a expropriação do homem pela divisão do trabalho intelectual (Ulisses) e manual (tripulação), com amplas regalias para o primeiro⁶¹. Quando os conceitos se equipararam à pretensão dos mitos na dominação do homem (Esclarecimento), encontra-se aquilo que os referidos estudiosos chamam de “mundo administrado”⁶². Isso tal como se lê em “Educação – para quê?” (ADORNO, 1995): “[...] a organização do mundo converteu-se a si mesma imediatamente em sua própria ideologia” (p. 143).

As ancestrais fantasmagorias já proporcionavam ao mundo um efeito de causa e consequência para tudo, à maneira de um pretense domínio sobre o caos. Depois, com toda ordem de filosofia platônica e o recente advento dos conceitos (Iluminismo), das ciências e das tecnologias (Positivismo), a produção em larga escala passa a ser o centro. Nota-se assim que, historicamente, o indivíduo se torna mais nocivo a si próprio que o fato de ser mortal e as suas exposições às intempéries climáticas, o que potencializa *O mal-estar da civilização*, para usar diretamente a expressão do título do célebre livro de Sigmund Freud (1997):

O sofrimento nos ameaça de três direções: de nosso próprio corpo, condenado à decadência e à dissolução, e que nem mesmo pode dispensar o sofrimento e a ansiedade como sinais de advertência; o mundo externo, que pode voltar-se contra nós com forças de destruição esmagadoras e impiedosas; e, finalmente, de nossos relacionamentos com outros homens. O sofrimento que provém dessa última fonte talvez nos seja mais penoso do que qualquer outro.

⁶¹Fica aqui a advertência de Jeanne Marie Gagnebin, em “Homero e a dialética do esclarecimento” (2006), de que, entre outras coisas, “[...] se ele [Ulisses] não tivesse passado incólume ao lado das sereias, mas se tivesse se deixado seduzir e devorar por elas, ninguém teria sobrevivido para recordar a beleza do seu canto [...]” (p. 36), e, por conseguinte, a de narrador (aedo) como sujeito da história e dela objeto. No mais, ainda segundo a autora, em reflexão posterior, mais especificamente em *Teoria estética e Dialética negativa*, o próprio Adorno fornece a prova que essa estratégia dialética arrasadora e total também deve ser repensada, refletida criticamente, pois ela “corre o risco de se consumir na repetição do mesmo por ela denunciado” (p. 37).

⁶²Adorno conceitua, em “Educação após Auschwitz” (1995): “É possível falar da claustrofobia das pessoas no **mundo administrado**, um sentimento de encontrar-se enclausurado numa situação cada vez mais socializada, como uma rede densamente interconectada. Quanto mais densa é a rede, mais se procura escapar, ao mesmo tempo que a sua densidade impede a saída. Isto aumenta a raiva contra a civilização. Esta se torna alvo de uma rebelião violenta e irracional” (p. 122, grifo meu). Para situar a séria questão na atualidade, a da “raiva contra a civilização”, cito aqui as atitudes fascistas do protagonista do conto “O cobrador”, de Rubem Fonseca. Segundo Jaime Ginzburg, este autor também compete entre os escritores contemporâneos compelidos pelos “traumas coletivos” da nossa violenta colonização, o que pode ser conferido em “Violência e Literatura: Notas sobre Dalton Trevisane Rubem Fonseca” (GINZBURG, 2012, p. 449-554).

Tendemos a encará-lo como uma espécie de acréscimo inevitável, embora ele não possa ser menos fatidicamente inevitável do que o sofrimento oriundo de outras fontes (p. 25).

Diante disso, tudo fora da ideologia de progresso passa a ser aquela “beleza destituída de poder”, a exemplo do exotismo como são vistos os recôncavos em que a natureza se apresenta “virgem” ou, até mesmo, a vasta pobreza que há ao redor do mundo. Determinada destituição de poder também pode ser averiguada pela visão ainda bem predominante de contemplação da arte. Sobretudo das obras assimiladas pelos meios de produção e divulgação, apresentadas “entre as reconfortantes organizações dominicais”, segundo a *Teoria crítica* (ADORNO, 2008, p. 12). Assim sendo, como monumentos do gênio individual perante as adversidades de outros homens e a da própria história e como se nenhuma relação houvesse entre as proferidas instâncias. Isso acontece enquanto a exploração socioeconômica, por exemplo, é tratada como algo contingente entre a fartura e o suplício, tomado este como inevitável para que a outra se sobressaia por mérito pessoal. Segundo Graciliano, em “O fator econômico no romance brasileiro” (RAMOS, 1986a), quando aparece a tal relação, o tratamento é simplório e tendencioso:

Testemunhas do conflito em que se debatem o capital e o trabalho, os romancistas brasileiros nos apresentam ora o capitalista, ora o trabalhador, mas as relações entre as duas classes ordinariamente não se percebem. Temos de um lado hábitos elegantes, sutilezas, conversações corretas, nada parecidas às que ouvimos nas ruas, insatisfação, torturas complicadas que a gente vulgar não pode sentir; do outro lado, bastante miséria, ódio e desejo de vingança (p. 255)

Nota-se a diferença “capital” entre os tratamentos levantados pelo memorialista, pois ela remete a uma nefasta superioridade nos trâmites sociais de um grupo em detrimento a outro. A abastança apresenta-se ponderada em seus costumes com direito a “conversações corretas”; e, sobre o que conversar: “nada de insatisfações e torturas complicadas”. Estas permanecem num limbo, mas para “a gente vulgar” isso acontece predominantemente por falta de escolha. Ali, a vida beira um folhetim

barato, passional e sensacionalista: “bastante miséria, ódio e desejo de vingança”, onde as coisas parecem como se fossem inerentes à sua classe social.

Os dois lados estão, cada qual a sua maneira, permeados de certa prolixidade e de um fazer social alienado da política fascista que os cerca. Sendo a linguagem uma técnica que pode, para mais ou para menos, se servir de criticidade, a literatura que Graciliano ataca parece nitidamente se contrapor à reflexão, já sendo isso passível de análise para o autor e aliados. No capítulo “A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas”, Adorno e Horkheimer afirmam:

O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação. Ela é o carácter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. Os automóveis, as bombas e o cinema mantêm coeso o todo e chega o momento em que seu elemento nivelador mostra sua força na própria injustiça à qual servia (1985, p. 114).

Seria uma retomada mais que idealista declarar guerra ao entretenimento, mas se pode e deve, de acordo com nossos autores, contrapor-se à massificação da indústria cultural, principalmente naquilo em que ela se considerada neutra. A estetização de seu material publicitário e de seu corpo jornalístico contrapõe-se muitas vezes ao sensacionalismo, de aparência realista, do aparte ficcional. Por fim, toda a programação planejada tem por finalidade persuadir o espectador da sua boa vontade, minimizando suas confluências socioeconômicas e políticas. Estas, bastante veladas numa indução ao prazer como “nivelamento” dos anseios da sociedade, embora pareçam lhe tratar como indivíduo.

As ruínas, ali esquematicamente mostradas, são postas como aleatórias aos sorrisos transbordantes dos reclames. Assim também acontece com a glamorização do livro que em muito pouca coisa tem a ver com os conflitos trazidos à tona por grande parte do cânone que eles mesmos ajudaram a promover e ainda perpetuam. Uma verdadeira “guerra” acontece cotidianamente pela audiência, onde nichos pré-estabelecidos configuram seu “público-alvo”. Contrapondo-se a isso, no excerto “Como fala um sobrevivente?”, de *Literatura, violência e melancolia*, Jaime Ginzburg

dirá: “[...] Impasses referentes à preservação da vida configuram questões para o debate ético” (2012b, p. 102), em que, além da “[...] difusão de correntes de pensamentos favoráveis aos direitos humanos (...), a tendência a acentuar o interesse por condições pacíficas de sobrevivência deveria ser priorizada” (p. 102).

Sabidamente, o “nivelamento” proporcionado pela indústria do entretenimento, pois este passou a ser o nome de tudo que se faz quando se está gastando o quinhão recebido pela exploração do seu trabalho, na menor das hipóteses causa uma estratégica confusão de critérios que se corre o risco de alguém, por sua vez até sensato, terminar uma discussão atacando aquilo que de início defendia, ou vice-versa. A informação, mesmo em países de rótulo democrático, cada vez mais é um privilégio e menos um direito. Daí, origina-se uma coerção muitas vezes imperceptível a questões que se coloquem como radicalmente opostas à naturalização dos genocídios praticados em escala cada vez maior pela humanidade ou com o consentimento de grande parte dela. Sobre isso, recapitula-se aqui o enfático desabafo do próprio Graciliano: “[...] Mas pode ser que a mortandade dê assunto para uns dois ou três romances – e tudo estará muito bem. Por aí vê você que sou um monstro ou um idiota” [...] (RAMOS, 1982, p. 146) e saúda-se aqui a comparação matuta do escritor, pois em jargão corrente tal oportunismo seria conhecido como empreendedorismo. Em diapasão similar ao tom irônico do alagoano, Adorno escreverá em *Minima Moralia*, no fragmento “Longe do perigo”:

O pensamento de que depois da guerra a vida poderá continuar “normalmente” ou que a cultura poderá ser restaurada – como se a restauração da cultura não fosse já a sua negação – é idiota. Milhões de judeus foram exterminados e isso é apenas o interlúdio, não a verdadeira catástrofe. Que é que essa cultura ainda aguarda? Embora para muitos haja um tempo de espera, poderia imaginar-se que aquilo que aconteceu na Europa não tem consequências, que a quantidade de sacrifícios não se transforma numa nova qualidade da sociedade inteira, na barbárie? Se a marcha continua, a catástrofe será perpétua. Pense-se na vingança dos assassinados. Se se eliminar um número equivalente dos assassinos, o horror converte-se em instituição, e o esquema pré-capitalista de vingança sangrenta, que reinou ainda desde tempos imemoriais nas remotas regiões montanhosas, reintroduzir-se-á em grande escala em nações inteiras como sujeito sem sujeito. Se pelo contrário, os mortos não são vingados e se aplica o perdão, o fascismo impune sairá, apesar de tudo, vitorioso, e depois de demonstrar quão fáceis lhe foram as coisas propagar-se-á a outros lugares. A lógica da história é tão

destruidora como os homens que produz: onde quer que penda a sua força de gravidade, reproduz o equivalente do infortúnio passado. O normal é a morte (2001, p. 52).

A citação aqui se faz longa de modo proposital, afinal o trecho foi escrito no “outono de 1944” para a *Minima Moralia*, por isso talvez tão enfático e intercalado com indagações retóricas, pois, segundo nossa herança transcendental, aguarda-se um julgamento supremo ou, de uma maneira considerada mais laica, o dia em que o “grande arquiteto do universo” possa reunir todos os espíritos livres para que assim, juntos, rirmos das nossas incompetências fatais como se estas fossem afinal brincadeiras infantis.

Ali, por data do desabafo adorniano, Hitler perdeu a guerra, mas, como o pensador alemão prevenira, o idealismo que precipitou milhares à destruição permaneceria nas bases do pensamento ocidental. E engana-se quem achar que isso nada tem a ver com o “deleite artístico” atacado por Graciliano e aqui frisado por Adorno (2008): “[...] um compromisso infeliz entre a essência social da arte e a sua natureza antitética a respeito da sociedade” (p. 31). A prova disso é que seus reformados detratores veem isto como um nocivo pessimismo, enquanto se aposta aqui como sendo uma tentativa derradeira de, pelo menos, “[...] não subtrair aos assassinados a única coisa que nossa impotência pode lhes oferecer, a lembrança” (ADORNO, 1995, p. 32). O deleite artístico é no mínimo do mesmo despropósito dos ritos protocolares feitos por líderes políticos e séquitos sobre o túmulo do soldado anônimo para lamentar as perdas oriundas da guerra tal, mesmo sabendo que a quantidade de conflitos armados e de vítimas destes só tende a aumentar e pouco fazendo para que isto não se repita.

PÚBLICO E PRIVADO

Como variante do mesmo quesito, Adorno também adverte para que não se caia, por exemplo, num inconformismo instrumentalizado. Este que, de caráter perigosamente erudito, “[...] desloca o ataque. Onde há desespero e incomensurável sofrimento, [...] vê apenas algo de espiritual, o estado da consciência humana, a decadência da norma [...]” (“Crítica cultural e sociedade”. ADORNO, 1998, p. 16). Tal

cinismo se alimenta da síndrome do perpétuo caos e, por isso, precisa de se resgatar a época de ouro ou o paraíso perdido da humanidade. Também se recorre de modo tanto quanto ao sempre-idêntico, “as coisas sempre foram assim” (“Meias tintas”. ADORNO, 2001, p. 245). Levando isso à risca, vive-se à maneira dos conselhos do pai para o filho presentes na “Teoria do medalhão” do aqui já citado Machado de Assis: “[...] reduces o intelecto, por mais pródigo que seja, à sobriedade, à disciplina ao equilíbrio comum”. Com isso, o grosso da indústria cultural dá o mote para a sua crítica e para aqueles que se adaptam a tal convivência. Daí, também a própria política deixa de ser uma ação de debate coletivo e passa a colecionar eventos, como se vê em “Administração”, do livro *Relatórios* (RAMOS, 1994):

A administração municipal absorveu 11:457\$497 – vencimentos do Prefeito, de dois secretários (um efetivo, outro aposentado), de dois fiscais, de um servente; **impressão de recibos, publicações, assinaturas de jornais, livros, objetos necessários à secretaria, telegramas.** Relativamente à quantia orçada, os telegramas custaram pouco. De ordinário vai para eles dinheiro considerável. Não há vereda aberta pelos matutos, forçados pelos inspetores, que prefeitura do interior não ponha no arame, proclamando que a coisa foi feita por ela; **comunicando-se datas históricas ao Governo do Estado**, que não precisa disso, **todos os acontecimentos políticos são badalados.** Porque se derrubou a Bastilha – um telegrama; porque se deitou uma pedra na rua – um telegrama; porque o deputado federal esticou as canelas – um telegrama. Dispêndio inútil. Toda gente sabe que isto por aqui vai bem, que o deputado morreu, que nós choramos e que em 1559 D. Pero Sardinha foi comido pelos Caetés (p. 40: grifos meus).

Tudo que deveria ser feito efetivamente pela classe política vira uma espécie de espetáculo, conquistas efetivas ficam à deriva em troca de uma comoção oportunista destinada ao eleitor por parte dos seus agentes. Graça satiriza tais atitudes, equiparando-as a fatos historicamente comprovados como o da “Bastilha”, local de encarceramento e morte de opositores ao absolutismo antes, durante e após a Revolução Francesa, embora esta tenha sido o pivô da nossa emancipação política contra as forças do Destino; e o de “D. Pero Sardinha”, bispo devorado por tribo litorânea em rito antropofágico no início da colonização (exploração) portuguesa no

Brasil. Dando um tom sensacionalista a acontecimentos caros também a este trabalho, o autor demonstra a inoperância do nosso sistema político.

Salta aos olhos a incisiva crítica ao poder público, principalmente porque oriunda de um tempo em que Graciliano exercia um cargo no executivo, o de prefeito de Palmeira dos Índios. Graciliano reafirma constantemente a necessidade de mudanças no âmbito da educação política da pessoa pública e dos seus respectivos eleitores, em oposição a contextos de prolixidades extremas e mais especificamente de altas negociatas em relação à aprovação de leis que favoreçam quase que exclusivamente a manutenção do capital pelos economicamente abastados:

Está aqui um deputado que é poço de manha, papagueador quando parola com o eleitorado, mudo na câmara, gênero peru; ali está um presidente de estado que outra coisa não tem feito senão apregoar pelas trombetas oficiais as maravilhas que ninguém vê, mas que ele teve o louvável intuito de realizar; temos acolá um advogado ventoinha, equilibrista emérito, camaleão legítimo; vem depois o comerciante feroz, enriquecido com favores clandestinos, negociatas escusas e contrabandos; mais distante, **avulta a majestade rotunda do industrial insatisfeito, empanturrado pelas propinas que a guerra lhe meteu no bucho** (RAMOS, 1986a, p. 09, grifo meu).

Apesar de apresentar uma gama de personalidades que se favorecem do precário cenário nacional, o alvo central de Graciliano à época eram os chefes políticos locais, também conhecidos como coronéis, que incitavam o voto de cabresto: “[...] Mandatários do governo, forjadores de eleição [...]” (p. 10). O texto ganha relevo literário em algumas passagens: “[...] São grossos batráquios da lagoa republicana [...]”(p. 09), pela alegoria do sedentário animal a coaxar nas lagoas.

Difícil não se lembrar do petardo antiparnasiano do poeta, de quem era fã incontestável, Manuel Bandeira, “Os sapos”, em que o referido aponta a arte e a política predominantes naquele contexto como coisas nocivas à sociedade, pois, entre outras características, interesseiras, laudatórias, beletristas, a exemplo dos respectivos trechos: “[...] Em ronco que aterra, / Berra o sapo-boi: / ‘– Meu pai foi à guerra!’. / ‘– Não foi!’ ‘– Foi!’ ‘– Não foi!’” e “Ou bem de estatuário. / Tudo quanto é

belo, / Tudo quanto é vário, / Canta no martelo”⁶³. Os séquitos que se banhavam em mesma lagoa, em compensação, apresentavam um ritmo diferenciado quando o assunto era delação, difamação e ameaças, como se lê em *Memórias do cárcere*:

No começo de 1936 [ano de sua prisão], funcionário na Instrução Pública de Alagoas, tive a notícia de que misteriosos telefonemas, com veladas ameaças, me procuravam o endereço [...]. Algum tempo depois um amigo me procurou com a delicada tarefa de anunciar-me, gastando elogios e panos mornos, que a minha permanência na administração se tornara impossível. Não me surpreendi. Pelo meu cargo haviam passado em dois anos oito sujeitos. Eu conseguira aguentar-me ali mais de três anos, e isto era espantoso. Ocasionalmente, decerto cometera numerosos erros, não tivera a habilidade necessária de prestar serviços a figurões, havia suprimido nas escolas o Hino de Alagoas, uma estupidez com solecismos, e isto se considerava impatriótico [...] (“Viagens”. RAMOS, 1986b, p. 38).

Apesar dos “panos mornos”, o resultado das calúnias se consumara. Em todo o caso, o serviço era feito e sua honestidade de certa forma se realçara pelos meandros do fascismo, pois Graciliano conseguira ficar por “três anos” num posto que em “dois” passaram “oito sujeitos”. Tal competência cativara a alguém de dentro do poder, mais precisamente o governador de Alagoas à época. Quer-se realçar novamente o perigo sobre um tratamento maniqueísta sobre o assunto atentando-se sempre para as confluências dos caminhos. E Graciliano sempre tivera muita consideração em apontar, mesmo que efêmeros, os aliados e maior precisão quanto aos inimigos.

Segundo Rodrigo Duarte, em “Os apuros do particular: uma leitura de *Minima Moralia*” (1997), faz-se preciso atentar para a “peculiaridade – experienciada pelo próprio Adorno – de os intelectuais serem frequentemente filhos de famílias pertencentes à elite dominante” (p. 153), pois, segundo o filósofo alemão, entre outras coisas, “[...] não só porque lhe é invejada a independência, porque se desconfia da seriedade de suas intenções e dele se suspeita como um emissário do poder estabelecido” (*Minima Moralia*, p. 221). Diferente dele, Graciliano fora de

63O poema, escrito em 1918, foi publicado em 1924 em *Ritmo dissoluto*, mas pode ser encontrado facilmente no sítio da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=649&sid=249>.

família remediada, a desconfiança que se abate sobre ele se porque, apesar da sua origem humilde, ele conseguiu como escritor um respeito entre pessoas de amplo prestígio e das mais variadas áreas. Enfatiza-se isso com o intuito de demonstrar que cada qual a sua maneira teve que encarar muitos obstáculos: um pela escassez e outro de excesso, ambos pelo direito à reflexão. Se Graciliano viveu o cárcere, sobrevivendo-lhe; Adorno viveu em território nazista e teve de exilar-se, longe. Com todas as diferenças de contexto e mesmo de temperamento, há muito de um no outro – o que suas obras demonstram:

[...] O autor de *Angústia* entende, como nós, que a palavra, a língua, a linguagem, **a literatura têm um papel fundamental na peleja contra a treva, a barbárie, a bestialização. Entende que todos devem ter direito a não ter nenhuma religião.** O cárcere cerceou o movimento de seu corpo, maltratado à exaustão, mas não lhe tirou **o pensamento de querer, para si e para os homens, o máximo de autonomia e de esclarecimento** (SALGUEIRO, 2013, p. 314: grifos meus).

O filósofo alemão em tempo hábil recorreu ao exílio, mas logo que pôde retornou à Alemanha para retomar a direção do Instituto de Pesquisas Sociais, o pivô da sua saída. Na intersecção dos percursos, ambos os escritores não pouparam críticas aos poderes estabelecidos nocivos à emancipação política do homem, mas dentro do que se pode esperar de uma “dialética negativa”, expressão que dá título à última obra de Adorno em que entre inúmeras sentenças reafirma que tal noção “[...] é a consciência consequente da não-identidade. Ela não assume antecipadamente um ponto de vista. O pensamento é impelido até ela a partir de sua própria inevitável insuficiência, de sua culpa pelo que pensa” [...] (ADORNO, 2009, p. 13). A “culpa” pela aceitação pouco velada das injustiças, por exemplo, que a sociedade consente ao naturalizá-las e a aversão declarada aos que buscam elementos pautados na história para reverter as condições vigentes. Por isso, Graciliano mesmo estando diretamente exposto a situações-limite procurou ponderar seus pontos de vista:

[...] Procurei observá-los onde se acham, nessas bainhas que a sociedade os prendeu. A limitação impediu embaraços e atritos, levou-me a compreendê-los, senti-los, estimá-los, não arriscar

juízos precipitados. E, quando isso não foi possível, às vezes me acusei. Ser-me-ia desagradável ofender alguém com essa exumação (RAMOS, 1986b, p. 35).

De matuto a intelectual, essa dose de autocrítica retirada do início das suas *Memórias do cárcere* está presente em todas as suas obras. Como se viu, aos 23 anos (1915) Graciliano iniciou suas crônicas no *Jornal de Alagoas*. Depois, passaria a revisor em periódicos da capital da república, prefeito, instrutor de ensino e escritor consagrado pela crítica. Portanto, nesse decorrer, conheceu a ciranda da indústria cultural e sua simbiose com os poderes estabelecidos. Ali, desde sempre, o tiro cruzado das críticas ao sistema como um todo, em forma de notícias ou pilhérias, e o bombardeio de informações inócuas seguidas de um amplo sensacionalismo com tendência a confundir qualquer eleitor da também recém-república sobre como e em que as suas reações devem se pautar. Tudo isso envolto em uma aura meta-idealista, num torpor de sadismo, meiguice e deslumbramento. Em todos os casos, nem se pode para tanto utilizar como defesa a manipulação do meio, pois, semelhante à Alemanha nazista, uma parte relevante da sociedade letrada mostrava certa cumplicidade pela persuasiva retórica ufanista⁶⁴.

VIOLÊNCIAS

No Brasil, Graça foi sabatinado desde a infância pela metafísica sertaneja e pelas cartilhas de caráter idealista. Na Alemanha, Adorno pleiteava um estado de bem-estar social, com direitos acessíveis ao cidadão comum. Com tantas privações e coerções físicas e psicológicas, era de se esperar que Graciliano vivesse numa constante situação de alerta e, de certa forma, numa cobrança permanente por não conseguir se estabelecer afetivamente nem no núcleo familiar, nem na escola e de difíceis amizades, o que lhe projeta uma permanente culpa pelo fracasso de

⁶⁴Sobre uma possível ignorância sobre os fatos que precederam os campos de concentração, diria Adorno em “O que significa elaborar o passado” (1995): “É muito grande o número daqueles que pretendem, na ocasião, não ter tido conhecimento dos acontecimentos que sucediam, embora por toda parte os judeus tenham desaparecido, e embora seja pouco provável que aqueles que viram o que acontecia no Leste [Stalin] tenham silenciado acerca do que deve ter sido um fardo insuportável. É razoável supor que existe uma proporção entre o gesto de não-ter-sabido-de-nada e uma indiferença ao menos embrutecida e amedrontada. O certo é que os decididos adversários do nazismo cedo souberam com bastante precisão o que acontecia [...]” (p. 30).

adaptação social. Para ele, perante tamanha impotência dentro do mundo, vive-se numa constante situação de cárcere, a exemplo da retrospectiva feita em “Viagens” (RAMOS, 1986b):

[...] sentia-me atordoado, como se me dessem um murro na cabeça. Julgava-me autor de várias culpas, mas não sabia determiná-las. Arrepentia-me vagamente de asperezas e injustiças, ao mesmo tempo supunha-me fraco, a escorregar em condescendências inúteis, e queria endurecer o coração, **eliminar o passado**, fazer com ele o que faço quando emendo um período, suprimir todas as letras, não deixar vestígios de ideias obliteradas. Aquela viagem era uma dádiva imprevista. Estivera a desejá-la intensamente, considerando-a difícil, quase irrealizável, e alçava-a de repente. Sucedera-me um desastre, haviam-me pretendido causar-me grande mal – **o mal e o desastre ofereciam-me um princípio de libertação. Os dois choques seguidos, desemprego e cadeia**, e também os telegramas ofensivos eram inúteis: perturbavam-me, embrulhavam casos enfadonhos, obrigavam-me a um salto arriscado, e nessa deslocação datas e fisionomias se toldavam de espessa névoa. Parecia-me que saldava uma dívida, me livrava de pesos interiores. Qualquer favor acaso ali recebido findava. Bom que me deixassem partir esquecido e em silêncio: estávamos quites. E nesse ajuste de contas figuravam governo e particulares. **Sem guardar ressentimento, aliviava-me de obrigações** (p. 56-57, grifos meus).

A impotência e o sofrimento geram uma intervenção perversa de se “eliminar o passado”, como diagnóstico para as agruras do presente, ainda mais quando se está imprensado num porão de um navio junto a outros prisioneiros e em destino ignorado, como se pode conferir em todo o capítulo “Viagens”, das *Memórias do cárcere*. Não bastasse isso, começa-se a também achar que até a privação real da liberdade se torna uma dádiva, algo que se agrava perante uma *Infância* de castigos e privações constantes, quer físicas quer psicológicas, como as surras do pai em “Justiça”, a doença em “Cegueira” e os cascudos oriundos da beatice da mãe em “Inferno”.

Seus embates com os pais intensificavam-se porque, sendo ele o primogênito daquela relação matrimonial, a sucessão paterna como mantenedor da família era parte das suas obrigações, fator que ganha relevo nas insistências do pai em alfabetizá-lo precocemente na linguagem instrumentalizada dos provérbios, à

sombra do temor cristão e da palmatória para torná-lo advogado ou padre (conferir em “Leitura”), algo de relevância socioeconômica naquele contexto. Ali viveu e até consentiu algumas covardias, não sem se ressentir disso. Seus genitores, em conformidade ao padrão cultural, consideram as brutalidades como algo indispensável ao confronto com a vida. Eis o sertão do seu tempo, descrito em “O fator econômico no cangaço” (RAMOS, 1979):

O cangaço, de que tanto se tem ocupado os jornais por causa da morte de um de dos seus mais componentes, é um fenômeno próprio da zona de indústria pastoril do Nordeste. Sem dúvida lá existem malfeitores em toda parte, mas os que operam na mata, lugar de agricultura e repouso, não são cangaceiros: ordinariamente são cabras de confiança de proprietários que, para conservar os seus bens e aumentá-los, precisam organizar defesa armada. Um anacronismo, certamente. [...] reprodução dos troços que defendiam os castelos dos senhores feudais [...] (p. 123).

Essa era uma informação rara nos periódicos da época⁶⁵, mas tais coisas Graciliano cresceu vendo e, quando adulto, apareceram ofertas de conchavos de toda ordem, num panorama, como era de se esperar, repleto de ameaças por parte de corruptos e corruptores: “E nesse ajuste de contas figuravam governo e particulares [...]” (1986a, p. 57). Em determinados contextos é que aparece a necessidade de um desenvolvimento extremo de “astúcia” como “autoconservação”, com regras pautadas no mínimo pela omissão, conivência e cumplicidade. Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, fala-nos sobre a ascensão política dos nossos profissionais liberais e reafirma: “Ninguém aqui procura seguir o curso natural da carreira iniciada, mas cada qual almeja alcançar aos saltos os altos postos e cargos rendosos: e não raro conseguem” (BURMEISTER apud HOLANDA, 1995, p. 153).

Sérgio Buarque de Holanda ainda tentar mediar certa diferença entre os países de matriz católica e os de matriz protestante em relação a uma maior ou menor ascese ao trabalho, para talvez distinguir as sociedades e suas respectivas mazelas. Por

⁶⁵ A título de informação, a supracitada crônica foi escrita entre 1941 e 1945 para a revista *Cultura Política* e reunidas postumamente em 1962 no livro *Viventes das Alagoas*, segundo Wander Melo Miranda (2004). A temática poderia parecer inócua se levarmos em conta que, à época, Graciliano já residia no Rio de Janeiro e também porque Lampião morrera no sertão de Sergipe em 1938. No entanto, o periódico em questão era de caráter integralista, ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.) do Estado Novo.

outro lado, o pensamento de Adorno recoloca em xeque ambos os contextos ao afirmar por exemplo que, de modo geral e desde de seus primórdios da Ilustração, nossa “[...] democracia [...] não é apreendida como identificando-se ao próprio povo, como expressão de sua emancipação [...]”, e termina dizendo que, no caso da Alemanha especificamente: “A própria falta de emancipação é convertida em ideologia” (p. 35). Ou seja, onde a religião parece não ter mais tamanha influência, a idealização da política à espera de uma práxis redentora alimenta o triunfalismo de cunho totalitarista seja pela ditadura do Estado ou do consumo ou de ambos. Dentro dessas e outras premissas, é que um século começa basicamente como terminou o anterior⁶⁶, recheados de conflitos, guerras civis e extermínios por todos os lados. Ou pior, porque os regimes ditatoriais possuem hoje maior poderio bélico, voltado cada vez mais para “A violência constitutiva”, para lançar mão de título de capítulo de Jaime Ginzburg (2012b):

[...] Se tomarmos apenas o período entre 1850 e 2000, a proporção de genocídios, massacres e extermínios é indizível: Iugoslávia, Polônia, Congo, Armênia, Ruanda, Rússia stalinista, França ocupada, Chad, Burma, Paquistão, Haiti, Camboja, Serra Leoa, Índia, Argentina (p. 9).

Ginzburg ainda assinala que “A Segunda Guerra Mundial constitui uma referência extrema de desumanização, com os campos de concentração nazistas” (p. 9), e mais especificamente: “A história do Brasil é constituída de modos violentos, desde a colonização, a escravidão, passando pelas ditaduras até o presente [...]” (p. 9).

No que tange a nossa escravidão, faz-se um aparte para sua correlação com o genocídio da população pré-colombiana, pois a partir do início do século XVII “o negro suplantou numericamente o americano como força de trabalho” escrava, segundo Mário Maestri em *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e agonia tupinambá no litoral brasileiro* (1995). No “Quinhentos, algumas centenas de milhares de tupis-guaranis foram submetidos ao trabalho compulsório”. Maestri faz

⁶⁶A questão hoje é lamentavelmente essa: “Mais de 50 milhões de pessoas estavam deslocadas à força em 2013, o número mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial, informa o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), em relatório divulgado hoje [20/06/2014] em Genebra” (Conferir em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2014-06/acnur-registra-mais-de-50-milhoes-de-refugiados-e-deslocados-no-mundo>>).

um minucioso apanhado dos usos, costumes e organização social dos por ele chamados “brasis” e nos deixa a par do implacável racionalismo civilizatório:

[...] comunidades tupinambás ocupavam, com diversos nomes, a maior parte da faixa litorânea que ia da foz do rio Amazonas à ilha de Cananéia, no litoral paulista. Em grandes trechos do litoral dos atuais estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, habitavam os potiguaras [...]. Do rio Paraíba até o rio São Francisco, viviam os caetés. [...] Das regiões meridionais do rio das Contas [do atual estado da Bahia] ao atual estado do Espírito Santo, viviam os tupiniquins. O litoral do Espírito Santo – até o rio Paraíba do Sul – era dominado pelos goitacases, povo não tupi que combateu duramente os colonos lusitanos. No atual estado do Rio de Janeiro, do cabo de São Tomé até Angra dos Reis, viviam os tamoios/ “tupinambás” [...]. De Angra dos Reis até a ilha de Cananeia, dominavam os goianases, que ofereceram pouca resistência aos europeus. A partir dos territórios meridionais dos goianases até a ilha de Santa Catarina e por amplas regiões do interior, viviam os carijós/guaranis [...] (p. 43).

Bom que se repare que o autor coloca os povos que “dominavam” tais territórios como eventuais opositores, enquanto os demais chegaram a ter uma relação inicialmente cordial com o colonizador, o que suplanta a noção de inevitável extermínio. De qualquer modo, na falta de um motivo mais convincente, apoiou-se o europeu no tabu da antropofagia⁶⁷, ação comum a quase todos os tupinambás. No ocidente, sabe-se, há muito tal prática se tornou um tabu, pois perante a derrota “valia”-se do exílio ou à submissão do trabalho escravo. Com a inaptidão radical para a escravidão e o mercantilismo fazendo do negro africano uma moeda corrente, os “brasis” foram preteridos, predominantemente mortos e reinventados conceitualmente pelo eurocentrismo:

⁶⁷Maestri, ao abordar o tema no capítulo “O mais delicioso prato tupinambá”, lembra-nos que, “na *Odisseia*, Ulisses defronta e vence Polifemo, o selvagem gigante canibal” e caracteriza aí uma das possíveis origens para o tabu da antropofagia. Adorno, de maneira não menos relevante, ao comparar a astúcia daquele protagonista à “autoconservação” burguesa, aponta que “Polifemo e outros monstros ludibriados por Ulisses já são os modelos para os diabos estúpidos da era cristã até Shylock [*O mercador de Veneza*, Shakespeare] e Mefistóteles [*Fausto*, Goethe]”. Se por rito ou necessidade, ou ambos, é uma outra questão, pois, ainda segundo Maestri, “a dificuldade de interpretações menos moralistas, ideológicas e peremptórias sobre as práticas antropofágicas parece nascer do fato de que os tupinambás [exofágicos] e os europeus de então se negavam a aceitar – como negam-se ainda muitos antropólogos – que a carne humana pudesse ser um alimento como qualquer outro [...]” (p. 75). De maneira ardilosa, o homem civilizado voltou-se contra o rito pagão, mas consentiu o extermínio de inúmeras nações “indígenas”.

Por sua vez, o “índio” era reduzido à situação de indivíduo próprio às selvas e impróprio à civilização [...]. Indolentes, instáveis e rebeldes, os brasis revelar-se-iam aos colonos imprestáveis ao trabalho produtivo sistemático. Seriam portanto verdadeiros arcaísmos históricos destinados inevitavelmente a desaparecerem com o avanço da civilização [...] (p. 96).

A substituição da mão de obra “indígena”⁶⁸ pela negra fundamentou o seu quase total extermínio e esquecimento: “Para a historiografia brasileira, o índio continua sendo uma abstração, uma realidade social genérica, indivíduos conhecidos sempre no coletivo” [...]” (p. 155), talvez por isso o passado de tais populações seja mais difícil de se elaborar. Junta-se a determinada dificuldade à demonização que receberam da igreja católica a cargo do seu panteísmo, o que pode ser conferido em “A origem como inferno: a representação da guerra na poesia de José de Anchieta” (GINZBURG, 2012) onde exemplar é o excerto:

[Santo José de] Anchieta, ao desenvolver uma sobreposição de elementos políticos e religiosos, atribui um valor moral positivo à intervenção portuguesa na tribo indígena. Com base em suas articulações [*De gestis Mendi de Saa*], é possível avaliar que o massacre dos índios deveria ser interpretado como uma verdadeira missão sagrada. Trata-se de libertar as terras brasílicas de forças malignas; de acordo com o texto, em sua origem, antes da chegada redentora dos portugueses, essas terras seriam um inferno governado pelo demônio (p. 259).

Retomando Graciliano, tamanha é nossa dívida que basicamente os “brasis” nem constam nas obras de cunho retrospectivo do nosso autor. Em todo o caso, tal lacuna pode ser também passível de análise como sintoma de nossa esquecida história perante a necessidade inicialmente colocada neste trabalho de fazer da

⁶⁸ Nunca é pouco frisar que a palavra “índio” e “indígena” aparecerá também aqui quase sempre entre aspas porque, “nos primeiros tempos da descoberta colombiana, a palavra ‘índio’ designou o habitante de territórios considerados erroneamente como das costas extremo-orientais das Índias. Nasceu, portanto, como um substantivo pátrio gerado pelos enganos e ilusões geográficas de Cristóvão Colombo (1451-1506) e de seus companheiros. Rapidamente, a palavra tornou-se um estereótipo e passou a definir homens tidos como atrasados, ingênuos e preguiçosos. [...] Até o início da nossa era, comunidades germânicas assentaram essencialmente sua subsistência material em uma horticultura itinerante semelhante à conhecida pelos tupinambás (CHILDE, 1977: 64). A historiografia do Velho Mundo se escandalizaria se tratássemos tais populações como ‘índios’ europeus” (MAESTRI, 1995, p. 11).

melancolia luto, no sentido freudiano de reconhecer e trabalhar a perda. O primeiro romance do nosso autor, por exemplo, leva o sugestivo nome de *Caetés*⁶⁹ que, segundo Wander Melo Miranda em *Graciliano Ramos* (2004):

Ao contrário do ocorrido em José de Alencar, que Graciliano lera na juventude, o índio é destituído da função de símbolo instituído da nação e se transforma na personagem ausente de um romance não-realizado, e de uma função que não chegou a se completar. Esse vazio da narrativa de fundação nacional, cuja inconclusão *Caetés* exprime, desvenda seus limites: o circunstancial, o inconcluso e o fragmentário definem o desenredo da comunidade política brasileira – da qual Palmeira dos Índios é espaço emblemático –, bem como a própria história de João Valério: “é isto, um caeté. Esses desejos excessivos que desaparecem bruscamente... Esta inconstância que me faz doidejar em torno de um soneto incompleto, um artigo que se esquia, um romance que não posso acabar...” (p. 18-19).

Ao virar uma “página esquecida”, pois “a memória do massacre multitudinário das comunidades tupinambás começou a ser substituída pela imagem difusa da absorção – quase sem violência –, pelo europeu civilizador, de uma população nativa, atrasada, ingênua e muito rarefeita”, pois a partir do século XIX a maioria dos “brasis” remanescentes “sobreviviam dizimados em regiões agrestes de escassa importância econômica”. Assim sendo, o “indianismo – patriótico, senhorial, autoritário, centralizador e nacional” – pode servir aos projetos do “grande romancista José de Alencar”. Este, “frio e ferrenho defensor do calvário do homem negro⁷⁰, desdobrava-se em grandiloquentes referências às qualidades do ‘índio Peri’” (MAESTRI, 1995, p. 153-156).

⁶⁹ Em Maestri (1995), esclarecedor é o seguinte trecho: “Em meados do Quinhentos, importantes comunidades caetés (família tupinambá) viviam nas regiões que iam do norte da cidade de Salvador ao rio São Francisco. Na carta já referida de 1558, dois anos após o naufrágio do bispo sardinha, o padre Manoel da Nóbrega pedira: ‘Os que mataram a gente da nau do Bispo se podem logo castigar e sujeitar [...]’ (NÓBREGA, 1955: 283). Em 1562, seis anos após o grande banquete antropofágico, **sob a pressão dos plantadores que ressentiam a falta de cativos**, o governador Mem de Sá decretou uma guerra justa contra as comunidades caetés, determinando que ‘fossem escravos, onde quer que fossem achados, sem exceção nenhuma’ (ANCHIETA, 1946: 12-3). **Desnecessário dizer que apenas algumas aldeias caetés haviam participado dos sucessos de 1556**” (p. 143, grifos meus).

⁷⁰ Ainda frisa Maestri que “a própria substituição do americano pelo africano como mão-de-obra escravizada foi explicada com critérios ideológicos e mistificadores. O indígena seria um mau escravo devido à sua indômita rebeldia. Não se adaptaria ao trabalho agrícola, pois seria essencialmente ocioso, imprevidente e volúvel. O negro, ao contrário, mostrar-se-ia um excelente produtor feitorizado – forte e dócil –, ainda que desprovido de inteligência e iniciativa. Escamoteavam-se os reais e pouco

Nota-se que o protagonista João Valério⁷¹ não se dava conta que vivia numa “Palmeira dos Índios” sem índios, o que não despercebeu Graciliano a título da passagem de *Memórias do cárcere*, que avalia o Brasil da década de 1930 envolto na aura fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) e, segundo o próprio, no marxismo rasteiro de algum afeito seguidor da Aliança Nacional Libertadora:

[...] Reuniões estorvadas pela polícia, folhas volantes, cartazes, inscrições em muros, pouco mais ou menos inúteis. Lembrava-me de um desses conselhos, negro, a piche: “Índios, uni-vos”. Nunca vi maior disparate, pois naquele arrabalde de capital pequena [Maceió] não vivia nenhum índio. Difícil que essas criaturas analfabetas, espalhadas nos cafundós de Mato Grosso e do Amazonas, tomassem conhecimento da lenda. E para que nos serviria a união dos índios, santo Deus? Absurdos semelhantes pressupunham desorientação [...] (Ramos, 1986b, p. 83).

Desse marxismo positivista, acrítico, é que fugiriam tanto Graciliano quanto Adorno; até porque, segundo Jay Martin em “Filosofia atonal” (1988), o alemão viveu “[...] quando uma filosofia bastante castigada tinha de entender, da melhor forma possível, o monstruoso fracasso daquela tentativa: [...] o triunfo de uma classe genuinamente universal, através de uma revolução proletária” (p. 53). Por sua vez, também o alagoano não via como tal “malogro” serviria à causa exclusivamente “indígena” tanto quanto à sociedade como um todo⁷². Não só a própria filosofia, tal

edificantes motivos dessa transição e criavam-se, *en passant*, a visão ainda dominante do ‘indígena’ indolente e do ‘negro’ submisso” (p. 154) ou vice-versa, quando se torna conveniente.

⁷¹Em obra relevante sobre as *Memórias do cárcere* e *Em liberdade* (memórias ficcionalizadas de Graciliano Ramos por Silviano Santiago), Miranda (1992) ainda afirma que “A pretensão de João Valério de realizar ‘um romance histórico’ sobre o episódio da devoração do bispo Sardinha frustra-se em virtude da sua incapacidade de tornar verossímil, em termos de ficção, um acontecimento histórico distante da sua própria história pessoal e a ela alheio. O afastamento paulatino do livro projetado é concomitante ao acentuado interesse do narrador pela realidade que o circunda e por si mesmo, cujo registro parece cumprir os dois elementos básicos de sua ‘poética’: a objetividade e a veracidade. Ambas, contudo, acham-se comprometidas pela reflexão sobre o livro malogrado, que, ao ser introduzido na narrativa que a contém, desfaz a pureza objetiva pretendida e denuncia o caráter ilusório do representado” (p. 55).

⁷²Atesta Dênis de Moraes que Graciliano, como autodidata lera *O capital* três anos antes de acontecer a Revolução Bolchevique e em francês (MORAES, 1996, p. 27). Também bem antes de se filiar ao Partido Comunista Brasileiro, 18 de agosto de 1945 (MORAES, p. 215), já era um ferrenho crítico do realismo socialista: “O que é certo é que não podemos, honestamente, apresentar cabras de eito, homens de bagaceira, discutindo reformas sociais [...]. Creio que a revolução social me levaria à fome e ao suicídio. Mas como, segundo o Evangelho, nem só de literatura vive o homem, é razoável que se procure o bem-estar dos outros trabalhadores” (p. 104). Por fim, as poucas veladas censuras do Partido às *Memórias do cárcere* e ao livro *Viagem*, o que pode ser conferido respectivamente em “Os profetas do apocalipse” e “Aventura em campo minado”. *Viagem*, escrito

como se pretendia, sofreu transformações de toda ordem por onde se tentou implantá-la como a organização social do nosso país estava bem distante de, no mínimo, grupos tão distintos por regiões ainda mais distintas se considerarem proletários. A exemplo, tem-se o panorama brasileiro pela *Pequena História da República* (1940). Mais especificamente no capítulo intitulado de “Os antigos senhores” (RAMOS, 1979) vê-se o início da lenta e conturbada transição de uma escravocrata para a pretensa sociedade de classes:

No final do século passado [XIX] a maior parte da riqueza estava nas mãos dos proprietários rurais. E a cultura da terra fora, durante séculos, feita por escravos. Os colonos europeus, que enriqueceram algumas regiões do país, eram ainda pouco numerosos. Em 1888, depois duma intensa campanha abolicionista, a libertação veio. Os proprietários se acharam pobres de repente – e a produção se desorganizou [...]. Uma desgraça para os senhores, evidentemente, mas desgraça a prazo. Restava a esperança de cada um liquidar os seus negócios com vagar, adaptar-se a uma nova ordem econômica, procurar algum comprador ingênuo e transformar em mercadoria o capital humano que se depreciava (p. 129).

O tom de neutralidade positivista parodiado por Graciliano, como se dali nada lhe afligisse, contrasta com os eufemismos dados à situação: “a cultura da terra”, “comprador ingênuo”, “capital humano” e dá alcance irônico e ao mesmo tempo um conteúdo de verdade ao inenarrável sofrimento. Sobre “a libertação veio”, por exemplo, elucidativo é o trecho da supracitada crônica “O que deveríamos fazer” (RAMOS, 1986a), escrita três anos depois da *Pequena História da República* (1940), sobre a situação para lá de desconfortável dos descendentes de ex-escravos durante o Estado Novo: “[...] os pretos abundavam: a supressão deles devastaria o país. Limitaram-se, pois, à eliminação teórica dessas raças. Os semitas seriam expulsos oportunamente, quando os arianos tomassem o poder. E evitou-se qualquer referência ao pessoal escuro das favelas [...]” (RAMOS, 1986a, p. 228).

No que diz respeito aos trechos “Uma desgraça para os senhores” e “a produção se desorganizou”, a dimensão hiperbólica dada por Graciliano também ganha ares de ironia, pois a calamidade estava no outro lado e a produção econômica acabou por

durante sua incursão pela União Soviética há um ano antes da sua morte, confirma que seu socialismo estava muito acima do intento panfletário.

se desvelar por outros parâmetros: “[...] Com a supressão do tráfico negreiro dera-se, em verdade, o primeiro passo para a abolição de barreiras ao triunfo decisivo de mercadores e especuladores urbanos” [...] (HOLANDA, 1995, p. 78). Assim, quando Graciliano desfere ainda em “Os antigos senhores” a prosopopeia que “O chicote do feitor ia descansar” (RAMOS, 1979, p. 129), sabe-se que o algoz não cansa e a exaustão teria que também se adaptar aos novos tempos. Ou seja, com o aval do liberalismo inglês:

A organização e expansão do crédito bancário, literalmente inexistente desde a liquidação do primeiro Banco do Brasil, em 1829, e o conseqüente estímulo à iniciativa particular; a abreviação e o incremento dos negócios, favorecidos pela rapidez maior na circulação das notícias; o estabelecimento, enfim, de meios de transporte modernos entre os centros de produção agrária e as grandes praças comerciais do império são algumas das conseqüências mais decisivas de tais sucessos [...]. Pode-se mesmo dizer que o caminho aberto por semelhantes transformações só poderia levar logicamente a uma liquidação mais ou menos rápida da nossa velha herança rural e colonial, ou seja, da riqueza que se funda no emprego do braço escravo e na exploração extensiva e perdulária das terras da lavoura (HOLANDA, 1975, p. 74).

Embora a “herança rural e colonial” sobreviva ainda hoje na sua forma perdulária e predatória em nossas mecanizadas lavouras, o Brasil entraria à sua maneira na economia capitalista. Ou seja, não houve predisposição nem bondade das partes privilegiadas para que o negro, outrora considerado “um escravo natural, ou seja, um ser nascido escravo e predisposto ao cativo”, pois “naturalmente desprovido dos atributos superiores e essenciais do homem europeu – amor à liberdade, agressividade, inteligência, iniciativa etc.” [...] (MAESTRI, 1995, p. 96), se tornasse um trabalhador economicamente ativo:

A alegria tumultuosa dos negros foi substituída por uma vaga inquietação. Escravos, tinham certeza de que não lhes faltaria um pedaço de bacalhau, uma esteira na senzala e a roupa de baeta com que se vestiam; livres, necessitavam prover-se dessas coisas – não se achavam aptos para obtê-las (RAMOS, 1979, p. 131).

Vê-se que a situação histórica é de ludibrio com relação aos principais envolvidos. Digo principais envolvidos porque, além dos escravos, “a República, que não criou nenhum patriarcado, mas apenas uma plutocracia, se assim se pode dizer, ignorou [os proprietários rurais] por completo” (HOLANDA, 1995, p. 176). Da dimensão hiperbólica de Graciliano com a intenção nítida de potencializar alegoricamente os percalços presentes, atenta-se para a “alegria tumultuosa” dos negros em contraponto à já citada passagem: “Uma desgraça para os senhores, mas uma desgraça a prazo”, sendo que a calamidade estaria completa do outro lado ao sublimar o antigo sofrimento com a lembrança do “bacalhau”, da “esteira” e da “baeta”. Traduzindo isso em “Meias tintas” (ADORNO, 2001):

A abstração total do historicamente invariável [a catástrofe] não é neutra frente ao seu objecto em virtude de sua objectividade científica; onde ele se revelar oportuna, serve de névoa, em que se desvanece o [elemento] apreensível de ataque. Tal é justamente o que não querem reconhecer os apologetas (p. 245).

Tal qual isso é pouco latente no período histórico em questão que Graciliano enfatiza em sua *Pequena História da República*, junto à ideologia de progresso e revolução, a irrupção das milícias e da maçonaria, como tentáculos bélicos e idealistas da objetividade positivista: “[...] O registro dos indivíduos que se arrumavam fora do catolicismo, ameaças de casamento civil, a secularização dos cemitérios haviam irritado fortemente o clero, que responsabiliza a maçonaria por esses horrores” (1979, p. 131). Nosso autor ainda afirma que, apesar da queda de braço, “numerosos sacerdotes eram maçons” e que “desde o tempo da colônia muitos padres eram francamente revolucionários. No movimento de 1817 [Revolução Pernambucana] havia trinta e dois eclesiásticos” (p. 131-132).

Longe aqui se está de buscar as origens da maçonaria, que possivelmente são anteriores à Revolução Francesa, mas negligenciá-la seria menosprezar a presença dela na obra de Graciliano, no que diz respeito ao fortalecimento da República, primeiramente sob a égide de um Estado laico, mas isto em função de minar o alcance ainda predominante do catolicismo. Tal ação teve é claro uma adesão mais que oportuna de protestantes e espiritualistas, que estavam longe de pertencerem a

massa de analfabetos da época. Sérgio Buarque de Holanda refletiu sobre tal contexto:

As palavras mágicas Liberdade, Igualdade e Fraternidade sofreram a interpretação que pareceu ajustar-se melhor aos nossos velhos padrões patriarcais e coloniais, e as mudanças que inspiraram foram antes de aparato de que substância (HOLANDA, 1995, p. 179).

E nota-se que tal determinação tornou-se hegemônica: liberdade para os iguais, irmãos na causa: branco, rico, macho, adulto no comando, atingindo grande parte daquilo que não se assemelhasse a isso⁷³, o não-idêntico adorniano que “a identidade estética [deveria] defender, mas que a compulsão à identidade oprime na realidade” (*Teoria estética*, 2008, p. 16). Poderia se valer da máxima do referido autor alemão de que “o ocultismo é a metafísica dos mentecaptos” (*Minima Moralia*, 2001, p. 253) com prazer, se a erudição não fosse de cunho oportunista: uma larga espiritualização dos processos socioeconômicos para a consumação dos seus privilegiados⁷⁴. Para uma grande maioria da população fica valendo a seguinte premissa:

A velada tendência da sociedade para a infelicidade alimenta as suas vítimas com uma falsa revelação, com um fenômeno alucinatório. Na

⁷³ Claro que, por questões conjunturais, as adaptações são sempre necessárias: “Depois da Guerra do Paraguai [1864-1870] os militares tomaram uma grande importância, tão grande que os **chefes civis** acharam prudente meter nos conselhos da coroa heróis que se haviam coberto de glória no Sul, como Caxias e Osório. O primeiro chegou a duque, título que nenhum outro alcançou; o segundo foi marquês, honra menor, mas ainda assim muito grande” (RAMOS, 1979, p. 132, grifo meu). A *Pequena História da República* de Graciliano acaba com a ascensão de Getúlio em 1930 e o que se pode ver claramente é que, uma vez colocados como protagonistas, os militares vão se fazer notar em todos os governos, diretos ou indiretamente eleitos, afinal de contas vive-se num século socioeconomicamente belicista.

⁷⁴ Graciliano comenta num capítulo como a persuasiva “erudição” chegou a seu incauto pai no capítulo de *Infância* (1995) intitulado de “Seu Ramiro”: “Naquele tempo os hóspedes fervilhavam [...]. Meu pai [...] calculista, é possível que enxergasse na hospitalidade matuta um emprego de capital [...]. Foi nessas arengas, entre avanços e recuos, que surgiu o Supremo Arquiteto do Universo e produziu considerável efeito [...]. Aborreci com aquela sabedoria, a linguagem magnífica: habituei-me a fugir depois do café, espantando os ouvintes, fuzilado pelos óculos do orador [Seu Ramiro]. Só me aliviei quando o monstro se ausentou, deixando uma lembrança deplorável [...]. Meu pai emprestou-lhe cem mil-réis e perdeu-o de vista. Desiludiu-se, conteve imenso rancor. Certamente os irmãos deviam auxiliar-se, mas aquela maneira de arrancar auxílio era safadeza. Calou-se de indignação. Foi por isso, creio, que repugnou os três pontinhos, as brochuras misteriosas, os triângulos, os compassos e o Supremo Arquiteto do Universo” (p. 231-234).

sua exposição fragmentária, em vão esperam ter à vista e fazer frente à fatalidade total. Após milênios de ilustração, o pânico irrompe de novo numa humanidade cujo domínio sobre a natureza, enquanto domínio sobre o homem, deixa atrás de si em horror o que os homens tinham desde sempre a recear da natureza (p. 250).

Muito a propósito, em uma crônica de 1941, por exemplo, no auge do horror da Segunda Guerra Mundial, que foi para Adorno o exemplo máximo da barbárie esclarecida, Graciliano nos fornece uma ilustração daquilo que seria o amálgama de influências que se tornaria a sociedade brasileira do seu tempo: “Faltam-nos muitas coisas, e o pior é que não nos esforçamos por obtê-las. Esperamos que elas venham de fora; do céu, da Rússia, dos Estados Unidos ou da Itália” (RAMOS, 1986a, p. 225). Nota-se na citação que o caráter messiânico do céu equipara-se ao idealismo de uma revolução comunista, do capitalismo ianque e do fascismo italiano, cada qual a sua maneira defendendo sua ideia de sociedade mais justa.

LINGUAGEM E SOCIEDADE

“Há uma literatura antipática e insincera que [...], em horas de amargura, receitou o sorriso como excelente remédio para a crise [...]” (RAMOS, 1986a, p. 92). Não se entenda com isso alguma expectativa que sua literatura pudesse remediar algo. O diagnóstico é a própria doença, com a ressalva de que uma literatura que se oponha à ideologia da felicidade não é em si a da infelicidade, mas algo diferente de ambas, o que por si só já gerava o ataque da frente totalitária:

O romance abandonava o palavrão, adquiria boas maneiras, tentava comover as datilógrafas e as mocinhas das casas de quatro mil e quatrocentos. Uma beatice exagerada queimava incenso defumando letras e artes corrompidas, e a crítica policial farejava quadros e poemas, entrava nas escolas, denunciava extremismos. Um professor era chamado à delegacia: – “Esse negócio de africanismo é conversa. O senhor quer inimizar os pretos com a autoridade instituída” (RAMOS, 1986b, p. 51).

Acentua-se aqui a tentativa de se polir a literatura brasileira como sorriso da sociedade⁷⁵ e assim se velar a dura realidade do momento em questão e ainda mais naquilo que condiz à releitura da sangrenta colonização brasileira. Já se falou aqui a respeito da delação e da situação na questão do “africanismo”. Esta tão marcante para nosso autor que aqui, a situação que já apareceu no corpo de uma crônica, agora vem a reboque de suas *Memórias do cárcere*.

Quanto aos palavrões, por mais das vezes desbocado: “Mas, no entanto, contudo, todavia... é a puta que o pariu” (MORAES, 1996, p. 189), comentando um trecho de um texto que revisara. Por sinal, os arroubos de Graciliano eram um show à parte nas repartições. Ele também era afeito a pilhérias picantes como da paródia usual a “Desafio”, de Manuel Bandeira: “Ver assentado na popa / A bunda do meu amor”, de quando: “Ver assentado na popa / O vulto do meu amor” (p. 227). No entanto, Graciliano racionaliza ao máximo quando sua literatura exigia tratamento semelhante. Nota-se isso em comentário feito à Heloísa sobre os esporros do protagonista de *São Bernardo*:

[...] O pior é que há umas frases cabeludíssimas que não podem ser lidas por meninas educadas em convento. Cada palavrão do tamanho dum bonde. Desconfio que o padre Marcelo vai falar mal de mim na igreja, se o livro for publicado. É um caso sério. Faz receio. O que me tranquiliza é ele nunca ter lido nada. Quando você saiu daqui havia algumas palavras meio acanhadas. Agora que não há aqui em casa nenhuma senhora para levar-me ao bom caminho, imagine o que não tenho arrumado na prosa de seu Paulo Honório (p. 128).

O teor casto e eufêmico da carta contrasta com o tratamento de seu protagonista à esposa Madalena e a tia desta, como da passagem: “Vá amolar a puta que a pariu. Está mouca, aí com sua carinha de santa? É isto: puta que a pariu. E se achar ruim, rua. A senhora e a boa de sua sobrinha, compreende? Puta que pariu as duas” (RAMOS, 1984, p.139). Graciliano por mais de uma vez batera na tecla,

⁷⁵ Ainda sobre “óleo de rícino”, vale aqui o exemplo de Afrânio Peixoto, que bradava: “a literatura é como o sorriso da sociedade” (BOSI, 1994, p. 197), se aquela é feliz, esta também será; “se há apreensão ou sofrimento, o espírito se concentra, grave, preocupado, e então, histórias, ensaios morais e científicos, sociológicos e políticos, são-lhe a preferência imposta pela utilidade imediata” (p. 197). Preceito que Afrânio nunca cumpriu. Vivendo em época de totalitarismos e num país de cenário tão conturbado, permaneceu pomposo e bucólico.

reafirmando o caráter político do palavrão na literatura para fazer frente ao puritanismo daquela sociedade. Vide: “As mulheres do sr. Amando Fontes” (RAMOS, 1986a):

[...] Os srs. Jorge Amado e Lins do Rêgo, tratando delas, certamente não se deteriam em cenas escabrosas e inúteis, mas não deixariam de introduzir nos diálogos algumas expressões cabeludas, dessas que produzem arrepios nas moças devotas e nos velhos críticos, receosos de comprometer a alma e a pureza da língua escrita. No livro do sr. Amando Fontes, dialogado quase todo, não topamos um palavrão (p. 115).

Claro que a ausência de escatologias, à maneira de um Machado de Assis e de muitos outros, não inviabiliza um romance. O que se quer pensar aqui é que, como já vimos em “Crítica cultural e sociedade” (ADORNO, 1998), “[...] Onde há desespero e incomensurável sofrimento, o crítico da cultura vê [...] a decadência da norma [...]” (p. 08). No que tange ao feminino, o próprio Machado por interlocuções provocava suas hipotéticas leitoras sobre as artimanhas de sua narrativa; enquanto que Graciliano, por vezes, apresenta o palavrão como afronta, mesmo sabendo que dali poderiam sair mais coerções como da suposta precaução com Padre Macedo. Este era um amigo comum do casal, mas não se trata de uma preocupação somente consigo. O caso seria como Heloísa e as crianças poderiam se defender caso fossem tratados como esposa e filhos de um autor “pornográfico”: estamos na década de 30.

Enfim, num panorama de notória repressão, não é de se esperar que nada que conteste o estabelecido esteja a salvo. O próprio matrimônio em si traz as cargas da celeuma: “[...] O juramento deve proteger o homem da mutilação, da vingança para a proibição da promiscuidade e para a dominação masculina, que, no entanto, enquanto renúncia permanente ao instinto, ainda realiza simbolicamente a automutilação do homem [...]” (p. 75), esta podendo partir já da própria esposa. Castração que o mundo masculino pensa compensar de algum modo mantendo relações extraconjugais nada fortuitas, isso se, dentro de certa “autoalienação”, amantes e esposas não se locupletassem:

[...] a esposa deixa transparecer prazer com a ordem fixa da vida e da propriedade, enquanto a prostituta toma o que os direitos de

posse da esposa deixam livre e, como sua secreta aliada, de novo o submete às relações de posse, vendendo o prazer (p. 75).

Em todas as situações, mesmo sob a aura do mais intenso amor, estabelecem-se negócios. A carta de Graciliano a Heloísa sobre os rompantes de Paulo Honório talvez esteja dizendo, a seu modo, que “[...] a liberdade absoluta na arte, que é sempre liberdade num domínio particular, entra em contradição com o estado perene de não-liberdade no todo [...]” (*Teoria estética*. ADORNO, 2008, p. 11). Tal liberdade aparece predominantemente na sua forma idealizada, tanto quanto o prazer, pois propícios fetiches são taxados, rotulados, e depois entregues para o segmento que melhor pagar por eles.

A emancipação do homem (da mulher) passa, portanto, pelo reconhecimento de suas limitações perante a pretensa onipotência da mercadoria. Para tanto, ele deve analisá-la de acordo com sua infinidade de frustrações (catástrofes), receios (aniquilação) e anseios (sobrevivência): “O homem é resultado” (Adorno, 1995, p. 200), e como tal precisa reavaliar constantemente a sociedade em seus conceitos, na medida em que eles o reduzem a uma abreviatura do indivíduo. Acredita-se, no entanto, que para a incomensurável labuta faz-se necessário se aprofundar onde o conceito apresenta um caráter mais dinâmico: a arte, ou melhor: nas impossibilidades desta. E assim torcer que determinadas manifestações de cunho estético não pereçam entre o êxtase e o oportunismo. O jovem Graciliano já intuía algo a respeito, *Infância* (RAMOS, 1995):

Feria-me às vezes, porém, uma saudade viva das personagens de folhetins: abandonava a agência, chegava-me à biblioteca de Jerônimo Barreto, regressava às leituras fáceis, revia condes e condessas, salteadores e mosqueteiros brigões, viajava com eles em diligência pelos caminhos da França. Esquecia Zola e Victor Hugo, desanuviava-me. Havia sido ingrato com meus pobres heróis de capa e espada. Não me atrevia a exibi-los agora. Disfarçava-os cuidadoso e, fortalecido por eles, submetia-me de novo ao pesadume, ia buscar o artifício e a substância, em geral muito artifício e pouca substância (p. 228).

Nota-se claramente na citação que o narrador apresenta um impasse entre a literatura de cunho realista/naturalista, aqui emblematizadas nas figuras de Victor

Hugo e Zola, e a já plenamente consagrada literatura romântica com seus “heróis de capa e espada”. A dureza da primeira ainda adquirira pouco prestígio, principalmente nos rincões brasileiros do século XIX para o XX. Enquanto a outra, muito pelo contrário, pois até o nosso autor, à época, apresentava-a na condição de indispensável para suportar os “pesadumes” da vida e daquelas escritas mais contundentes.

Atentando a isso é que se afirma que, não fortuitamente, o primeiro livro propriamente de literatura lido por Graciliano fora a “prosa fofa” de *O guarani*, de José de Alencar, cujos heróis foram primordiais para a fabulação de uma nacionalidade brasileira. Deve-se aqui realçar que a pilhéria feita a Alencar parte de um Graciliano já maduro, quando já da consistente busca pela referida “substância” em detrimento ao “artifício”. Por outro lado, se faz pertinente salientar novamente que desde muito cedo o escritor alagoano alimentava críticas incomuns para a idade, principalmente perante sua família, a exemplo do capítulo “Inferno” (RAMOS, 1995, p. 71-74) também do livro *Infância*. O episódio que por sinal virou peripécia de uma das suas personagens do romance *Vidas secas*.

Depois, maduro e assumidamente ateu, se tornou recorrente travar constantes confrontos com os aspectos messiânicos da cultura nordestina e a confluência destes nos heróis românticos e vice-versa. A exemplo, coloca-se a passagem do autor sobre o mentor da insurreição de Canudos presente na já citada “Pequena História da República”:

Antônio Conselheiro, um pobre diabo, tencionava, com ladainhas e benditos, salvar a humanidade. A humanidade está sempre em perigo na opinião de indivíduos assim. Nascido no interior do Ceará em 1835, numa família de malucos, esse infeliz foi caixeiro, negociante e escrivão. Casou e tomaram-lhe a mulher. Achou então que tudo ia errado e tratou de endireitar o mundo, o que outros menos idiotas que ele tentaram, inutilmente (RAMOS, 1979, p. 151).

Graciliano Ramos nasce em 1892, e Canudos é literalmente varrido do mapa pelo governo brasileiro de então em 1897, estando o autor com cinco anos de idade. Nessa época, os heróis românticos, que serviram fielmente para a consolidação dos estados nacionais nas respectivas ex-colônias, misturavam-se às expectativas místicas de um Brasil patriarcal e arcaico. Pode se notar tal tendência na tentativa

do nosso autor em desmitificar outro personagem emblemático para o contexto do seu tempo:

Lampião nasceu há muitos anos em todos os estados do Nordeste. Não falo, está claro, no indivíduo Lampião, que não poderia nascer em muitos lugares e é pouco interessante. Pela descrição publicada vemos perfeitamente que o salteador cafuzo é um herói de arribação bastante chinfrim. Zorolho, corcunda, chamboqueiro, dá impressão má. Refiro-me ao lampionismo, e nas linhas que se seguem é conveniente que o leitor não veja alusões a um homem só (RAMOS, 1979, p. 130).

Diferente do ícone Lampião, para Graciliano, o lampionismo é mais importante como fenômeno de contestação, até porque os que praticaram o cangaço ou se sentiram atraídos por ele se tornaram déspota como o primeiro: “Às vezes utiliza outras vítimas [além dos poderosos]. Isto se dá porque precisa conservar sempre vivo o sentimento de terror que inspira e que é a mais eficaz de suas armas” (p. 131). Em todo o caso, nosso autor ainda lhe faz importantes ressalvas:

Não podemos esperar que ele [Lampião] proceda como os que têm ordenados, os que depositam dinheiro no banco, os que escrevem em jornais e os que fazem discursos. Quando a polícia o apanhar, ele estará metido numa toca, ferido, comendo uma cascavel ainda viva. [...] É possível que haja em nós, escondidos, alguns vestígios da energia de lampião. Talvez a energia esteja apenas adormecida, abafada pela verminose e pelos adjetivos idiotas que nos ensinaram na escola (p. 132).

Nota-se que as ressalvas de Graciliano são feitas à maneira de um *mea culpa* com o jagunço, pois, iconoclasta que é, parece nosso escritor insatisfeito com o maior “artifício” inerente ao chamado homem civilizado: a retórica e outros achaques. Nesse aspecto é que talvez se possa pensar o complexo conceito adornoiano de “conteúdo de verdade”. Tal conceito talvez esteja relacionado com a necessidade permanente de autocrítica daquilo que se concebe como sujeito perante certa impotência dos ditames da História, até porque esta permanece sobrecarregada de atitudes nocivas e as falácias da dissimulação extrema: “os adjetivos idiotas”. Como escritor e questionador metuculoso da matéria, Graciliano escreveu a sua maneira coisas muito parecidas à de Adorno. Cita-se aqui o pensador alemão:

Ocupando habilmente as lacunas e adquirindo, com a expansão da imprensa, uma maior influência, os críticos acabaram alcançando exatamente aquela autoridade que a sua profissão pretensamente já pressupunha. Sua arrogância provém do fato de que, nas formas da sociedade concorrencial, onde todo ser é meramente um ser para outro, até o próprio crítico passa a ser apenas medido segundo seu êxito de mercado, ou seja, na medida em que ele exerce a crítica. O conhecimento efetivo dos temas não era primordial, mas sempre um produto secundário, e quanto mais falta ao crítico esse conhecimento, tanto mais essa carência passa a ser cuidadosamente substituída pelo eruditismo e pelo conformismo (p. 9).

De acanhado eruditismo e muito pouco conformista, viu-se aqui: 1) um Graciliano que nunca se quis jornalista por achar sacal a rotina da produção de periódicos, além de envolta em *glamour*, bajulações e interesses escusos. Muito a contragosto foi revisor de jornal; 2) embora sua austeridade e autodeterminação tenham sido mais de uma vez confundidas com “arrogância”, ele sempre fora mesmo é introspectivo e ensimesmado porque alheio ao convívio social; 3) principalmente em sua crônicas, onde a crítica de cunho social aparece mais incisiva, ele se apresenta como um amplo conhecedor do assunto, por isso mesmo pode falar a respeito de maneira mais irreverente. O fatual não deixa de ser a premissa principal: Antônio Conselheiro e Lampião, mas os desdobramentos oriundos de sua reflexão não são menos. Isto, inclusive, porque em muitos pontos suas vicissitudes contribuem com suas respectivas reflexões.

Para tanto, entre a calúnia e a conciliação, ele prefere a ironia. Antônio Conselheiro, por sinal, “achou então que tudo ia errado e tratou de endireitar o mundo, o que outros menos idiotas que ele tentaram, inutilmente” (p. 151), o que não se trata de necessariamente a referida personagem como indivíduo ser ou não ser idiota. No geral, idiota é toda a intenção megalomaniaca que oriunda do messianismo. Quando diz sobre nossa pouca coragem perante à de Lampião: “Talvez a energia esteja apenas adormecida, abafada pela verminose e pelos adjetivos idiotas que nos ensinaram na escola”, longe dele está a vontade de possuir o ímpeto de justiça daquele, mas convenhamos que os achaques: “verminose”, e manhas: “adjetivos”, são carapaças para dissimular fraquezas onde prioritariamente vive o oportunismo.

Assim, Graciliano tenta sair de certo imobilismo a partir da reflexão das contradições produzidas pela sociedade. Eis, portanto, o seu “conteúdo de verdade”. Lembrando que o pensamento de Adorno, em conformidade ao que defendo aqui em Graciliano, pertence ao limiar dos paradoxos humanos, desmitificando “ideologias” e já realçando outros processos artificiosos do conhecimento. Algo que remete a uma confusão generalizada do que seja “má-consciência” ou “boa-consciência”:

O homem medieval era alienado; seu sucessor moderno é cético e racional. A transformação em sujeito, todavia, foi paga com uma crescente reificação da existência. Os indivíduos são cada vez menos enganados pelo discurso ideológico, mas não têm claro o que querem, fora dos ordenamentos estabelecidos. O resultado é o aparecimento de uma espécie de vontade de ilusão, o surgimento de um desejo pela imagem de um mundo feliz e sorridente: apenas maquiado é que aparecerá às massas o lado obscuro e problemático da existência (RÜDIGER, 2004, p. 171-72).

Cabe exclusivamente à emancipação o questionamento a qualquer ideia de felicidade posta pela sociedade. Não sendo a informação necessariamente nítida para tanto, precisa o homem se pautar na não repetição da “catástrofe”. Esta convenientemente oculta pela “vontade de ilusão” em busca de bodes expiatórios para nossa preguiça mental perante os fatores que realmente supliciam nossa existência.

Em pensamento corrente: “o cristão é sempre um perseguido”: se todos somos vítimas por onde andar o algoz. O algoz é o ateu e a sua proposta descabida de um estado laico, sendo que vem de outras partes a promoção e espetacularização da intolerância e dos extermínios de toda ordem. Em conluio a isso, os filmes românticos ou messiânicos (de super-heróis) continuam sendo produzidos e consumidos demasiadamente. Vale ainda frisar a hegemonia de uma mídia convenientemente cética (sensacionalista), embora também racional (repleto de estatísticas).

Em suma, recusando qualquer possibilidade de “Conclusão”⁷⁶, tomemos como finais as seguintes considerações: o que se buscou aqui foi realizar um cruzamento (difícil,

⁷⁶ “Esta horária vida não nos deixa encerrar parágrafos, quanto mais terminar capítulos”: assim Guimarães Rosa encerrou sua conferência de posse, em 1967, na Academia Brasileira de Letras (Rosa, 1983, p. 445).

ousado) entre duas obras, a de um escritor brasileiro e a de um filósofo alemão, que, embora distantes no espaço, foram relativamente contemporâneos. Privilegiou-se, nos muitos aspectos comparados, a semelhança entre os pensamentos de ambos (e menos, portanto, as dissimetrias).

A história e a cultura do Brasil atravessam de ponta a ponta a obra de Graciliano Ramos. A partir dela, de praticamente tudo o que ele escreveu, é que se acionou a obra filosófica de Theodor Adorno. Finda, ou suspensa, essa travessia, fique talvez uma impressão que estreita os modos de entender o mundo de nossos dois protagonistas: a de que o exercício incessante de uma postura crítica (ora austera, ora irônica) é condição para que o indivíduo siga rumo à autonomia, ao esclarecimento, à formação, sabendo, pelo gesto mesmo de perseguir essa postura, que sempre se está a um passo do abismo.

APÊNDICE

TRÊS POEMAS PARA GRACILIANO: REFLEXÕES

De imediato, recordemos a célebre reflexão de Theodor Adorno em “Crítica cultural e sociedade” (ADORNO, 1998), escrito em 1949 sob as ruínas do pós-guerra: “Escrever um poema após Auschwitz é um ato de barbárie, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas” (p. 26), para avaliar as homenagens que Graciliano recebeu em forma de poemas. Isto se torna mais ainda relevante porque o autor de *Angústia*, antes de morrer, precaveria seu filho Ricardo Ramos sobre possíveis edições póstumas que pudessem projetá-lo, segundo o próprio, num “manto diáfano da fantasia” (MORAES, 1996, p. 22):

O que assinei com meu nome pode, pode publicar; no que usei as iniciais GR [Graciliano Ramos], leia com cuidado, veja bem; no que usei RO [Ramos Oliveira], tenha mais cuidado ainda; o que fiz sem assinaturas ou iniciais não presta, deve ser tudo besteira, mas pode escapar uma ou outra página, menos infeliz. Já com pseudônimo não, não sobra nada, não deixe sair. E pelo amor de Deus, poesia nunca; foi tudo uma desgraça (p. 21).

A advertência procede se se trazer à lembrança que a poesia em voga na sua época era um misto do labor parnasiano com uma dimensão etérea de cunho simbolista, tal qual estes dois tercetos do autor se apresentam: “Tenho a cabeça em brasa e o pensamento enfermo. / A alma me compunge, tudo é triste e ermo / Nos arcanos sem fim de um peito esquelético. // Pesada treva envolve meu olhar ardente, / E mais fico agitado e mais fico descrente / Quanto mais ergo para o céu os olhos de céptico” (p. 22), que foi publicado com o título de “Céptico” no *Jornal de Alagoas* em 1909, aos 17 anos. Dênis de Moraes ainda afirma que nos poemas dessa fase são recorrentes a paixão irrealizada, a nostalgia, a frustração e o cepticismo.

Poderia se dizer que tais temas também aparecem na sua prosa, principalmente na nitidamente autobiográfica. Em sua defesa, porém, deve-se afirmar que não em projeção tão narcisista.

As homenagens feitas ao escritor alagoano também foram póstumas. São elas: “Graciliano Ramos:” (1959), de João Cabral de Melo Neto; “Máscara mortuária de Graciliano Ramos” (1953), de Vinicius de Moraes; “Murilograma a Graciliano Ramos” (1963), de Murilo Mendes. Graça morreu em 1953, aos 61 anos incompletos.

Diante da contundência⁷⁷ do “homenageado”, começo a questão pelo poema do não menos acirrado poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto, com o seu “Graciliano Ramos:”, assim mesmo, com os dois-pontos pertencentes ao título:

Falo somente com o que falo:
com as mesmas vinte palavras
girando ao redor do sol
que as limpa do que não é faca:

de toda uma crosta viscosa,
resto de janta abaianada,
que fica na lâmina e cega
seu gosto da cicatriz clara.

Falo somente do que falo:
do seco e de suas paisagens,
Nordestes, debaixo de um sol
ali do mais quente vinagre:

que reduz tudo ao espinhaço,
cresta o simplesmente folhagem,
folha prolixa, folharada,
onde possa esconder-se na fraude.

Falo somente por quem falo:
por quem existe nesses climas
condicionados pelo sol,
pelo gavião e outras rapinas:

e onde estão os solos inertes
de tantas condições caatinga
em que só cabe cultivar
o que é sinônimo da míngua.

Falo somente para quem falo:
quem padece sono de morto

⁷⁷ “Toda trajetória de Graciliano Ramos se marca pela contundência. Aliás, também sua vida pode ser lida à luz do turbilhão que assola seus personagens [...]: ‘O que sou é uma espécie de Fabiano’, compara-se o escritor ao seu ríspido protagonista de *Vidas secas*. Conferir em “Graciliano Ramos: uma poética do corte” (SALGUEIRO, 2013, p. 321).

e precisa um despertador
acre, como o sol sobre o olho:

que é quando o sol é estridente,
a contrapelo, imperioso,
e bate nas pálpebras como
se bate numa porta a socos.

(MELO NETO, 2008, p. 302-303)

Seguindo o poema, dois-pontos outros também irão aparecer em quadras alternadas. Podem ser lidos como facetas dirigidas ao homenageado, pois sempre aparece o verbo “falar” em primeira pessoa, à maneira de uma personificação do poeta no romancista. O poema realça um campo semântico pertencente ao repertório cultural de ambos, nordestinos: as incidências de uma vivência agreste os unem também literariamente, pois em suas obras constatamos recorrentes “sóis”, “facas”, “cicatrizes”, “lâminas”, “caatingas”, “vinagres” (dos mais acres), “rapinas”, “socos”, “mínguas”, “mortos” etc. Esses elementos potencializam as agruras e as vicissitudes dos seus conterrâneos de forma nada romântica.ou, em termos de Adorno, “totalmente desamparados pelas musas” (ADORNO, 1988, p. 66). Na verdade, os termos de Adorno se referem, com certa ironia, ao sujeito que, sem ser poeta, vai pensar a poesia; em sentido lato, no entanto, podemos nos apropriar da expressão, estendendo-a aos personagens desamparados de Graciliano e de Cabral, esvaziados que se veem de uma perspectiva lírica da vida.

Vale lembrar a reconhecida importância que os dois autores brasileiros dão à síntese verbal, como nesta relevante passagem: “que reduz tudo ao espinhaço, / cresta o simplesmente folhagem, / folha prolixa, folharada, / onde possa esconder-se na fraude”. Entenda-se “crestar”: queimar o excesso, à maneira de objetivar a linguagem buscando nela um caráter mais crítico e menos contemplativo. O sentido de “crestar” reforça os sentidos de “reduz” e “espinhaço”, na direção do seco e mínimo, contra a verbosidade da “folha prolixa, folharada”. Pode-se dizer que o que um fez na narrativa o outro praticou na poesia, e vice-versa, o que lhes dá uma grande correspondência temática e formal, e, assim, fixando balizas que norteiam tanto a homenagem de Cabral ao colega quanto, por conseguinte, as leituras – como essa – que se fazem do poema.

Outro aspecto a ser apontado é que, embora se localizem em gerações diferentes de nosso modernismo, os autores são fortemente identificados por leitores e críticos a partir do conjunto de temas e interesses que suas obras trazem. Em um mundo cada vez mais envernizado por uma literatura chamada de autoajuda, a “Dissonância é o termo técnico para a recepção através da arte daquilo que tanto a estética como a ingenuidade chamam feio” (ADORNO, 1970, p. 60), diz o filósofo em *Teoria estética*. E o “feio” em Graciliano Ramos será aquilo que não traz prazer, será o soco, a ave de rapina, a cicatriz, signos da dissonância se cotejados, por exemplo, com o afago, o sabiá, o corpo esbelto.

Longe de se esgotarem as possibilidades do poema e as coincidências entre Cabral e o amigo homenageado⁷⁸, passa-se agora ao poema de Vinicius de Moraes, intitulado “Máscara mortuária de Graciliano Ramos”:

Feito só, sua máscara paterna,
Sua máscara tosca, de acre-doce
Feição, sua máscara austerizou-se
Numa preclara decisão eterna.

Feito só, feito pó, desencantou-se
Nele o íntimo arcanjo, a chama interna
Da paixão em que sempre se queimou
Seu duro corpo que ora longe inverte.

Feito pó, feito pólen, feito fibra
Feito pedra, feito o que é morto e vibra
Sua máscara enxuta de homem forte.

Isto revela em seu silêncio à escuta:
Numa severa afirmação da luta,
Uma impassível negação da morte.

(MORAES, 1992).

Nesse soneto em decassílabos, tipo de composição que deu notoriedade ao poeta, predominam as rimas consoantes. O tom metafísico dos versos aqui parecem dar à morte um tratamento eufemístico, contrastando com a dureza e tristeza que em geral o tema da finitude atrai. Essa delicadeza constitui uma das facetas do “poetinha”, a eternizar amores e desamores; também assim homenageara em sua

⁷⁸ Ver análise de Marli Siqueira Leite: “O ‘teor de testemunho’ em ‘Graciliano Ramos:’” (2011), acerca do poema em foco.

vasta obra Katherine Mansfield, Baudelaire, Eisenstein e outros⁷⁹. Não escapa ao leitor atento uma espécie de antagonismo que se cria entre o referido tom eufemístico de Vinicius, sob a capa de uma forma poética tradicionalíssima, e o temperamento duro e direto, sem papas na língua, do escritor alagoano.

Da perspectiva edulcorante de Vinicius, apesar do “acre-doce” do segundo verso, a morte de Graciliano é desenhada a partir de um imaginário bastante metafísico: “Numa preclara decisão eterna” ou “Nele o íntimo arcanjo, a chama interna / Da paixão em que sempre se queimou” ou “Uma impassível negação da morte”. Esse olhar transcendental diz de Vinicius⁸⁰, mas não diz de Graciliano. Por outro lado, a imagem do “austerizou-se” e as referências a “máscara tosca”, “feição acre-doce”, “duro corpo”, “feito fibra”, “feito pedra”, “máscara enxuta”, “homem forte” recuperam em parte a conhecida clausura do homenageado. Entretanto, isso não evita que se fique com certa frustração em relação àquilo a que se dedicou o nosso escrupuloso ateu⁸¹: um pensamento dogmático e racional, sempre contrário aos clichês religiosos e fórmulas para amenizar os quase inadiáveis confrontos da existência.

Graciliano Ramos, em seu único poema intitulado “Auto-retrato aos 56 anos”, escrito em 1948, nos indica que sua “leitura predileta: [era] a Bíblia”. O fato de ser um ateu declarado não entra em choque com sua “leitura predileta”. Nada impede, evidentemente, que ateus, agnósticos e mesmo cristãos leiam a Bíblia, como literatura ou não, já que nesta se encontram elementos que recheiam os enredos de narrativas de todas as épocas: traições, vinganças, injustiças, infanticídios, parricídios, matricídios etc.⁸². Na verdade, tal conhecimento dá mais densidade e consistência às críticas do escritor quanto às intenções quase sempre políticas da religião, sobretudo na história ocidental. Muitas dessas vilanias foram consagradas por determinados períodos literários até hoje muito bem quistos pela sociedade. Até nisso deve ser lembrado que a manutenção do

⁷⁹ Conferir em MORAES, 1992 (*Antologia poética*), respectivamente nas páginas 90, 186, 197.

⁸⁰ O sincretismo de Vinicius com Baden Powell rendeu à música brasileira um de seus melhores momentos. Conferir em <http://www.luizamerico.com.br/fundamentais-baden-vinicius.php/>.

⁸¹ O 18º verso do seu “Auto-retrato...” é incisivo: “É ateu. Indiferente à Academia”.

⁸² Machado de Assis foi outro grande escritor brasileiro que – mesmo ateu – lançou mão, com frequência, de alusões de toda espécie às Escrituras. O sentido dessas alusões é que vem sendo, e deve ser cada vez mais, estudado, em cada contexto específico.

[...] classicismo formalista comete uma afronta: mancha justamente a beleza que o seu conceito glorifica, através da violência, do que arranja, do que “compõe”, do que se apega às suas obras exemplares (ADORNO, 1970, p. 62).

O terceiro poema a comentar, como os demais, em breves pinceladas, é “Murilograma a Graciliano Ramos”, de Murilo Mendes:

1

Brabo. Olhofaca. Difícil.
Cacto já se humanizando,

Deriva de um solo sáfaro
Que não junta, antes retira,

Desacontece, desquer.

2

Funda o estilo à sua imagem:
Na tábua seca do livro

Nenhuma voluta inútil.
Rejeita qualquer lirismo.

Tachando a flor de feroz.

3

Tem desejos amarelos.
Quer amar, o sol ulula,

Leva o homem do deserto
(Graciliano-Fabiano)

Ao limite irrespirável.

4

Em dimensão de grandeza
Onde o conforto é vacante,

Seu passo trágico escreve
A épica real do BR

Que desintegrado explode
(MENDES, 1994).

Depara-se agora com este “brabo” petardo: “olhofaca”, uma espécie de palavra-valise, já de tom geométrico, côncavo e convexo, como a um orifício que também penetra, seleciona, quando costumeiramente acredita-se que ele somente se deixe atingir: frágil. Assim, não se pode deixar de notar a imagética fálica, de projeções freudianas, lembrando anáforas que já intercalavam o supracitado poema de Cabral: “Falo somente”, “com o que falo”, “do que falo”, “por quem falo”, “para quem falo”. No poema de Murilo, sobressai para o “homenageado” uma visão mais melancólica⁸³, ao insistir na exaustiva labuta de dialogar com “quem padece sono de morto”.

Murilo leva ao leitor algo semelhante ao da esfera seca e sofrida do poeta pernambucano. Seu vocabulário e sua sintaxe estranhos produzem, no entanto, efeitos diversos, a exemplo do predicativo “sáfaro”: algo improdutivo, bravio, áspero, de pouca retórica. O estilo do homenageado é sintetizado na expressão “NeNhUMavolUtaiNÚtil”. As volutas seriam o excesso, o prolixo, o verborrágico a que Graciliano tinha horror. Para ele, na visão de Murilo, o excesso não serve. Graciliano revê, revisa, corta, recusa, “rejeita qualquer lirismo”. Neles, em Murilo e em Graça, até a flor perde seu caráter cristalizado de beleza imanente: “Tachando a flor de feroz”.

A lírica de Murilo lança mão, como se sabe, de imagens e construções surpreendentes e, nesse murilograma, não seria diferente: neologismos como “desacontece”, “desquer”; cacófatos: “o sol ulula”; prosopopeia: “cacto já se humanizando”; hipérbole: “Ao limite do irrespirável”; pleonasma: “Que desintegrado

⁸³ Registre-se a relevância do estudo de Freud, “Luto e melancolia”, para as dores da contemporaneidade: “O sentimento de luto pressupõe que a aceitação da perda seja irreversível; o sofrimento vivido dura certo tempo, e após esse período ele procura o reequilíbrio afetivo, com um deslocamento da demanda, procura substituir o objeto perdido por outro. O melancólico pode expor sua própria precariedade. Perde o interesse pelo mundo externo, inibe suas atividades e diminui os sentimentos de autoestima. Considerando dialeticamente as relações entre trauma individual e experiência coletiva, a presença da melancolia [nas obras contemporâneas] seria a indicação de perdas coletivas, não superadas, configuradas em imagens de experiências de desarticulação interna, conflito constante e precariedade” (GINZBURG, 2012, p. 183). De modo similar, a relevância de Freud para Adorno: “O saber preciso e incisivo da psicanálise é mais atual do que nunca. O ódio com relação a ela se identifica diretamente com o antissemitismo, e não simplesmente porque Freud era judeu, mas porque a psicanálise consiste exatamente naquela autoconsciência crítica que enfurece os antissemitas” (ADORNO, 1995, p. 46).

explode”. O poema reinventa Graciliano, reencenando um sofisticado e límpido constructo, à maneira do homenageado, bem distante do tom *kitsch* da versão do poeta carioca.

Murilo Mendes constrói sua metrificação à maneira de um móbile, intercambiando peças. Atente-se por exemplo aos versos: “Desacontece, desquer”; “Na tábua seca do livro”; “Rejeita qualquer lirismo”; “Tem desejos amarelos”; “Em dimensão de grandeza”; “Quer amar, o sol ulula”. São versos que obedecem confortavelmente a uma redondilha maior (sete sílabas poéticas). No entanto, de modo diferente, os versos restantes necessitam para tanto de algumas elisões vocálicas, a exemplo de “Fun/da o/ es/ti/lo à/ sua i/ma/gem”. Para se alcançar o setissílabo no verso “Gracilino-Fabiano”, seria necessária, assim, uma sinérese; ademais, os dois substantivos funcionam como num jogo de espelho, e é bem conhecida a ideia da semelhança entre o criador e a criatura. Logo após, ocorre a presença da “abreviatura” BR, que indica Brasil e recupera o encontro consonantal da palavra que abre o poema: “Brabo”. Não à toa, o livro *Convergência*, onde está o poema em questão, pertence à “face construtivista”⁸⁴ do poeta, sensível então a injunções das vanguardas europeias. O diálogo com elas não impede, contudo, que o olhar do mineiro se lance sobre o amigo recifense.

Em resumo, o que os poemas nos mostram? Para além da óbvia homenagem ao falecido amigo, a constatação de que este conseguira já o reconhecimento, pela escrita, de três dos principais poetas brasileiros; que a leitura que os amigos fizeram de Graciliano, via verso, diz, sim, de traços do escritor alagoano, mas diz muito mais de cada um deles. Como diria Adorno em vários momentos da *Teoria estética*, a arte não se deixa levar por planos pré-concebidos, porque ela escapa de toda subjetividade quando se faz forma e, incontornavelmente, história.

⁸⁴ Sobre a obra de Murilo Mendes, esta “evolui da loquacidade de um discurso de qualificação e adjetivação do mundo interior para a concisão de um discurso de substantivação do mundo exterior, guiado pela própria trajetória das artes plásticas neste século, que vai do abandono paulatino da figuração para a conquista da figuração pictórica” (CARVALHO. *Murilo Mendes: o olhar vertical*: 2001, p. 82).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa*. Tradução: Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. *Educação e emancipação*. Tradução e prefácio: Wolfgang Leo Maar. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. *Introdução à Sociologia* (1968). Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Unesp, 2008.

_____. *Minima Moralia* [reflexões a partir da vida danificada]. Tradução: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. *Notas de literatura*. Tradução: Idalina Azevedo da Silva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

_____. *Notas de literatura I*. Tradução: Jorge de Almeida. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2003.

_____. *Palavras e sinais: modelos críticos 2*. Tradução: Maria Helena Ruschel. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995b.

_____. *Prismas: crítica cultural e sociedade*. Tradução: Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

_____. *Teoria estética*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1970.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMÉRICO, Luiz. Os afro sambas. In: *A história da MPB: os cem melhores discos da música popular brasileira*. Disponível em: <<http://www.luizamerico.com.br/fundamentais-baden-vinicius.php/>>. Acesso em: 05 jan. 2013.

ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

_____. O movimento modernista. In: *Mário de Andrade hoje*. Organizador: Carlos Eduardo Berriel. São Paulo: Ensaio, 1990, p. 15-39. (Cadernos Ensaio 4).

_____. Primeiro de maio. In: *Contos novos*. 15 ed. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora Vila Rica, 1993, p. 39-46.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. In: *A utopia antropofágica*. Prefácio: Benedito Nunes. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001, p. 47-52. (Obras Completas de Oswald de Andrade).

_____. Memórias sentimentais de João Miramar. 12 ed. São Paulo: Globo, 1999. (Obras Completas de Oswald de Andrade)

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ASSIS, Machado. *Contos completos de Machado de Assis*. Organização de Djalma Cavalcante. Juiz de Fora: editora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), 2003, v. I, tomo I.

_____. A teoria do medalhão. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Pai contra mãe. *Domínio Público*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Tradução: Yara Frateschi. São Paulo: Hucitec, 1996.

BANDEIRA, Manuel. *A cinza das horas, Carnaval e Ritmo dissoluto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em Memórias do cárcere. *Estudos Avançados (USP)*, São Paulo, v. 9, n. 123, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/>. Acesso em: 12 mar. 2014.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. 34. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CALIGARI, Lizandro Carlos. *A literatura contra o autoritarismo: a desordem social como princípio na fragmentação da ficção brasileira pós-64*. Tese. 313 p. (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008.

CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. *Formação da literatura brasileira*. 6.ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000. (2 v)

CARVALHO, Raimundo. *Murilo Mendes: o olhar vertical*. Vitória: Edufes, 2001.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Tradução: Geraldo Gerson de Sousa. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Tradução: José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: editora 34, 2006.

_____. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2012.

_____. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas: Autores Associados, 2012b.

_____. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas: Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane*. Disponível em: <<http://riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. O corpo *versus* a imprensa. *Modernização dos sentidos*. Tradução: Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998, p. 67-96.

HELENA, Lucia. *Totens e tabus da modernidade brasileira: símbolo e alegoria na obra de Oswald de Andrade*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense; CEUFF/PROED, 1985. (Tempo Brasileiro)

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. 1 [CD-ROM]. 2000.

JAY, Martin. *As ideias de Adorno*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1988.

JIMENEZ, Marc. *Para ler Adorno*. Tradução: Roberto Ventura. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KAFKA, Franz. *Carta ao pai*. Disponível em: http://www.lpm.com.br/livros/Imagens/carta_ao_pai.pdf. Acesso em: 9 jul. 2015.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Trad. De Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

LEITE, Marli Siqueira. O 'teor de testemunho' em 'Graciliano Ramos:', poema de João Cabral de Melo Neto. In: SALGUEIRO, Wilberth (org.). *O testemunho na literatura: representações de genocídios, ditaduras e outras violências*. Vitória: Edufes, 2011, p. 33-47.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MAESTRI, Mário. *Os senhores do litoral: conquista portuguesa e genocídio tupinambá no litoral brasileiro. [século XVI]*. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

MELO NETO, João Cabral de. Graciliano Ramos:. In: *Poesia completa e prosa*. Org. Antonio Carlos Sechin. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 302-303.

MENDES, Murilo. Murilograma a Graciliano Ramos. In: *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 685.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

MIRANDA, Wander Melo. *Graciliano Ramos*. São Paulo: Publifolha, 2004.

MORAES, Dênis de. *O velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

MORAES, Vinicius de. Máscara mortuária de Graciliano Ramos. In: *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 237.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo: séculos XII-XX*. Trad.: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

NUNES, Benedito. Antropofagia e utopia. ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001, p. p. 24-39.

PIERONI, Geraldo. *Vadios e ciganos, heréticos e bruxas: os degredados do Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Fundação Biblioteca nacional, 2000.

POLI JUNIOR, Ovídio. *A pena e o cadafalso: observações sobre a literatura carcerária relativa ao período do Estado Novo*. Tese. 187 p. (Programa de Pós-Graduação em Letras) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2009.

QUANTO vale ou é por kilo. Direção: Sérgio Bianchi. Produção: Sérgio Bianchi e outros. Elenco: Antonio Abujamra, Caio Blat, Herson Capri, Joana Fomm, Bárbara Paz. Brasil: 2015. (104 min)

QUEIROZ, Raquel de. *O quinze*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1930.

RAMOS, Graciliano. *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

_____. *Angústia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

_____. Auto-retrato aos 56 anos. In: *Discutindo literatura*. São Paulo. Ano 3, nº 18, s/d, p. 41.

_____. *Caetés*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

_____. *Cartas*. Rio de Janeiro: Record, 1982.

_____. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

_____. *Insônia*. 16.ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

_____. *Linhas tortas*. Rio de Janeiro: Record, 1986a.

_____. *Memórias do cárcere*. Prefácio de Nelson Werneck Sodré. Ilustrações de Percy Deane. 21 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1986b. (2 v.)

_____. *Relatórios*. Organização de Mário Hélio Gomes de Lima. Rio de Janeiro: Record; Recife (PE): Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1994.

_____. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Ariel, 1934.

_____. *Viagem*. 16 ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1986c.

_____. *Vidas secas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

RAMOS, Ricardo. *Graciliano*: retrato fragmentado. São Paulo: Siciliano, 1992.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 80 ed. Notas de Carlos Drummond de Andrade. Estudo de Antônio Carlos Villaça. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

RIBEIRO, Renato Janine. A dor e a Injustiça. In: COSTA, Jurandir Freire (org.). *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999, p. 7-12.

ROSA, Guimarães. O verbo & o logos. In: ROSA, Vilma Guimarães. *Relembraimentos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Confissões*. Tradução: Raquel de Queiroz e José Benedicto Pinto. Bauru: Edipro, 2008. (Clássicos Edipro)

RÜDIGER, Francisco. Cultura e ideologia: o véu tecnológico. *Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural*: comunicação e teoria crítica da sociedade. Porto Alegre: EdPucRS, 2004, p. 165-186.

SALGUEIRO, Wilberth. Da testemunha ao testemunho: três casos de cárcere no Brasil (Graciliano Ramos, Alex Polari. André du Rap). *Prosa sobre prosa*: Machado de Assis, Guimarães Rosa, Reinaldo Santos Neves e outras ficções. Vitória: Edufes, 2013, p. 299-319.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é literatura?* 3.ed. Tradução: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. *A atualidade de Walter Benjamin e Theodor Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Marcio. (Orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 73-98.

_____. A redescoberta do realismo mágico. In: BENJAMIN, Walter. *O conceito de crítica de arte no Romantismo Alemão*. Tradução, prefácio e notas de Marcio Seligmann-Silva. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Iluminuras, 1993.

_____. *O local da diferença*. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. O testemunho entre a ficção e o real. In: _____. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Unicamp, 2003, p. 371-86.

SILVA, Márcia Cabral da. *Infância, de Graciliano Ramos: uma história da formação do leitor no Brasil*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 2004.

SANTIAGO, Silviano. *Em liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

THE IMITATION game (*O jogo da imitação*). Direção: Morten Tyldum. Produção: Nora Grossmann e outros. Elenco: Benedict Cumberb, Keira Knightley, Matthew Goode, Mark Strong, Allen Leech e outros. Roteiro: Graham Moore. Música: Alexandre Desplat. Reino Unido; Estados Unidos: Studio Canal; The Weinstein Company: 2014. (114 min)

UNDERGÅNGENS arkitektur (*Arquitetura da destruição*). Direção: Peter Cohen. Produção: Peter Cohen. Narradores: Rolf Arsenius (Sueco), Bruno Ganz (Alemão), Sam Gray (Inglês). Roteiro: Peter Cohen. Suécia: 1989. (119 min)

ANEXO

Auto-retrato aos 56 anos

Nasceu em 1892, em Quebrangulo, Alagoas.

Casado duas vezes, tem sete filhos

Altura 1,75.

Sapato n.º 41.

Colarinho n.º 39.

Prefere não andar.

Não gosta de vizinhos.

Detesta rádio, telefone e campanhas.

Tem horror às pessoas que falam alto.

Usa óculos. Meio calvo.

Não tem preferência por nenhuma comida.

Não gosta de frutas nem de doces.

Indiferente à música.

Sua leitura predileta: a *Bíblia*.

Escreveu *Caetés* com 34 anos de idade.

Não dá preferência a nenhum dos seus livros publicados.

Gosta de beber aguardente.

É ateu. Indiferente à Academia.

Odeia a burguesia. Adora crianças.

Romancistas brasileiros que mais lhe agradam: Manoel Antônio de Almeida,

Machado de Assis, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz.

Gosta de palavrões escritos e falados.

Deseja a morte do capitalismo.

Escreveu seus livros pela manhã.

Fuma cigarros "Selma" (três maços por dia).

É inspetor de ensino, trabalha no "Correio do Manhã".

Apesar de o acharem pessimista, discorda de tudo.

Só tem cinco ternos de roupa, estragados.

Refaz seus romances várias vezes.

Esteve preso duas vezes.

É-lhe indiferente estar preso ou solto.

Escreve à mão.

Seus maiores amigos: Capitão Lobo, Cubano, José Lins do Rego e José Olympio.

Tem poucas dívidas.

Quando prefeito de uma cidade do interior, soltava os presos para construírem estradas.

Espera morrer com 57 anos.

Graciliano Ramos